



**INSTITUTO LATINO- AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGH)**

**DA COLÔNIA À INDEPENDÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA INDÍGENA
NO PARAGUAI**

OSNI CESAR L. LEAL

Foz do Iguaçu – PR 2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA (PPGHIS)**

**DA COLÔNIA À INDEPENDÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA INDÍGENA
NO PARAGUAI**

OSNI CESAR L. LEAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti

Foz do Iguaçu

2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA – PTI

L435

Leal, Osni Cesar da Luz.

Da colônia à independência: reflexões sobre a história indígena no Paraguai / Osni Cesar da Luz Leal. – Foz do Iguaçu, 2023.
106 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação em História. Foz do Iguaçu-PR, 2023. Orientador: Clovis Antonio Brighenti.

1. Paraguai - Movimentos de autonomia e independência. 2. Paraguai - Período francista. 3. Povos Nativos. 4. História indígena. 5. Representação - Povos indígenas. I. Brighenti, Clovis Antonio. II. Título.

CDU 94(=1.893.82)

OSNI CESAR DA LUZ LEAL

**DA COLÔNIA À INDEPENDÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA INDÍGENA
NO PARAGUAI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Clovis A. Brighenti
(UNILA)

Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo
(UNILA)

Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino
(UFFS)

Foz do Iguaçu, 29 de novembro de 2022

AGRADECIMENTOS

Registro meus mais sinceros agradecimentos aos Professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana, que compartilharam seus conhecimentos para minha formação nessa jornada. Agradeço aos professores do Colegiado pela paciência e consideração, em especial ao orientador professor Dr. Clovis Antonio Brighenti, que não me deixou pelo caminho, me incentivou e orientou no percurso, o qual terei eterna gratidão, e sempre levarei como exemplo de ser Humano, Humanidade e Profissionalismo, para todo e sempre meu muito obrigado.

Aos professores Dr. Hernán Venegas Marcelo e Dr. Jaisson Teixeira Lino por aceitar o convite e integrar as bancas de qualificação e examinadora final, meu muito obrigado de coração. Não posso esquecer sobretudo de agradecer a querida professora Dr. Juliana Pirola, a qual recorri para dialogar sobre as primeiras ideias do que almejava desenvolver no projeto e de pronto me atendeu com maior atenção com suas observações pontuais, meu muito obrigado de coração, a partir desse diálogo me aguçou a vontade de encarar os desafios de se arriscar no Mestrado. Agradeço a Yulla Ruas pelo apoio a partir da secretaria do curso, o suporte técnico prestado foi de total importância nessa trajetória, registro aqui meu muito obrigado.

Agradeço a família, em especial minha mãe Dona Terezinha da Silva Leal e irmã professora Márcia Leal, por sempre me incentivarem no caminho dos estudos, agradeço de coração a professora Maria do Rosário pelo apoio nas correções, aos amigos e colegas que de alguma forma tivemos contato nessa jornada, a qual foi dolorosa marcada pela pandemia, mas vencida pelas Vacinas e pelos profissionais da área da saúde que se doaram para combatê-la, a esses, registro aqui meus agradecimentos.

Por fim, usando as palavras do líder Guarani *Xeramôî Marcolino da Silva*, agradeço a *Nhamandu Ru Ete*¹, que é o primeiro Nhanderu que existiu, que fez o mundo. Agradeço a *Tupã* que é o dono da água. Agradeço a *Tupã Ru Ete*, que é quem manda a água da chuva. Agradeço a *Karai Ru Ete* e a *Jakaira Ru Ete* mesmo sendo

¹ A compreensão teogônica dos Mbya considera que *Nhamandu Ru Ete*, igualmente chamado de *Nhande Ru Papa Tenonde* ("nosso pai último", "último primeiro"), é o deus fundador, responsável pela origem do mundo — um deus gerador e de si mesmo gerado, que será também o destruidor da terra. Do nome *Nhamandu* derivam-se outros, tais como *Nhamandu'i*, *Nhamandu Ru Ete*, *Nhamandu Ru Ete Tenonde* e *Nhamandu Yma*. Estes conhecimentos, deste e outros mitos, são passados através da oralidade, principalmente na Opy (Casa de Reza) (CAMPOS, 2017, p. 10).

Deuses mais novos que *Nhanderu Ru Ete*, porque ele foi o primeiro que existiu. Depois, ele mesmo destruiu essa terra, pra renovar de novo. Agradeço *Nhanderu Tenonde*, que é o primeiro de todos, ele mora no Leste. Agradeço *Nhanderu Tupã*, que fica na direção Oeste. Agradeço a *Nhanderu Jakaira*, que fica na direção Sul. Agradeço a *Nhanderu Karai*, que mora no Norte. Esses deuses, todos se conhecem, todos são deuses e todos são igualmente poderosos.

Agradeço aos subdeuses que são seus auxiliares, foram criados por eles. Agradeço a *Karai Jekupe*, que mora ao lado dele. A morada dele é mais perto de nós. Agradeço também ao Deus dos *Jurua* (*brancos, não indígenas*) , que é apenas um².

² XERAMÕI, Augusto da Silva – Karai Tataendy (Tekoa Marangatu, Imaruí/SC) In: AFFONSO, Ana Maria Ramo y. LADEIRA, Maria Inês. (Orgs). Guata Porã/Belo Caminhar. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2015. (Projeto pesquisadores Guarani no Processo de Transmissão de Saberes e Preservação do Patrimônio Cultural Guarani – Santa Catarina e Paraná/ Agosto de 2014 – Novembro de 2015, p. 15). <https://historiaeculturaguarani.org/quem-sao-os-deuses-guarani-mbya/>. Acesso em: 30, janeiro, 2022.

La historia guaraní hoy no podría hacerse sin una referencia a la historia colonial, aunque no fuera más que por contraste con ella, y por los conflictos que con ella tuvo, pero no se reduce a ella. La corriente de agua que fue la sociedad guaraní, ancha y dilatada, no ha sido trasvasada enteramente a la historia paraguaya, como si esta fuera hoy la única corriente en que todas las aguas tuvieran que venir confundidas y confusas. Hay que dar gracias a Dios que existan etnias guaraníes en el Paraguay que con su diversidad cultural nos muestran lo que ha sido y es otra historicidad que nunca ha estado ausente de la sociedad paraguaya. La economía de jopói, la libertad de la persona que puede igualar su palabra a la de cualquiera en el aty, el uso de una lengua que sigue siendo indígena en sus palabras y en sus estructuras gramaticales, a pesar de sus reducciones de todo tipo, todo ello es todavía historia en el Paraguay. [...] Tal vez se pueda decir que el Paraguay, para su propio orgullo y prestigio, tiene dos historias como tiene dos lenguas. El hecho de que no se haya conseguido la síntesis, que se haya querido privilegiar la historia del Estado en cuanto occidental, no debe desalentar la investigación de una nueva comprensión de nuestra realidad histórica. La historia del Guaraní es un camino a una más alta y más amplia historia del Paraguay.

Bartomeu Melià (1997)

RESUMO

Esta dissertação aborda os aspectos históricos do processo de independência do Paraguai, com destaque para a presença indígena em um contexto de formação dos Estados latino-americanos. Particularmente buscamos investigar como os indígenas foram pensados e tratados no processo de construção do Estado paraguaio na ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia durante o processo de construção do Estado paraguaio. A presença indígena nas regiões da província do Rio da Prata, se dava a séculos. Mesmo que os indígenas não tenham participado de grandes eventos no processo de independência do Paraguai, o nativo, em especial o Guaraní era presente, e contribuíram com os conquistadores europeus, colonos e criolos, do período colonial ao independente para desenvolvimento do nascente Estado, principalmente na defesa da região, com seus conhecimentos, suas mulheres e sobretudo sua mão de obra. Sobre os movimentos que antecederam e que ajudaram nos processos da independência do Paraguai pode-se afirmar que os indígenas missioneiros e os próximos de regiões urbanas tiveram participação importante, pois quando Belgrano parte para subjugar o Paraguai a mando de Buenos Aires, os indígenas missioneiros se envolveram nos conflitos tanto do lado hoje argentino como paraguaio, desse contato confronto o Paraguai saía vitorioso do conflito, evento este que fortalece o Paraguai com a vitória que defende seu território e almeja ser independente. Destacamos que apesar do Paraguai ter sido um dos primeiros países a declarar a independência, não foi imediatamente reconhecido como uma Província Republicana pelo Vice-reino do Rio da Prata, demandando estratégias de resistências por parte da elite crioula regional. Nessa linha de abordagem desenvolvemos os objetivos específicos da pesquisa, dentre eles compreender como os indígenas agiram durante o governo de José Gaspar Rodríguez de Francia – (1811-1840); verificar como os indígenas foram representados nos documentos oficiais no Paraguai do século XIX, no período francista; e, reconhecer nos processos históricos de Independência e da criação do Estado paraguaio, o contexto em que os indígenas são representados. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica que se utiliza da análise qualitativa de publicações para compor os resultados da investigação, bem como pesquisa no Arquivo Nacional de Assunção (ANA), no Paraguai.

Palavras-chave: História indígena; Independência do Paraguai; Período francista; Estado Nação; Povos Nativos; Representações.

SUMMARY

This dissertation addresses the historical aspects of Paraguay's independence process, with emphasis on the indigenous presence in a context of formation of Latin American States. We particularly seek to investigate how indigenous people were thought of and treated in the process of building the Paraguayan State in the dictatorship of José Gaspar Rodríguez de Francia during the process of building the Paraguayan State. The indigenous presence in the regions of the province of Rio da Prata has been going on for centuries. Even though the indigenous people did not participate in major events in the Paraguayan independence process, the natives, in particular the Guaraní, were present, and contributed with the European conquerors, settlers and Creoles, from the colonial period to the independent, for the development of the nascent State, mainly in defense of the region, with their knowledge, their women and above all their manpower. Regarding the movements that preceded and helped in the processes of Paraguay's independence, it can be said that the indigenous missionaries and those close to urban regions played an important role, because when Belgrano left to subdue Paraguay at the behest of Buenos Aires, the indigenous missionaries involve in the conflicts both on the current Argentine and Paraguayan side, from this confrontation Paraguay emerges victorious from the conflict, an event that strengthens Paraguay with the victory that defends its territory and aims to be independent. We emphasize that although Paraguay was one of the first countries to declare independence, it was not immediately recognized as a Republican Province by the Viceroyalty of Rio de la Plata, demanding strategies of resistance on the part of the regional creole elite. In this line of approach, we developed the specific objectives of the research, among them understanding how the indigenous people acted during the government of José Gaspar Rodríguez de Francia – (1811-1840); verify how indigenous people were represented in official documents in Paraguay in the 19th century, during the Francoist period; and, recognize in the historical processes of Independence and the creation of the Paraguayan State, the context in which the indigenous people are represented. This is a bibliographical review research that uses the qualitative analysis of publications to compose the research results, as well as research in the National Archive of Asunción (ANA), in Paraguay.

Keywords: *Indigenous history; Independence of Paraguay; Francist period; Nation State; Native peoples; Representations.*

RESUMEN

Esta disertación aborda los aspectos históricos del proceso de independencia de Paraguay, con énfasis en la presencia indígena en un contexto de formación de los Estados latinoamericanos. Particularmente buscamos indagar cómo se pensó y se trató a los indígenas en el proceso de construcción del Estado paraguayo en la dictadura de José Gaspar Rodríguez de Francia durante el proceso de construcción del Estado paraguayo. La presencia indígena en las regiones de la provincia de Río de la Plata viene desde hace siglos. Si bien los indígenas no participaron en los grandes acontecimientos del proceso independentista paraguayo, los indígenas, en particular los guaraníes, sí estuvieron presentes y contribuyeron con los conquistadores, colonos y criollos europeos, desde la colonia hasta la independencia, para el desarrollo del Estado naciente, principalmente en defensa de la región, con sus saberes, sus mujeres y sobre todo su mano de obra. En cuanto a los movimientos que precedieron y ayudaron en los procesos de independencia del Paraguay, se puede decir que los misioneros indígenas y los cercanos a las zonas urbanas jugaron un papel importante, pues cuando Belgrano partió para someter a Paraguay a instancias de Buenos Aires, los misioneros indígenas involucrarse en los conflictos tanto del actual lado argentino como paraguayo, de este enfrentamiento Paraguay sale victorioso del conflicto, hecho que fortalece a Paraguay con la victoria que defiende su territorio y aspira a ser independiente. Resaltamos que si bien Paraguay fue uno de los primeros países en declarar su independencia, no fue inmediatamente reconocida como Provincia Republicana por el Virreinato del Río de la Plata, exigiendo estrategias de resistencia por parte de la élite criolla regional. En esta línea de abordaje, desarrollamos los objetivos específicos de la investigación, entre ellos comprender cómo actuaban los indígenas durante el gobierno de José Gaspar Rodríguez de Francia – (1811-1840); verificar cómo los indígenas estaban representados en documentos oficiales en Paraguay en el siglo XIX, durante el período franquista; y, reconocer en los procesos históricos de Independencia y de creación del Estado paraguayo, el contexto en el que se representan los pueblos indígenas. Se trata de una investigación de revisión bibliográfica que utiliza el análisis cualitativo de las publicaciones para componer los resultados de la investigación, así como investigaciones en el Archivo Nacional de Asunción(ANA), en Paraguay.

Palabras clave: Historia indígena; Independencia del Paraguay; Periodo franciscano; Estado nacional; Pueblos nativos; Representaciones.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Quadro populacional das Missões Jesuitas entre 1750 – 1801....	29
Quadro 02 - Divisão da História Nacional do Paraguai.....	53
Quadro 03 - Classificação étnico-linguística dos habitantes indígenas no Paraguai.....	55
Quadro 04 - Denominações atuais dos nativos paraguaios.....	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – As 30 missões jesuíticas.....	66
Figura 02 - Principais rios da bacia Platina	72
Figura 03 – Afluentes da bacia Platina.....	72
Figura 04 - Decreto em Guarani.....	84
Figura 05 - Ata da Biblioteca de Francia.....	85
Figura 06 - Músicos do Quartel do Hospital.....	87
Figura 07 - Lista dos naturais músicos da pátria.....	88
Figura 08 - Registro ANA.....	92
Figura 09 - Imagem do registro ANA.....	93
Figura 10 - Carta de Francia em resposta à denúncia recebida.....	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA E A CRIAÇÃO DO ESTADO PARAGUAIO.....	34
1.1 O VICE REINO DO PRATA E A FORMAÇÃO DO ESTADO PARAGUAIO	44
1.2 MODELO FRANCÊS DE ESTADO NAÇÃO.....	46
CAPÍTULO II – O INDÍGENA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA	51
2.1 OS INDÍGENAS DEVERIAM DESAPARECER PARA SURGIR A NAÇÃO PARAGUAIA.....	52
2.2 OS INDÍGENAS NA COLONIZAÇÃO.....	59
2.3 OS INDÍGENAS E A INDEPENDÊNCIA.....	63
2.4 INDÍGENAS E AS FRONTEIRAS NA BACIA DO RIO DA PRATA	72
CAPÍTULO III – REPRESENTAÇÕES.....	77
3.1 REPRESENTAÇÕES E A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....	77
3.2 ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO HISTORIOGRÁFICA	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo originou-se da pesquisa apresentada para conclusão do curso de Bacharel em História América Latina, da Unila. Na época havíamos definido que um dos objetivos era buscar entender “qual era o papel, ou função das estâncias da pátria³ no período do governo de José Gaspar Rodríguez de Francia no século XIX”? “. No andamento dos estudos, abordando questões econômicas, políticas e sociais, foi possível constatar certa singularidade em relação a independência e formação histórica social do Paraguai, questões que motivaram para que a jornada se prolongasse para novas abordagens, com ênfase nos indígenas Guaraní no contexto histórico do Paraguai, sua representação em documentos oficiais, como a participação indígena na independência paraguaia, com recorte temporal em abordagens anterior e o presente período de governo de Dr. Francia no século XIX – (1811-1840).

Ao longo dos anos da colonização surgiram distinções culturais entre os indígenas guaraní, pode-se identificar os guaraní missioneiros como aqueles nativos que foram catequizados pelos jesuítas, ou seja, que sincretizaram elementos jesuítas dando forma à “utopia cristã-ameríndia nas missões”, em contraposição encontram culturalmente denominados de guaraní *monteses* (habitante das matas, termo pejorativo atribuído a eles), às populações indígenas que se refugiaram nas florestas, nas matas e pântanos e conseguiram escapar dos desbravadores, escapando também dos encomenderos e dos jesuítas. Os *monteses* não se submeteram à catequização e ficaram conhecidos como povos das matas (MELIÀ, 1993).

A mudança sociocultural dos indígenas no Paraguai se deu pela mistura indígena entre europeus e colonos, uma mistura que tem na sua base a violência sexual contra a mulher indígena, dentre outros elementos. Contudo, a maioria das etnias organizava-se de forma que os meninos e meninas pertenciam a família da mãe. Este princípio matriarcal expressava-se vigorosamente, as mulheres eram minoria e ocupavam uma posição muito independente e respeitada. Moreira (2021, p.13) afirma: “*en cada etnia podía apreciarse la libertad que gozaban las jóvenes antes*

³ As estâncias da pátria ou “*estancias de la republica*”, eram porções de terras do governo e terras que foram confiscadas de proprietários particulares, que divididas em forma de chácaras foram arrendadas para camponeses com pouco ou nada poder aquisitivo, onde estes deveriam produzir e pagar ao governo certa porcentagem da produção. Os produtos que das estâncias da pátria se arrecadava, ajudava o governo do Dr. Francia a suprir as necessidades rotineiras de consumo de regimentos militares, principalmente o consumo de carne a partir da criação de gado (LEAL, 2017, p. 103).

del matrimonio, motivo por el cual eran muy frecuentes los infanticidios e los abortos provocados ya consecuencia la muerte de muchas mujeres". O processo colonial rompeu o costume Guarani, no qual eram as mulheres que elegiam seus maridos, geralmente nas festas, quando os homens exibiam seus méritos ante as mulheres e elas decidiam com quem queriam casar (MOREIRA, 2021).

Muitas vezes as alianças matrimoniais eram ocasiões de "bons negócios", não de um ponto de vista econômico, já que este tinha pouca relevância entre os Guarani. Todavia, eram frequentes os laços matrimoniais serem firmados entre jovens de "tribos" de diferentes etnias, e nesse caso, cada um conservava a sua língua, porém cabia à mulher ensinar a língua e às tradições aos filhos, o que justifica que tenha se desenvolvido mistura entre as etnias (PIÑEDA, 2022).

Chaves (2017), ao relatar a origem do homem americano comenta que na chegada dos europeus em 1492 encontraram o "novo mundo" povoado de pessoas as quais denominaram de "índios" (habitantes das índias ocidentais), entretanto, historicamente são identificados como povos originários, indígenas, aborígenes, nativos dentre outros.

Moreira (2021), explica não se trata de povos "autóctones" pelo fato de que não se trata de uma "raça" homogênea. Explica o autor que a primeira corrente migratória acessou o continente vindo do continente asiático, mais precisamente derivando-se dos povos mongólicos, que atravessaram o istmo asiático norte-americano.

A segunda corrente migratória teria origem na Polinésia e teriam acessado o continente por mar chegando à América Central. A terceira corrente migratória seria australiana e teria povoado a América do Sul, acessando o continente atravessando a Tasmânia e a Terra do Fogo. Estudos arqueológicos estimam que os povos paleolíticos chegaram ao Paraguai uns 6000 anos AP⁴, e os povos do período neolítico há uns 3000 anos AP. Assim, os primeiros humanos a se instalarem na região do Chaco foram os indígenas de cultura paleolítica, e se caracterizavam por serem caçadores, coletores e nômades (MOREIRA, 2021).

Chaves (2017), destaca que a América foi povoada em etapas, com origem no continente asiático e que chegaram por diversos caminhos, estampando as "raças" presentes no "novo mundo", tanto ao norte quanto ao sul do continente americano,

⁴ AP – (Antes do presente, marco temporal tendo como referência ao ano de 1950).

pontua que ao todo eram seis grupos etnográficos que povoaram a América do Sul, os amazônicos ocuparam o leste do rio Paraguai estendendo suas ocupações rumo ao Sul até o rio da Prata, e a oeste do rio Paraguai estabeleceram-se os Pámpidos, envolvendo o Alto Peru, o centro-sul da Argentina até a Patagônia.

Segundo estudos recentes de Funari (2023), “Pré História no Brasil”, todos os homens modernos que vivem hoje no mundo fazem parte de uma única espécie, a do *Homo sapiens sapiens*. Quando teria surgido essa nossa espécie e onde? Há duas maneiras de buscar informações e de tentar responder a essas perguntas: por meio da Genética e da Paleontologia.

Juntando ambas as vias de pesquisa, os estudiosos têm proposto uma origem africana recente para o *Homo sapiens sapiens*. Ideia que se opõe àquela visão que sustenta que os seres humanos modernos (nós) teríamos evoluído de forma independente em diferentes áreas da Eurásia e da África (FUNARI, 2023, p. 39).

Quando surgiram os primeiros homens modernos? Não se sabe ao certo, porém ficou constatado que já havia *Homo sapiens sapiens* fora da África, na Palestina, há 92 mil anos. Cientistas analisaram o DNA mitocondrial – material genético em uma célula que passa sem modificações de mãe a filho – de indivíduos de diversas partes da Terra e concluíram que todas as pessoas são, em última instância, originárias da África (FUNARI, 2023, p. 39). O referido pesquisador destacam ainda que o povoamento ocorrido na América se deu a partir de levadas de migrações ao longo de milênios. Na América: *Paleoíndio* (antes de 8.000 AP; o termo “paleoíndio” designa o período anterior à agricultura e à cerâmica).

Embora as narrativas históricas pouco ou nada atribuem destaque ao protagonismo indígena em relação ao advento das independências, haja vista que indígenas não aparecem na independência do Paraguai, ou são silenciados, compreendemos que o viés oficial está presente na história das independências e na formação dos Estados Nacionais onde o destaque se dá para os sujeitos históricos considerados os pais das pátrias, tidos como heróis pelos feitos, pelos ideais que defendiam nesses processos políticos, militares, sociais.

Segundo Correa (2014), às histórias oficiais das pátrias latino-americanas são narradas como as únicas válidas, onde se refugiaram os heróis, os precursores e próceres, na sua grande maioria contadas por militares, por homens de governo, todos pertencentes às elites. Contudo, existem outras histórias, mais ou menos contemporâneas que têm sido a preocupação de alguns investigadores e

investigadoras que buscam outra perspectiva: escrutinar no passado para reescrever e ressignificar a história dos vencidos, dos que não são filhos protagonistas (CORREA, 2014, p. 154). Assim, é necessário compreender a presença indígena na história do Paraguai, nas entrelinhas de documentos oficiais ou mesmo em bibliografias oficiais ou revisionistas entre outras que tratem de temas relacionados.

No decorrer da pesquisa foi possível fazer uma visita no Arquivo Nacional do Paraguai, na oportunidade adquirimos algumas bibliografias com publicações atualizadas sobre o tema e para dissertação do mestrado ampliamos nosso escopo de análise para o contexto dos povos indígenas, em especial para o povo Guarani, no governo de Francia dialogando com as independências que ocorriam no Continente Latino-americano.

Inicialmente analisamos o contexto sociopolítico do início do século XIX, quando ocorreu na América Latina um conjunto de acontecimentos que levaram a independência de várias regiões, entre elas a Província do Paraguai, separada da Coroa espanhola e, conseqüentemente, das Províncias Unidas do Rio da Prata, unidas com Buenos Aires, a capital do Vice-Reino. A historiografia da América Latina é vasta, mas é também tendenciosa, permeada por um lado da história, com sua árdua tarefa de reconhecer o papel dos indígenas na formação dos Estados Latino-americanos. Segundo Carlos Aguirre Rojas (2001, p. 73), a historiografia latino-americana não está suficientemente estudada para constituir uma síntese de sua trajetória que possa consolidar uma “história global da historiografia da América Latina”. Compreendemos que a história do Paraguai por vezes é entendida como uma história singular em relação a outras nações, quiçá alguns fatores sirvam de fundamento para tal argumento, como a própria localização geográfica e política, não banhado pelo mar e isolada da província em relação aos vizinhos. Soma-se aos fatores acima a pouca importância comercial, a forte miscigenação e o predomínio do guarani sobre o castelhano reforçaram o isolamento da região e favoreceram o surgimento de uma sociedade com características distintas das demais sociedades platinas (RAMOS, 2011, p. 133).

No período colonial, a chegada do europeu colonizador na região do Rio do Prata, buscando metais preciosos, gerou o encontro e o contato assimétrico com indígenas, todavia, com o tempo os europeus “compreenderiam” que a região era escassa de metais preciosos como ouro e prata (MAESTRI, 2014). Além da escassez de metais preciosos, para se alcançar a região de Potosí na atual Bolívia (local onde

existiam importantes minas de prata) havia um longo e árduo caminho. Consequentemente a permanência na região fortaleceu laços com povos indígenas, sendo que o conhecimento indígena, a relação com mulheres nativas, o uso da mão de obra, foram fatores importante para o estabelecimento e sobrevivência do europeu na região, sobretudo com o povo Guaraní, o qual estava presente na região havia séculos (MAESTRI, 2014). Segundo o referido pesquisador, em 15 de agosto de 1537⁵, fundava-se o fortim de Asunción nas margens da baía de Asunção, no rio Paraguai.

Para manter-se na região e se consolidar, a administração de Irala (1509-1556), distribuiria lotes de terras nas redondezas de Assunção incentivando a ocupação e a produção colonial e incentivava “casamentos” de espanhóis com mulheres Guaraní. A prática sancionaria a aliança inicial entre os colonizadores e a população da terra, através de seus principais, ou seja dirigentes aldeão-familiares nativos. A aliança com os nativos não tardaria a mostrar-se plenamente como uma dura forma de submissão e exploração dos mesmos (MAESTRI, 2014).

Doratioto (2002), também afirma que a história do Paraguai é marcada pela subjugação dos povos originários e a exploração da terra. Para esse autor, já no século XVI os espanhóis exploravam suas regiões em busca de ouro e prata, como esses metais eram escassos, a exploração se concentrou na terra, a princípio com uso de mão de obra de nativos indígenas, posteriormente de negros escravizados. O pesquisador afirma ainda que a Espanha teria criado o vice-reino do Rio da Prata em 1776, com sede em Buenos Aires, com a intenção de conter a expansão territorial dos portugueses nessa parte da América.

Com o movimento de independência do vice-reino, Buenos Aires almejava centralizar o novo “Estado nacional” sob seu comando, o Paraguai como província deste vice-reino, não aceitou se subordinar aos portenhos, declarando sua independência e vindo a entrar em conflito em 1811 em defesa de seus interesses

⁵ A região era densamente habitada por comunidades domésticas guaranis, capazes de fornecer alimentos e trabalhadores para as expedições espanholas que partiam à procura das minas andinas. A sorte não sorriu, entretanto, aos conquistadores do Paraguai, superados na disputa pela primazia das descobertas. Em abril de 1545, foi descoberto o primeiro veio argentífero em Potosí por outros aventureiros hispânicos. Desiludido, Domingos Martíz Irala [1509-1556], governador do Rio da Prata desde 1537, retornou a Asunción, em inícios de 1549, da última grande busca da “Sierra de Prata”, para repartir, a seguir, as terras e as importantes populações nativas da vizinhança entre os colonizadores-conquistadores. Iniciava-se a história do Paraguai Colonial que, em “La Lucha por la tierra en Paraguay”, o historiador e político paraguaio Carlos Pastores [1907-96] definiria como, “en gran parte”, a “lucha por el dominio de sus indios, de sus tierras y de sus yerbales” (MAESTRI, 2014, p.18).

comerciais, os quais estavam sendo dificultados pelos portenhos em detrimento de províncias interioranas (DORATIOTO, 2002). O Paraguai saiu vitorioso nesse conflito. Em 1811 foi derrotada a coluna militar comandada por Manuel Belgrano, enviada por Buenos Aires para submetê-los. A proclamação formal da independência paraguaia, porém deu-se apenas em 1842⁶ embora o II Congresso Geral Paraguaio, de 1813, a deixasse explicitada ao substituir a designação do Paraguai de Província para República (DORATIOTO, 2002).

O referido autor observa ainda que até o início da década de 1840, inexistiram contatos oficiais do Paraguai com seus vizinhos. Francia isolou seu país como a melhor forma de manter a independência em relação a Buenos Aires e à sua própria ditadura, na qual as instituições “públicas” eram um apêndice de sua vontade e idiossincrasias pessoais.

É notório nos eventos das independências e formação das sociedades latino-americanas que as histórias oficiais das Nações empregam um modelo de história oficial romantizada, a qual destaca e enaltece os feitos ou ações de “heróis” como Simon Bolívar, José de San Martín, Miguel Hidalgo, entre outros. Segundo Chust, (2007), que trata sobre *“Tesis de la Historia Oficial hispanoamericana”*, afirma que:

Sería la apadrinada por "la historia patria", "la historia de bronce" o cualquiera de los sinónimos que según los diversos países se denomina a la historia événementielle. Historia que actuaría en función de la explicación de un pasado inexistente por cuanto colonial y español, un antepasado heroico y romántico - el prehispánico - y una explicación de la historia en donde los sujetos históricos son "héroes" griegos en lucha por una sociedad "libre, justa y heroica" contra la opresión "bárbara colonial hispana". Los mitos y Héroes patrios nacían y se mantienen: Bolívar, San Mmiín, Sucre, Aliigas, Santander, Hidalgo, Morelos, etc (CHUST, 2007, p. 393).

No caso paraguaio, a história dita oficial tornou os próceres da independência célebres fundadores do “Estado nação”, destacando-os em relação aos demais da sociedade. Ao longo do tempo estes foram sendo gradativamente vinculados como heróis, no caso de Dr. Francia, sendo eternizado e referenciado como “pai” da nascente pátria independente. Perpetua-se assim certa propagação de suas imagens

⁶ A independência paraguaia só foi formalmente proclamada em 1842 e o primeiro país a reconhecê-la foi o Império do Brasil, o fez em 1844. De 1824 a 1829, porém, o Brasil manteve um cônsul em Assunção, Manuel Correa da Câmara, a quem Francia pleiteou um tratado definindo os limites entre os dois países, baseado no Tratado de Santo Ildedonso, de 1777, e recusou o critério, desejado pelo Rio de Janeiro, do “uti possidetis”. Por este, caberia a cada país o território que efetivamente estivesse ocupando por ocasião da independência, e assim seriam brasileiras as terras decorrentes do expansionismo colonial português. As relações brasileiro-paraguaias deterioraram-se rapidamente, a ponto de Francia expulsar o cônsul brasileiro em 1829 (DORATIOTO, 2002, p. 24).

de geração em geração, nutrindo os sentimentos nacionalistas dos mais adeptos e fervorosos defensores de estas ou aquelas personalidades.

Retornar à certos temas históricos com outras abordagens, outras perspectivas, torna-se pertinente, pois no limiar do século XX ampliou-se os espaços para estudos da realidade Latino-americana em seu contexto de independência, e ainda assim, compreende uma árdua tarefa reconhecer o papel dos indígenas na formação dos Estados latino-americanos.

Vemos que os estudos históricos de Maria Ligia Prado (1994) e Timothy Anna (2001), dos processos de independência do (México e Nova Granada), apontam que os interesses no rompimento com a coroa espanhola e a busca por independência se caracterizava por uma busca por conquistas econômicas, políticas e sociais, de determinados setores da sociedade, sendo estes sobretudo composto pela elite crioula, enquanto que os anseios da maioria da sociedade se configurariam em segundo plano, principalmente de “negros” e “indígenas”.

Entretanto, Prado (1994) e Anna (2001), concordam que todos os setores da sociedade estiveram envolvidos nesse processo que consideram revolucionário. Prado (1994), afirma que ao despertar o novo século não é de surpreender que os explorados tenham participado do movimento de independência para concretizar suas aspirações, diga-se desde já, diversas daquelas propugnadas pelas lideranças criollas do movimento.

Segundo Anna (2001), as *castas* e os índios, que juntos constituíam 82 por cento da população, estavam segregados das classes privilegiadas ao mesmo tempo por uma legislação formal e consuetudinária⁷ e por sua pobreza. Excluídos por lei dos cargos públicos e eclesiásticos, proibidos teoricamente de viver a lado nas mesmas aldeias, limitados em sua mobilidade social por proibições de acesso às profissões, eram os trabalhadores e provedores da sociedade, submetidos a uma opressão que as leis paternalistas da coroa nada faziam para mitigar (ANNA, 2001, p. 78).

Tendo em vista que parte expressiva das populações que compõem as sociedades Latino-americanas não aparecem nas histórias oficiais dos processos de independências e formação de “Estados nacionais”, almejamos neste estudo entender como se deu a presença do indígena Guarani no contexto histórico do Paraguai. A história dita “oficial” deste país aponta para a figura de Dr. Francia, como sendo um

⁷ Que se baseia nos costumes, na prática, nos hábitos de uma sociedade.

dos importantes próceres da independência, considerado parte da elite da época, que, como político, teria se destacado ao longo do tempo.

De formação acadêmica, transitava pela teologia, atuava também na área do direito, conhecia do sistema de “*cabildo*”, como prócer destacou-se como ferrenho defensor da independência. Seu pai José Engrácia García Rodríguez de Francia⁸, apesar do nome pretensioso e da partícula “*de*” enobrecedora, era português plebeu, nascido possivelmente em Mariana, no Rio de Janeiro, (1739), foi influente na sociedade paraguaia (MAESTRI, 2014, p, 75).

O autor destaca ainda que as funções militares como oficial de artilharia, as missões públicas que cumpriu, o casamento ilustre, aos 23 anos, sugerem que José Engracia García, pai de Dr Francia, possuía boa formação educacional ao chegar ao Paraguai, e que talvez, as acusações que sofreu sobre sua pureza de sangue deviassem sobretudo à falta de uma genealogia enobrecedora no seu país de nascimento.

Contudo, Wasserman (2011), analisa que a situação mundial que antecedeu a emancipação política das colônias espanholas da América era muito particular. Pois, após a invasão napoleônica na Península Ibérica, enquanto as cortes portuguesas vieram para o Brasil, os espanhóis resistiram até o aprisionamento do Rei Fernando VII, da dinastia Bourbon, e sua substituição pelo irmão de Napoleão, José Bonaparte.

Em decorrência, no Vice reino do Rio da Prata, uma das primeiras manifestações foi a fidelidade à dinastia dos Bourbons, a resistência aos franceses e a substituição do vice-rei Santiago de Liniers, que era francês. As alternativas, frente a peculiar situação metropolitana, eram entregar-se ao domínio francês, esperar para ver o que aconteceria nos campos de batalha do velho mundo ou formar uma junta de

⁸ As origens familiares de José Engrácia eram desconhecidas e ele foi acusado de mulato, mestiço, mameluco. Entretanto, tudo leva a crer que o jovem tenha chegado ao Paraguai já possuindo certa instrução, o que não era próprio aos membros das classes subalternizadas luso-brasileiras. Efetivamente José Engrácia entrou com 19 anos, em 1758, nas milícias provinciais da província do Paraguai, reformando-se no posto de capitão de artilharia, o que exigia conhecimentos matemático, ainda que rudimentares. Desde 1787, por alguns anos, foi encarregado pelo governo provincial de importantes missões e tarefas. Entre outras funções, foi nomeado administrador das “temporalidades de Yguarón”, “uno de los pueblos más importantes de la provincia”, com dos mil “indio, en su mayoría artistas y obreros”. Na chefia de “pueblo de índios de Yguarón”, foi acusado de despotismo e de imoralidade em relação aos administrados. José Engrácia dedicou-se também com sucesso ao comércio, possuindo barcas com as quais portava mercadorias suas e da administração a Corrientes e Buenos Aires. Em 1762, José Engrácia casou-se com Maria Josefa Fabiana Velasco y Yegros, de família excelente, descendente dos primeiros colonizadores, com parentes bem colocados na administração civil e sobretudo eclesiástica. Do casamento, nasceram cinco filhos: Lorenza, Petrona Regalada, José Gaspar, Pedro e Juan José Ignacio. Em 1782, José Engrácia, enviuvara, casando-se no ano seguinte com Rafaela de Aristegui, da qual encontrava separado, 1785. O casal teve uma filha Agustina Rosa, que morreu solteira, com dois filhos naturais – José Buenaventura e Silveria Manuela (MAESTRI, 2014, p. 75-76).

governo local e iniciar o processo de independência colonial, destaca Wasserman.

Não se pode afirmar com exatidão que os primeiros líderes das Jornadas de Maio, formadores da junta de governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, tinham o objetivo definido de iniciar um processo de emancipação. Muitos espanhóis pensavam que o mais conveniente era formar a junta de governo, defender o rei cativo e esperar. A iniciativa de Buenos Aires – fruto de seu prestígio como cidade mais importante do vice-reinado – em convocar as províncias e os cabildos e decidir pela substituição do vice-rei por uma junta, não foi recebida com entusiasmo por muitos. A resistência vinha de vários lados, como de Córdoba, onde Liniers havia se refugiado, de Mendoza e de Salta, além da contrarrevolução que veio do Alto Peru, Paraguai e Montevideo (WASSERMAN, 2011, p. 99).

No caso do movimento de emancipação do Vice-reino do Rio da Prata em relação à metrópole, vemos num primeiro momento que a destituição do vice rei e sua substituição por uma junta, não foi bem recebida, haja vista que muitas regiões ainda eram fiéis à coroa espanhola. Encabeçado pela província de Buenos Aires com seus líderes saí à frente das demais províncias, porém como visto a busca da emancipação não estava bem definida, processo que se fortalece com o tempo.

Entretanto, talvez pelas tomadas de decisões antecipadas, com tal ação a província de Buenos Aires sai a frente com certa centralização do movimento emancipatório, e sobretudo como visto sem o consenso junto a outras regiões, isso talvez tenha sido a origem ou começo dos conflitos que futuramente se arrastaram e afligiram as diversas regiões das províncias do vice-reino do Prata. Pois como destaca (LUNA 1995 apud WASSERMAN, 2011, p. 99).

Lo que había sucedido en Buenos Aires, en efecto, era demasiado escandaloso como para que se aceptara pacíficamente. El derrocamiento de un delegado del rey o de la Junta que decía representarlo, y su sustitución por una Junta, era realmente algo difícil de tragar en las regiones más fidelistas del virreinato.

Para Moyano (2012), os acontecimentos que culminaram com a queda da monarquia espanhola na guerra contra Napoleão conduziram para que acontecessem guerras civis em seus territórios, surgindo disputas pelo poder, pois configurava-se um cenário político de vácuo e incerteza, levando ao desenvolvimento de debates a respeito da legitimidade da soberania. Diferentes concepções político-ideológicas de mundo entraram em conflito, formando um processo complexo que deu início à construção de Estados em diferentes regiões do continente americano. Seria neste contexto, que a incerteza política e o vazio de poder teriam originado Estados frágeis, com muitas tensões internas.

Moyano (2012) destaca ainda que consequentemente as Províncias constituíram entidades com atribuições soberanas, instaurando Conselhos de Regências, iniciando assim processos de proclamações de Juntas de Governo. E assim, a partir de uma concepção ampliada dos “*Cabildos*”⁹ que funcionavam nos centros urbanos, estas Juntas de Governo surgiram sem um projeto político e sem concepção homogênea do mundo em conjunto com elas.

Segundo Pimenta (2006), as lutas ocorridas em busca de independência, originaram vários países que se auto proclamaram republicanos, somente o Brasil adotaria a monarquia como sistema de governo após a independência. O Paraguai teve sua independência proclamada em 1811, por José Gaspar Rodríguez de Francia aliado a outros próceres, tornando-se ditador, governando até 1840, em suas ações manteve o país isolado e afastado das guerras civis que aconteciam nos países vizinhos.

Deste modo, ciente da presença de populações nativas nas regiões das províncias que buscaram independência, é importante conhecer como o governo paraguaio tratou o tema independência com os povos nativos originários, se estes apresentaram alguma representatividade na independência do Paraguai. Verificar como os indígenas foram representados nos documentos oficiais no Paraguai do século XIX, durante o período Francista. Reconhecer nos processos históricos de Independência e da criação do Estado paraguaio, o contexto em que os indígenas são representados.

A importância de se estudar a participação dos indígenas na formação dos Estados latino-americanos é representada pela luta que ainda se faz presente em defesa de seus direitos, especialmente nas questões ligadas à terra e às diferentes representações que estes povos têm na América Latina. A partir da Constituição Nacional de 1992, o Paraguai reconheceu os direitos socioculturais e linguísticos dos povos nativos e legalmente apoia a preservação da cultura indígena como um indicativo de resistência destes povos.

⁹ “Cabildo proviene del latín y se entiende como ayuntamiento de hombres, dicen las Partidas, y ciertamente es él un cuerpo colegiado que delibera sobre intereses de la comunidad, distribuye justicia al vecindario y ejerce el gobierno del municipio. Lo integran los Alcaldes ordinarios y de la Hermandad, el Alférez Real, los Regidores y el Alguacil. El Gobernador o quien a su vez es un presidente nato. Corre a cargo del Cabildo la policía e higiene de la ciudad, la administración de la justicia; la regulación de los precios, el control de la moneda, de las pesas y medidas, y del ejercicio de las profesiones manuales; todo lo tocante a edificación, trazado y limpieza de las calles; la reglamentación de las fiestas públicas. Recibe en acto público a los nuevos gobernantes y les da la posesión del cargo” (FRUTUS, 2009, p. 9-10).

Porém, ao longo do Paraguai independente o processo não ocorreu de maneira satisfatória para os povos indígenas. Desejamos analisar como os indígenas foram tratados no processo de construção do Estado paraguaio e durante a ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia. Também buscamos analisar como os indígenas foram pensados e tratados no processo de construção do Estado paraguaio, e isso implica refletir o tipo de sociedade desejada pelas elites criollas que proclamaram a independência.

Atentos a nova historiografia que trata da história indígena, nossa intenção é perceber o indígena como sujeito do processo histórico, como os povos agiram no novo cenário sociopolítico que se apresentava com a ação da elite crioula. Parece certo que os indígenas não ficaram alheios ao processo, ao contrário, buscaram definir sua posição no novo contexto. De acordo com Bernand (2016), com a invasão francesa na Espanha ocorreu a decomposição da monarquia, trazendo consequências para as colônias hispano-americanas, sendo a principal, a mobilização política pelas independências, na qual participaram também as comunidades indígenas.

Aunque los indígenas no fueron los actores principales de estos hechos, participarán activamente en los combates juntos con otros sectores populares. Después de la Independencia la población indígena del norte y del sur del continente continuará la lucha para defender sus intereses amenazados por la homogeneización republicana. La participación de los indígenas en la revolución obedece a lógicas locales y regionales, de ahí que los encontramos en ambos frentes, el criollo independentista y el realista (BERNAND, 2016, p. 45).

Alguns povos se juntaram em comunidades e formaram juntas para lutar pelos direitos de sua população. Em toda a América espanhola formaram-se juntas que discutiam e lutavam pelos direitos dos hispano-americanos. Nas Províncias Unidas do Prata uma das primeiras medidas foi decretar a liberdade dos indígenas, e reconhecer ao menos a língua dos Guaraní e dos Quechua (HERNÁNDEZ, 1992).

Outro fato notório, advindo a queda de Fernando VII para os franceses, o que levou a ausência de um representante de sangue *Borbón* na coroa espanhola, aguçou os interesses de Carlota Joaquina de Bourbon sua irmã, em sucedê-lo em relação as colônias americanas, em especial o Paraguai.

Carlota Joaquina de Borbón; Hija del rey Carlos IV de España, hermana de Fernando VII, estaba casada con el Rey portugués, Juan VI. Creyéndose sucesora de su hermano, quien no podía gobernar porque se hallaba preso en Francia, reclamó sus derechos como única

heredera de las colonias americanas. Este proyecto halló eco en algunos gobernadores y partidarios de la corona española, pero fracasó porque las revoluciones emancipadoras siguieron su curso y ya no pudieron ser detenidas (MOREIRA, 2021, p. 133).

No entanto, Dr Francia encontrava no Paraguai um campo fértil para implantar um regime que se valia da sua autoridade, ao mesmo tempo em que se estabelecia pela credibilidade. Com a queda da coroa espanhola, a ausência de poder nas colônias, motivou os movimentos que visaram a emancipação, vindo Dr Francia a se destacar como bom orador, conseguindo também apoio no meio político, mantinha fortes discursos em defesa da independência da Província do Paraguai contra a Espanha como a não sujeição a Buenos Aires. Segundo Moreira (2021), em seus atos Dr. Francia manifestava profundo patriotismo, em documentos escritos considerados de autoria de Dr. Francia, apresentava em sua escrita aquilo que defendia para a pátria paraguaia.

Las expresiones manifestadas por Francia, en todos sus actos, revelan su profundo patriotismo, pero sin lugar a dudas otros dos documentos también caracterizan su ideología. Uno de ellos es la nota de 20 de julio, dirigida a la Junta de Buenos Aires. La nota no lleva firma, pero se supone que fue obra de Francia debido al estilo en que fue escrita. El otro instrumento que arroja a luz sobre su doctrina es el Reglamento de Gobierno, por el cual el Paraguay se declaraba República soberana (MOREIRA, 2021, p. 162).

A nota de 20 de julho de 1811, orientava a política paraguaia em relação a Buenos Aires, a qual manifestava a resolução inquebrantável do Paraguai de conservar sua autonomia, sendo expressada nos seguintes termos:

Se engañaría cualquiera que llegara a imaginar que su intención había sido entregarse al arbitrio ajeno y hacer dependiente su suerte de otra voluntad. En tal caso nada más habría adelantado, ni reportado otro fruto de su sacrificio que el de cambiar unas cadenas por otras y mudar de amo (MOREIRA, 2021, p. 137).

Dr. Francia afirmava que a Província do Paraguai se governaria por si mesma e que a Junta de Buenos Aires não podia exercer nenhum direito sobre ela. Nesses dias Dr. Francia, desgostoso pela atuação de certos “*Vocales*”, se retirou do governo a sua chácara em “*Ybyray*” (MOREIRA, 2021).

Outros aspectos que o favorecia era sua formação acadêmica, conhecia da área do Direito, trabalhou no “*Cabildo*” de Assunção, e além de tudo conquistou o apoio das classes populares menos abastadas, derrotando os contrários tidos como adversários ao longo dos eventos políticos, conseguindo implantar seu regime

ditatorial definitivamente em 1814, permanecendo até 20 de setembro de 1840, advindo a sua morte. Os registros de cartas e decretos do ditador apresentam como se desenvolvia o regime francista com a população em geral, cabendo assim analisar a participação dos nativos, especialmente os Guaraní na implantação do “Estado nação” paraguaio.

Paoli (1996), critica o movimento de emancipação, pois no seu entender não mudou muito a situação dos explorados. Afirma que antes das independências os povos nativos originários eram explorados pelos europeus, com a independência passariam a ser explorado pela elite crioula que tomou o poder, constituindo-se um novo tipo de embate pela posse do território, onde os trabalhadores eram oprimidos pela dependência econômica denominada “escravidão pelo endividamento”. Ou seja, o advento da independência não proporcionou mudanças expressivas para o povo indígena, servindo apenas para mudar o contexto da opressão, passando o domínio dos espanhóis da metrópole para o domínio dos “*criollos*”¹⁰. Para Brighenti (2010), os nativos do Paraguai não participaram de levantes e tiveram a sua situação de dificuldade agravada após a independência, pois as comunidades indígenas passaram a serem regulamentadas e suas terras delimitadas, a mão de obra continuava explorada, e isso impossibilitava o desenvolvimento de tais comunidades, mesmo aquelas que mantinham proximidade com o governo de Francia.

Após 1814, Dr Francia denominado de “*El Supremo*”, mergulhou o Paraguai em seu governo ditatorial, a sociedade paraguaia adaptou-se ao absolutismo de Francia, que aos poucos foi sendo direcionado exclusivamente contra a elite da época. Segundo Chiavenatto (1990), os ricos paraguaios que até então demonstravam luxo e ostentação em Assunção, foram perseguidos por “*El Supremo*” Dr. Francia. As ações contra os mais ricos ajudaram a conquistar a confiança da população pobre.

De acordo com Brighenti (2010), no governo de Francia buscou-se implantar no “novo país” uma política com maior igualdade principalmente entre camponeses, indígenas, mestiços, e em busca da supremacia levou o desenvolvimento da agricultura distribuindo terras arrendadas com as denominadas “estâncias da pátria” e mantinha seu desejo de construir um Estado forte.

O território que se constituiria como Paraguai a partir de 1811, mantinha presença de vários povos indígenas distintos, destacando-se o Guaraní em quase

¹⁰ Descendentes de espanhóis nascidos na América.

toda parte leste do rio Paraguai. Os Guarani foram os que mais contatos mantiveram com os espanhóis e colonos, bem como com as reduções dos padres da Companhia de Jesus a partir de 1610. Antes dessa data, experiências religiosas cristãs com os Guarani estiveram a cargo dos franciscanos, porém estes estavam mais envolvidos com os colonos, que ao converter o indígena contribuía com a oferta de mão de obra para as “*encomiendas*” (BRIGHENTI, 2010).

Em relação a prática da “*encomienda*”¹¹ no período colonial, Conney (2012), esclarece que a mesma privilegia certos espanhóis nascidos na América. Já em 1800 a administração dos povoados indígenas teria passado das mãos dos religiosos para administração de civis, entretanto para os indígenas sua realidade pouco mudaria, de forma que sua mão de obra continuaria sendo explorada.

En 1800 la encomienda de indios, que permitía a ciertos españoles americanos privilegiados valerse del trabajo de los indios de los pueblos por una parte del año, casi había desaparecido. Pero eso significaba que a partir de entonces, los indios quedarán obligados a trabajar para los funcionarios de la Corona. En los pueblos de indios la vida cambió muy poco; la diferencia consistió más bien en que los religiosos se vieron reemplazados por funcionarios civiles en la administración de aquellos pueblos (CONNEY, 2012, p.11).

Os Jesuítas desenvolveram uma proposta distinta. Concentravam os Guarani em núcleos urbanizados (reduções), convertiam a fé cristã e criavam uma sociedade separada do mundo dos colonos, evitando que os Guarani fossem utilizados como mão de obra nas “*encomiendas*”, ou outros tipos de trabalho aos colonos (MELIÀ, 2011). Havia também interesses geopolíticos das coroas já que as reduções também visavam à delimitação e à defesa das fronteiras da coroa espanhola contra a

¹¹ *La encomienda no fue un instrumento nuevo ideado para las Indias, pues durante la Edad Media las personas libres debían “encomendarse a un señor” para que éste los protegiera, así nació el sistema feudal. Con algunas modificaciones, este régimen de origen feudal fue implantado en América. Ante la imposibilidad de pagar tributos en moneda y la necesidad de explotar las ricas tierras, los indios debían trabajar bajo órdenes de los conquistadores. Este sistema fue utilizado por primera vez en La Española y se difundió por todo el continente. El encomendero debía cristianizar al indio, es decir enseñarle la fe católica, vestirlo, educarlo y alimentarlo. El indio, por su parte debía obedecer al español y no podía mudar-se de su casa. La encomienda revistió dos modalidades: la Yanacona y la mita. La primera era una institución por la cual los indios eran entregados a los españoles para ser peones o sirvientes. Por ley se estableció que los yanacunas eran personas libres, razón por la cual no podían ser puestos al servicio de nadie sin su consentimiento, pero en la práctica, la realidad era muy distinta. Una derivación de esta clase de encomienda era la naboría, una categoría integrada por criados domésticos en situación de dependencia. Mita, es una palabra de origen incaico y significa turno. Esta debía cumplirse por un período de diez meses, generalmente en las minas de plata. Su excesiva dureza provocó la muerte de muchos indios y, aunque según las leyes éstos debían percibir un salario por sus trabajos, en la práctica, debido al sistema de pequeños adelantos salariales, el indio siempre resultaba deudor obligado a pagar con su trabajo. La mita era una verdadera esclavitud disfrazada (MOREIRA, 2021, p. 80-81).*

penetração dos lusos brasileiros. Entre os Guarani, a Companhia de Jesus teve mais êxito e prosperou por muito mais tempo em comparação aos franciscanos, estes foram menos autônomos em relação à metrópole, foram mais subservientes aos interesses imediatos da colônia (BRIGHENTI, 2010, p. 82).

O citado autor observa que as missões jesuítas, com sua prática de grandes aldeamento, forçaram os Guarani a um novo reagrupamento e nivelamento cultural, desintegrando sua organização social. As reduções fizeram parte do sistema colonial, sistema este fundamental para a catequização, conversão e cristianização do indígena, sobretudo servindo de elo para formação de mão de obra para núcleos coloniais, e liberavam espaços para o avanço colonial. Na prática, a redução implicava aos indígenas abandonarem seus costumes e a submeterem às normas dos religiosos, à fé católica e ao trabalho disciplinado para atenderem às necessidades da Colônia e as necessidades da redução.

As reduções se davam a partir de construções de grandes vilas, onde ao centro encontrava-se o templo Católico. Reduzir os indígenas nesses espaços não era nada fácil, alguns núcleos (denominados Guára pela historiografia) aceitaram mais facilmente as propostas dos jesuítas, outros porém resistiam bravamente, lutando contra o sistema colonial e conseqüentemente contra as reduções as quais faziam parte deste sistema (BRIGHENTI, 2010).

Contudo, não podemos olhar o Guarani como sujeito neutro dos processos de colonização e independência, ao contrário praticaram resistência como alianças, seja com colonos e missionários. O “desbatismo” foi a forma que os Guarani encontraram também como resistência e recusa à opressão colonial. Segundo Melià (1986), o “desbatismo”, não se tratava apenas de manifestações de cunho político ou simplesmente uma repulsa ao cristianismo, era algo da essência do ser Guarani.

Os Guarani Montesinos foram os que desde o princípio da colônia defenderam seu território e o direito de manter sua autonomia, tanto frente a administração colonial espanhola, como frente aos missionários que esgotaram seus esforços para reduzi-los (FOGEL, 1995 apud BRIGHENTI, 2010, p. 99).

Segundo Brighenti (2010), a Companhia de Jesus foi a que mais teve êxito e prosperidade entre os Guarani em comparação aos Franciscanos. As reduções jesuítas tiveram mais autonomia política e econômica, porém jamais conseguiram independência. A Companhia de Jesus expandiu inicialmente suas reduções no Guairá (atual Paraná), Itatim (atual Mato Grosso do Sul), e Tape (atual Rio Grande

do Sul). Em decorrência de ataques dos Bandeirantes paulistas, recuaram para o sul (região atualmente compreendida entre Missiones (AR), oeste do estado do Rio Grande do Sul (BR), e departamento de Itapua (PY), conformando ao todo 30 cidades, sendo 7 no atual Brasil, 15 na atual Argentina e 8 no atual Paraguai.

O referido pesquisador destaca ainda que a indefinição de fronteira entre a Colônia espanhola e os luso-brasileiros permitiu momentaneamente certa ascensão das reduções até pelo menos 1755, quando as reduções da “banda oriental” foram destruídas pelos exércitos de Espanha e Portugal, na nova definição de limites ocasionando a expulsão da Companhia de Jesus em 1767.

White (2014), afirma que durante 160 anos os Jesuítas administravam as Missões Guarani do Paraguai, no ano que foram expulsos dos domínios espanhóis em 1767 haviam ainda 30 povos estáveis e prósperos que somados chegavam aproximadamente cerca de 100 mil indígenas.

Porém, ao cabo de poucas décadas de administração civil e como consequência da incorporação das Missões na economia política do Paraguai, os povoados indígenas foram sendo reduzidos drasticamente, uma maioria fugiu, caindo a produção verticalmente, e suas construções foram sendo deterioradas. O que se destaca no quadro 1 populacional a seguir:

Quadro 1 - Quadro populacional das Missões Jesuítas entre 1750 – 1801

	1750	1764	1767	1784	1801
Ana	4.778	4.001	4.400	1.700	1.200
Candelaria	2.031	2.817	3.600	1.700	1.200
Corpus	3.976	4.280	4.000	2.500	2.300
Cosme	1.449	2.206	3.300	1.200	800
Ignacio Guasú	2.251	3.139	2.100	800	700
Ignacio Miri	2.520	3.074	3.100	600	700
Kapúa	3.276	4.308	4.600	2.800	2.100
Jesús	1.899	2.301	2.900	1.200	800
Loreto	3.276	4.937	3.200	1.300	1.000
María de Fe	4.296	4.716	3.300	800	1.000
Rosa	2.524	2.031	2.400	1.200	1.200 - (1796)
Santiago	3.968	2.712	3.600	2.700	1.300
Trinidad	2.629	2.946	2.600	1.100	900
Total	38.873	43.468	43.100	19.600	15.200

Fonte: (WHITE, 2014, p.44)

Durante a administração dos Jesuítas, às “Missões” escaparam da pobreza que assolava o resto do Paraguai, o que fazia a diferença era que os recursos humanos e de produção não estavam totalmente direcionados a economia de exportação, suas produções se voltavam para subsistência e consumo interno das reduções.

A expulsão dos Jesuítas das colônias se daria em 1759 portuguesa, 1763 francesa e 1767 espanhola, contudo a fim de prosseguir com a arrecadação do tributo anual mais o imposto em forma de dízimo de 10%, a Coroa designou ao governador de Buenos Aires, Francisco de Paula Bucareli para organizar uma nova administração, porém mesmo com diversas medidas não funcionou, ocorrendo logo nas primeiras décadas de administração civil rápida despovoação (WHITE, 2014).

Em um informe direcionado para Coroa datado de 1788, Joaquim Alós intendente do Paraguai, depois de uma minuciosa inspeção nas Missões, revela as reais condições às quais se encontravam, até mesmo as vestimentas dos nativos se encontravam precárias, como a produção teria caído drasticamente.

Los Libros hallé desordenados y confusos. Los almacenes sin efectos de primera necesidad, los ramos de agricultura casi abandonados; nada activa la fábrica de tabaco. La industria y artes en muchos sin maestros ni directores. Los tratos perjudiciales a las comunidades. Los arrendamientos bajos. Las crías de ganado decadentes. El vestuario decadente general ninguno desde el año de 1768. Los tributarios más de la mitad menos desde el año de 1772. La población de pueblos mínima. La educación de la Juventud desatendida y los edificios deteriorados y ruinosos (WHITE, 2014, p. 47).

O Intendente apontava que devido a prática dos novos administradores, em vender ilegalmente grande parte do gado das Missões a estâncias vizinhas no Paraguai, em Corrientes e Entre Rios, durante primeiro ano de administração civil, os rebanhos de gado diminuiram em 20% (de 516.371 a 412.169), já no ano de 1768 em mais de 50% (243.906). Ao mesmo tempo, a arbitrária distribuição de terras comunitárias a espanhóis privilegiados com arrendamento simbólico fez com que se deslocasse muitos habitantes das Missões (WHITE, 2014).

Referindo a roubos da riqueza comunitária dos indígenas, o vice rei Avilés, em 1799 informava que *“los administradores en nada menos han pensado que hacerles trabajar a los Guaraníes con pretexto de que los productos son para la comunidad pero no los visten”* [...] Outro informe dizia: *“Estoy cercionando que estos naturales no han tomado vestuario general desde la expulsión de los extinguidos Regulados y que continuada falta los conserva indigentes”* (WHITE, 2014, p. 48). Em outra passagem onze anos depois, Azara informava: *“Por lo que he visto y examinado creo poder decir positivamente que no se ha dado vestuário al completo de ningún pueblo ni una sola vez desde que se fueron los jesuitas y sí digo que no exagero”* (WHITE, 2014, p. 48).

Mais de 40 anos depois da expulsão dos jesuítas quando o Paraguai se tornou independente e o Dr Francia chegou ao poder, houve intensa discordância entre o

poder do ditador e a igreja, quando em (1815), o ditador promoveu a nacionalização dos bens da igreja, e em 1824 confiscou os bens das comunidades religiosas e 1830 decretou o fim dos dízimos eclesiásticos (CHAVES, 2010).

Alguns documentos publicados por Alfredo Viola (1990), indicam certa relação do governo de Dr. Francia com os indígenas, compostos por cartas e decretos que foram emitidos por Francia aos seus subordinados, contribuindo assim para definir determinadas relações na sociedade paraguaia.

Neste trabalho a metodologia apresenta-se como uma maneira de organizar os procedimentos de sistematização e racionalização das informações que podem apresentar respostas ao problema de pesquisa. Para Gil (2018), as pesquisas envolvem todos os conhecimentos, o uso de métodos, técnicas e qualquer procedimento científico que contribua para organizar uma sequência de fatos ou documentos e responder aos questionamentos que motivam uma investigação.

Nesta pesquisa se estabeleceu como método uma abordagem qualitativa, realizada por meio de análise historiográfica em publicações e documentos que estejam ligados à temática em estudo.

Constata-se, que a abordagem qualitativa é apropriada para realizar esta análise, pois, busca captar a perspectiva dos historiadores sem partir de um modelo preestabelecido, construindo significado ligado ao contexto que transita do período colonial ao independente, sem buscar generalizar a concepção que demonstra o tratamento destinado aos nativos originários durante o processo de independência que formou o Estado paraguaio.

Assim, a pesquisa qualitativa caracteriza-se como uma abordagem mais apurada das questões relacionadas a este estudo e os dados relacionados à pesquisa possibilitaram a análise do contexto sócio histórico, tornando possível a compreensão dos sentidos que motivam e justificam as informações coletadas (MINAYO, 2012).

Sobretudo dados de pesquisa qualitativa que se apoiam em documentos oficiais que tratam do contexto histórico relacionado aos indígenas, dados que transitam a partir de abordagens da época colonial e que convergem com o movimento de independência paraguaio.

Os procedimentos de coleta de dados compreendem a pesquisa bibliográfica na historiografia e análise de fontes documentais obtidas em órgãos públicos ligados à proteção dos povos indígenas no Paraguai. A análise documental realiza-se a partir dos documentos que possam ser disponibilizados em órgãos públicos de proteção

indígena, incluindo relatórios, manuais, livros e documentos. Roesch (2009, p. 166), apresenta a utilidade da análise documental afirmando que, normalmente, tais fontes são utilizadas para complementar informações coletadas. Sob essa ótica, reitera-se a importância da análise de registros em qualquer projeto de pesquisa qualitativa.

Assim, o levantamento teórico parte da revisão de publicações que consideram os principais aspectos históricos da independência da América Espanhola tais como: Pamplona e Doyle (2008), Poutignat *et al* (1998), Chaves (2010), Donghi (2008), Prado e Pellegrino (2020), entre outros autores. Além disso, o estudo ampara-se na revisão bibliográfica de livros específicos sobre a independência do Paraguai como Maestri (2014), Coronel (2011) e outros, sendo consideradas as literaturas específicas de Rengger, Carlyle e Demersay (s/d), Viola (1990) e Romero (1988) a base das análises teóricas relacionadas ao Supremo Ditador Perpétuo Dr. Francia e nas publicações de Zanardini (2013) e Shalemberger (2006), aspectos históricos referentes ao povo nativo guarani.

Utilizam-se as contribuições da História Indígena, com trabalhos de Guillermo Wilde (2009), Bartomeu Melià (2016), Maria Regina Celestino de Almeida (2010), Manuela Carneiro da Cunha (2002), Clovis Antonio Brighenti (2010). Para análise da independência e povos indígenas contaremos com as contribuições de David Maybury-Lewis (1984) com sua obra “Vivendo Leviatã: grupos étnicos e o Estado”, bem como os trabalhos de Carmen Bernard (2016) “Los indígenas y la construcción del Estado-Nación”.

Buscamos apresentar, a partir de fontes documentais e bibliográficas, possibilidades de interpretação da realidade dos Guarani, como estes povos aparecem ou são representados em documentos oficiais, num contexto de efervescência política, social e de mudanças em suas realidades. Deste modo, o trabalho se apoia no campo teórico da História Cultural a partir de Roger Chartier (2002), que trata sobre “Práticas e Representação”.

A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

Para Chartier (2002, p. 17), as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que a forjam. Soma-se assim a contribuição de Stuart Hall (2016), o qual também trata sobre “cultura e

representação”. Para Hall “a representação se conectaria ao sentido e a linguagem à cultura”. Nesse sentido “representação significaria utilização da linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas”.

Segundo Hall (2016, p.12) há hoje uma enorme gama de metodologias disponíveis no mundo epistemológico não positivista, como as análises de conteúdo e de discurso, análises de sentimentos, etnografias e observações de todos os tipos, bem como entrevistas, grupos focais, para enumerar apenas alguns dos métodos qualitativos clássicos .

Este estudo está organizado em três capítulos, mais a introdução e considerações finais. Na introdução apresentamos textualmente o tema de estudo, justificativa e a motivação da pesquisa ligando-a aos conceitos da linha de pesquisa, estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação em História. Ainda na introdução discorre-se a respeito do problema de pesquisa e são estabelecidos os objetivos a serem alcançados, identificando os autores e teorias que permeiam a investigação em curso.

O primeiro capítulo busca representar tematicamente os aspectos históricos que envolvem a independência na América Latina com destaque para a criação do Estado paraguaio sob o comando do Dr. Francia, que governou o Paraguai desde 1811 até 1840.

O segundo capítulo analisa historicamente os registros da participação indígena, em especial os povos Guaraní, no processo de independência do Paraguai e como foram tratados os habitantes nativos durante o governo de Francia, considerado como o ditador perpétuo do Estado paraguaio.

O terceiro capítulo discorre teoricamente e a respeito das representações indígenas no contexto do Paraguai independente, apresentando posteriormente os resultados da análise histórica e as considerações finais que concluem o estudo.

CAPÍTULO I - A INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA E A CRIAÇÃO DO ESTADO PARAGUAIO.

A colonização espanhola do “Novo Mundo”¹² que teve início no século XV, não foi um processo pacífico. A violência foi a maior arma dos espanhóis para dominar povos indígenas, sejam eles organizados em sociedades menores descentralizadas ou em sociedades tipo estatais, como os Maias, os Astecas e os Incas.

Com o advento das lutas pela independência as elites crioulas argumentavam que fariam rompimento com as práticas coloniais no que tange a violência contra os povos nativos. Nas Províncias Unidas do Prata o discurso dos crioulos era pelo fim de todo tipo de trabalho servil dos indígenas. Também na região da Colômbia e Venezuela, Bolívar defendia o fim dos maus tratos aos indígenas. No entanto, as novas nações criadas pelos crioulos não aceitavam os povos indígenas com suas práticas socioculturais, desejavam, de todo modo, que esses povos se transformassem em cidadãos dos novos Estado, abandonando seu modo de vida e adotando o ocidental. De acordo com Maybury-Lewis (1984). Os primeiros libertadores, imbuídos que estavam dos ideais da França revolucionária, tinham esperança de que os índios como indivíduos pudessem tornar-se cidadãos sólidos e burgueses das democracias mestiças das novas Américas. Assim, Simon Bolívar decretou que os índios seriam cidadãos iguais perante a lei e não mais sujeitos às discriminações coloniais (MAYBURY-LEWIS, 1984, p.106).

Ocorre que o preço que os indígenas teriam a pagar por esse novo *status* era alto e nem sempre interessava à essas populações. Uma das primeiras atitudes das elites crioulas foi abolir a prática coletiva dos indígenas de estar na terra. Com isso, modificaram um dos elementos centrais da vida indígena tanto a relação com a terra como com a coletividade, sendo que a partir de então os indígenas deveriam exercer seus direitos de maneira individual, como cidadão. Ainda segundo Maybury-Lewis, San Martín decretou, em 1821, que os indígenas do Peru não deveriam mais ser chamados de “*indios o naturales*” mas de cidadãos, iniciando uma tradição americana de tentar abolir a indianidade com uma “*penada*”.

Na sociedade colonial espanhola, criou-se uma estrutura social formada por *chapetones* (espanhóis), que estavam no topo da organização, os *criollos* formavam o centro (eram filhos de espanhóis que nasceram na América e, por isso, eram privados de alguns privilégios que somente os *chapetones* podiam desfrutar), e, nativos, mestiços e afro descendentes formavam a base dessa pirâmide social (POMER, 1992).

¹² Terminologia colonial empregada na descrição do continente americano a partir de 1492.

O estudo da independência da América Latina passa necessariamente pelo conhecimento do sistema de colonização espanhola, em especial os aspectos econômicos, sociais e os métodos de exploração das riquezas do “Novo Mundo”. O início da colonização da América coincide com a imposição de uma nova história política, administrativa, constitucional e do direito na América Hispânica. A Espanha teve sua participação retardada no processo expansionista, pois estava envolvida com a luta para expulsar os muçulmanos que dominavam a península desde o século VIII ocasionando lutas internas entre os reis cristãos. Essas lutas impediam a unidade política e a formação da monarquia nacional espanhola. Somente em 1469, com o casamento de Fernando de Aragão com Isabel de Castela, os espanhóis se fortaleceram, expulsaram os invasores e fortaleceram a burguesia mercantil (WASSERMAN, 2003).

Assim, dentro do processo de conquistas de outras terras, um acordo assinado antes da expansão marítima, dava ao descobridor o direito de tomar posse da terra descoberta em nome dos reis católicos de Aragão e Castela. A expansão europeia ultramarina só seria concretizada com a posse de novas terras “descobertas”, iniciando, assim, um processo de colonização (SILVA e COSTA, 2000).

Porém, a ocupação de novas terras dependia do investimento de muito capital econômico por parte da Coroa espanhola. A Coroa tinha como prática uma política de concessão de hereditariedade das terras conquistadas, as quais a terra passava do colonizador para seus descendentes. Não tardou, a Coroa entendeu que não era um bom negócio essas concessões hereditárias, voltando atrás com essa política, fato que acabou criando conflito entre a autoridade da Coroa e os colonizadores, (BETHELL, 1998). Segue analisando que a coroa percebeu que as Colônias eram muito extensas e as doações e concessões revelavam-se um negócio dispendioso, assim em todas as oportunidades que se apresentavam, a coroa aproveitava para recuperar a autoridade cedida.

Segundo Wasserman (2003), essas conquistas exigiam uma organização para realizar os objetivos mercantilistas dos espanhóis, esta ação concretizou uma colonização mercantilista no pacto colonial, fazendo com que a colônia só pudesse comercializar com a metrópole e produzir somente o que ela autorizasse.

O grande e rico império colonial espanhol na América, iniciava no centro do Continente Americano e se estendia até o sul, onde a principal atividade era a exploração das minas de prata e de ouro, mas também havia em menor quantidade a

exportação de açúcar, algodão tabaco, milho e cacau, e trabalho era executado pelos indígenas, em regime de servidão (Wasserman, 2003),

Para Bethell (1998), os fatos que originaram a formação da América Espanhola não seriam tão marcantes se não contassem com a participação das várias etnias que através do contato-confronto formaram as estruturas econômicas sociais firmadas nas presenças ibéricas, indígenas e africanas. Essas estruturas contrapuseram-se, mas também se combinaram em intensidades diferentes, ora formando sistemas produtivos, ora formando sistemas dependentes.

O processo colonizador europeu influenciou a formação do conteúdo social e econômico de cada país que viria a se formar, principalmente ligado ao peso social e político à burguesia mercantil das diferentes metrópoles. A empresa colonizadora espanhola desenvolveu-se sob a autoridade real e orientou-se pela política mercantilista, cabendo ao rei a direção do processo colonizador e à burguesia o monopólio do comércio colonial e com a nobreza o exercício das funções administrativas. Silva e Costa (2000), pontuam que a exploração econômica das possessões espanholas se fundou no aproveitamento intensivo do trabalho compulsório indígena e na escravidão africana. As relações entre a colônia e a metrópole eram ditadas pelo pacto colonial, sendo que as terras americanas eram consideradas propriedade pessoal dos reis de Espanha, razão pela qual a coroa determinava um regime rígido na administração colonial.

O ouro e a prata das Américas foram o sustentáculo do Império Espanhol e de sua hegemonia na Europa até o princípio do século XVII, esses metais representavam a maior parte das exportações coloniais e compuseram profundas modificações econômicas e sociais de transição ao capitalismo (PRADO e PELLEGRINO, 2020).

As relações de trabalho existentes na América espanhola foram variadas, primeiramente foram escravizados os nativos indígenas, que empregavam sua força de trabalho na busca de metais preciosos, principalmente o ouro de aluvião, ou seja, o ouro do leito dos rios.

As expectativas sobre a riqueza a ser obtida com a conquista das Índias tinham pressuposto a existência de uma população dócil e vasta, que fornecia trabalho servil e produzia tributo para os conquistadores, porém o declínio considerável destas populações, dizimadas por epidemias, obrigou a mudanças drásticas tanto na política quanto no tratamento dedicado a esses povos, por isso em 1548 a Coroa proibiu a

escravidão indígena e o tráfico de escravos intensificou-se (DONGHI, 2008).

A conquista do “Novo Mundo” também teve um caráter urbano, pois, as cidades representavam a cultura, era o local preferido para estabelecer relações sociais e econômicas, no entanto era também o lugar dos conflitos e dos acordos políticos.

De acordo com Prado e Pellegrino (2020), algumas cidades se tornaram conhecidas pelo desenvolvimento do comércio ilegal, como reação ao exclusivismo mercantilista. Este foi o caso de Buenos Aires, que prosperou graças ao contrabando com as colônias portuguesas. Houve cidades que foram edificadas sobre ruínas das cidades indígenas, como por exemplo a Cidade do México que foi construída sobre as ruínas de Tenochtitlán asteca e o templo cristão foi erigido sobre o mesmo lugar onde se encontrava o santuário indígena.

O mesmo aconteceu em Cuzco, no Peru, que era a capital do Império Inca. Existiam também cidades que foram construídas apenas por estarem próximas de regiões onde era acessível às minas de ouro e de prata, como Potosí, no Alto Peru.

Para Stuart e Lockhart (2010), nas cidades com maior densidade de população indígena havia uma clara distinção legal e cultural entre os membros da sociedade hispânica e os indígenas. A elite urbana era espanhola ou crioula e era composta pelos grandes proprietários de terras e de minas, altos funcionários da burocracia, clero e nobreza com títulos, esses viviam com grande ostentação.

Os segmentos médios urbanos eram formados por profissionais, burocratas de nível inferior, baixo clero, administradores, lojistas, manufactureiros têxteis, mestres artesãos e outros. O restante da população era composto por indígenas pobres, negros, mestiços e mulatos, bem como um grande número de espanhóis e crioulos pobres.

O centro urbano era o lugar onde se firmava a ordem social hierárquica e onde os grupos e indivíduos interagiam em harmonia ou em conflito, seu espaço abrigava toda a manifestação física do poder, embora se proclamasse a ordem e a estabilidade social, era na cidade que os delitos, as transgressões, a rivalidade e concorrência se desenvolviam (PRADO e PELLEGRINO, 2020).

A relação comercial, no domínio espanhol, foi organizada pelo sistema de frotas, fazendo com que o comércio no Atlântico prosperasse, no entanto, era necessário navegar em comboios, tanto por causa dos saques, quanto por causa dos naufrágios, pois muitos navios eram perdidos até por erros de navegação (STUART e

LOCKHART, 2010). De acordo com Silva e Costa (2000), o crescimento do sistema de frotas teve início no século XVI e reforçou o sistema mercantil espanhol, pois apoiaram-se num comércio rígido e em portos monopolísticos cujo objetivo era o controle e a exclusão dos rivais.

Este sistema de comércio durou até o século XVII quando a metrópole demonstrou não poder suprir as necessidades de suas colônias e estas começaram a se auto abastecer de grãos e de outros artigos, conduzindo a economia espanhola a uma crise e provocando um relaxamento no controle exercido sobre as colônias.

Durante a dinastia dos *Bourbons*, de origem francesa, a economia mercantil das colônias passou por reformas que contribuíram para impor o exclusivismo comercial, diminuir os recursos fiscais e decretar a autonomia do comércio local. As reformas comerciais do século XVIII modificaram a natureza administrativa e mercantil, favorecendo o surgimento de núcleos de economia exportadora à margem da mineração (DONGHI, 2008).

A reforma comercial não teve consequências apenas para a América, ela provocará mudanças também na economia metropolitana. À medida que avançavam as novas doutrinas da fisiocracia e o liberalismo econômico, acompanhados de novos critérios políticos, propunha-se também uma solução mais racional para os problemas com o comércio na América. Segundo Prado e Pellegrino (2020), houve muitas tentativas de ampliar o exclusivismo comercial em favor da metrópole, porém as reformas não conseguiram recuperar o império, dando início à fragmentação da área econômica hispano-americana que conduziu para as crises geradoras da independência no final do século XVIII.

O sistema colonial entrou em crise conduzindo a sociedade da América Latina à busca de independência, sendo o processo de independência decorrente de uma série de acontecimentos ocorridos no século XVIII. Donghi (2008), apresenta este período como um tempo de amplo questionamento ao pacto colonial e ao autoritarismo monárquico. Os ideais iluministas defendiam a ampla liberdade para todos os povos e os ideais da Revolução Francesa derrubaram regimes políticos amparados no privilégio das classes sociais elitizadas. Contudo a tal “liberdade” não incluía os indígenas e negros escravizados.

No caso da América espanhola, não foi diferente, a elite letrada inspirou-se nas ideias iluministas. A maioria dessa elite eram “*criollos*”, ou seja, os filhos de espanhóis nascidos na colônia que por isso não gozavam de poderes políticos no

mundo colonial espanhol. Essa exclusão política levou-os a combater os “*chapetones*” em busca de conquistar direitos (WASSERMAN, 2003).

Bethel (1998), considera que outro fator que influenciou o fim da colonização foi a exploração de indígenas, mestiços e escravos, o desejo de “liberdade e igualdade” contribuiu para o processo de independência. Os setores pobres ou populares das colônias espanholas mobilizaram o processo de busca pela independência.

Além disso, a ascensão de Napoleão na França, as demandas pela expansão britânica e norte-americana no mercado internacional também mobilizaram a busca de independência. Houve instabilidade nas colônias hispânicas, pois houve descumprimento do bloqueio continental e a França chegou a invadir a Espanha, isso enfraqueceu os governos das Colônias.

Por outro lado, Prado e Pellegrino (2020), observam que a Inglaterra e os Estados Unidos desejavam expandir seu domínio e aproveitaram o fim do monopólio comercial espanhol na região, causando a mobilização pela libertação das colônias. O meio encontrado pelos britânicos e norte-americanos era financiar as revoluções dos “*criollos*” e impedir que a autoridade colonial fosse restaurada. Os Estados Unidos e a Inglaterra financiaram a rebelião “criolla” contra a Espanha e Simon Bolívar e José de San Martín puderam organizar exércitos na América Latina nos dois hemisférios proclamando a independência de vários países latinos, formando “Estados independentes” ao norte e ao sul do continente americano (DONGHI, 2008).

De acordo com Prado e Pellegrino (2020), este não foi um projeto solitário, pois até 1826, toda a América Latina se tornou independente dos colonizadores europeus, assim quando foi realizado o Congresso do Panamá, Simon Bolívar defendeu a integração latino-americana, unindo política e economicamente a novos “estados independentes”, mas esse intento enfrentou a oposição dos Estados Unidos e Inglaterra que considerava que este projeto seria uma ameaça a sua autonomia na região e aos seus interesses econômicos neste continente, dentre outros fatores.

Donghi (2008), aponta como desfecho deste processo de independência a estagnação socioeconômica da população latina, que se manteve em dependência econômica em relação às potências capitalistas, mantendo os privilégios das elites perpetuando o sistema social de desigualdade da América Espanhola.

A reflexão a respeito dos sistemas políticos, econômicos e sociais traz à tona as mudanças que ocorreram nos sistemas implantados após a independência e a

criação dos “Estados independentes”.

De acordo com Prado e Pellegrino (2020), já em fins do século XVIII, a história assinala que a América Latina e Caribe passavam por conflitos como a revolução Haitiana e a revolução mexicana, tais conflitos e mudanças que ocorreriam na América Latina estavam conexas em certo sentido com mudanças que ocorriam na Europa, seja política, econômica e social, mesmo porque eram colônias dos europeus.

Cedo ou tarde o fenômeno das independências abrangeria toda América espanhola, esses eventos se fortaleceriam não só apenas movidos por problemas econômicos de arrecadação de impostos pela coroa, somava-se sobretudo a invasão francesa sobre os espanhóis. No século XVIII o contexto se alterou. As Reformas Borbônicas nas colônias, a crise no sistema monárquico francês e as investidas de Napoleão geraram um contexto favorável às independências.

Havia insatisfação nas colônias em relação à metrópole, e isso consolidou uma instabilidade política, especialmente, na época em que a Espanha era dominada pelo exército de Napoleão, além de que ideias iluministas foram disseminadas. Coube aos “criollos” firmarem as lutas pela emancipação da América (CREYDT, 2007).

O desejo de independência foi incentivado pela emancipação das treze colônias pertencentes à Inglaterra, no começo do século XIX, na América do Norte. A Europa possuía vários territórios do continente que estavam sob o domínio de Napoleão Bonaparte, o que causou crise em vários reinos, tais como Espanha e Portugal. O governante espanhol Fernando VII foi destituído de seu trono por Napoleão, que destinou o trono da Espanha a seu irmão José Bonaparte, o que causou estranheza pela ilegitimidade e gerou insatisfação entre os espanhóis (PASTORE, 2008).

O caso paraguaio se destaca de modo singular no contexto histórico das independências e origem dos Estados Latino- Americanos. O surgimento do Paraguai, segundo as narrativas de Maestri (2014), se daria, com a fundação de um pequeno forte às margens do rio Paraguai, em 1537, onde surgia aquela que seria futuramente a capital do Paraguai. A região era habitada principalmente por povos Guaraní, que eram os fornecedores de alimentos e trabalhadores para as expedições que adentravam a colônia espanhola em busca de ouro e prata. As expedições eram também sinônimo de lutas e exploração dos povos nativos, por ser escasso os metais preciosos na região, o Paraguai acabaria representando um entreposto para espanhóis, que de passagem almejavam também chegar ao Peru.

Contudo, após os espanhóis dar por encerrada a busca por metais preciosos, ouro e prata nos Andes, porque essas minas já haviam sido alcançadas por outros conquistadores espanhóis, Domingo Martinez Irala [1509 a 1556], o conquistador que governava o rio da Prata (1544-1556), repartiu as terras e as importantes populações nativas da vizinhança entre os colonizadores e conquistadores, o que serve de marco histórico para o surgimento do Paraguai.

Esse processo culminou no domínio dos nativos na produção agropecuária, das terras e dos ervais. Com o tempo a consolidação da presença espanhola na região paraguaia deu-se por meio de “casamentos” de espanhóis com mulheres Guaraní, consequentemente a própria imposição da língua, da economia e da religião sobre os nativos, ou seja, estava posto em certo sentido um processo de “mestiçagem”.

A cessão das filhas pelos pais, como esposas, instituição comunitária guarani, estabelecia relações privilegiadas – para a guerra, para o comércio, para abertura de roças etc. – entre os espanhóis e seus sogros e cunhados nativos. Devido à incapacidade das comunidades guaranis de produzirem o excedente exigido pelo colonizador, a partir de suas formas de produção, o colono espanhol estabeleceu através do controle doméstico da mão de obra feminina “*pequeñas explotaciones agrícolas*” sob sua responsabilidade direta [...] Estima-se que para viver e realizar alguma acumulação um espanhol necessitasse explorar dez esposas (MAESTRI, 2014, p. 18).

Essa prática, ficou conhecida como “*cunhadazgo*”, prática pelo qual, mulheres guarani eram entregues, sob controle do governo local, ao colono espanhol. Como as mulheres eram as responsáveis, na cultura guarani, pela horticultura, garantia a produção de alimentos a seus parentes homens. A princípio, o indígena guarani transitava nesse mundo espanhol pois desejava incorporar os cristãos em seus sistemas a fim de ampliar o leque de alianças, fundamentais para os planos Guaraní. Mas, com o tempo, ficou claro que os espanhóis tinham essa prática como um meio de explorar economicamente as mulheres e isso inspirou resistência e oposição aos “casamentos” (CREYDT, 2007).

De acordo com Pastore (2008), a submissão das mulheres guarani e a produção de filhos mestiços não eram suficientes para manter o sistema e enriquecer os espanhóis, o que levou à evolução para o sistema de “*encomiendas*”, que se apoiava na exploração das comunidades guarani tanto pela força quanto pelo endividamento, sendo uma situação que perdurou nos séculos seguintes.

Em um estudo produzido por Melià (2011) sobre o caso paraguaio, fez uso das teorias do antropólogo Claude Lévi-Strauss (1972, p.268), para analisar as

relações entre indígenas e não indígenas a partir da comunicação. Entende Lévi-Strauss que *“la comunicación opera al menos em três niveles: comunicacion de mujeres, comunicaciones de bienes y servicios y comunicación de mensajes”*. A partir dessa teoria, Melià produziu uma análise demonstrando como se estabeleceu uma sociedade mestiça paraguaia. Conclui Melià que a sociedade paraguaia é resultado desse processo, e mesmo a língua Guarani usada por mais de 90% da população, não é sinônimo de aceitação do Guarani. Os indígenas seguem sendo rechaçados e discriminados.

Retomando o tema colonial, é importante compreender que, as revoltas Guarani contra o sistema colonial desestabilizou a colônia, levando o governador do Paraguai a convocar os Jesuítas para desenvolver processos de conversão desse povo. A chegada dos Jesuítas e a criação da Província Jesuítica do Paraguai em 1607 modificou o panorama. Ao invés de ajudar na formação de mão de obra aos colonos, os jesuítas iniciaram um processo de “reduções”, afastando os Guarani dos colonos, ao ponto de se tornar “uma colônia dentro da colônia”, como destaca Melià (2011).

As reduções jesuítas, com seus percalços, permaneceram até 1767/1768, quando os jesuítas são expulsos das colônias espanholas. A partir de então as reduções terão administração civil sob responsabilidade do governo de Buenos Aires. Sobre a fundação das Missões ou Reduções pelos religiosos Jesuítas, os padres organizavam a sociedade local como comunidades aldeãs, com terras de uso comum à aldeia.

Porém, Maestri (2014), considera que o sistema de trabalho nas reduções era também escravista, pelo motivo de os padres apoderarem-se da produção para pagar tributos à coroa, fazer a manutenção das igrejas, etc. Por outro lado, concorda que as missões subsistiram até com sucesso, inclusive com capacidade de defesa militar contra bandeirantes e colonos espanhóis até a expulsão dos jesuítas em 1759 no domínio português e, em 1767 nos territórios de domínio Espanhol.

As reformas impostas pela metrópole em meados do século XVIII contribuíram para a desarticulação desses espaços econômicos, outros espaços sucumbiram às guerras pela independência e ao nascimento de Estados Latino-americanos. No entanto, as relações de produção subsistiram até meados do século XIX, passando a constituir a chamada “herança colonial” do continente, que serviu para moldar a sociedade e a cultura das Américas (DONGHI, 2008).

À primeira vista, no caso das narrativas de Prado e Pellegrino (2020), soam

muito práticas como se os eventos da independência ocorressem instantâneos e sequenciais, sem a presença do povo, de homens e mulheres, de indígenas e negros que compunham a população do período, nesse sentido indaga-se sobre tal invisibilidade dessa emancipação.

Questiona-se onde o povo, os indígenas, os negros, as mulheres aparecem nesse processo. As elites que estiveram à frente do processo de independência e o início da formação do “estado paraguaio” não incluem os indígenas, nem negros ou mulheres, essa presença é ignorada. É importante saber quem eram essas elites na época e como pensaram a estruturação da nação paraguaia. Segundo as narrativas de Prado e Pellegrino (2020), parece ser Francia o único responsável pela independência e modelo político a ser implantado na nova “nação”.

No entanto, está presente a influência da relação existente entre a coroa espanhola e os crioulos, pois foram criadas juntas governativas nas colônias que realizavam ações de acordo com a peculiaridades do espaço variado que compunha o Império Espanhol.

É importante compreender que a corte tinha representantes peninsulares e coloniais. De acordo com Goldman e Tervanasio (2010), a hierarquia representava a diferença na organização representativa colonial e nas Cortes, o que contribuiu para fracionar os interesses das elites e isto levou a Junta administrativa de Buenos Aires a não participar das reuniões da corte.

Esse processo histórico que “evolui” ao longo do tempo gerou uma crise interna na América Espanhola que dividiu as elites em dois grupos, os que eram fiéis à coroa e os grupos autônomos que também não lutavam pela independência política, mas que militam em favor de maior liberdade de ações e desejavam eleger “*cabildos abiertos*” para enviar uma representação à junta de Cádiz na Espanha.

Buenos Aires, que era a capital do vice-reino das “Províncias Unidas do Rio do Prata”, buscava concretizar essa autonomia, mas nem todas as regiões subordinadas à capital do vice-reino adotaram essa postura autônoma, o Paraguai foi uma dessas regiões que adotaram uma postura autônoma em relação à Buenos Aires, assim essa postura gerou uma crise interna na junta de Cádiz (GOLDMAN e TERVANASIO, 2010).

1.1 O VICE REINO DO PRATA E A FORMAÇÃO DO ESTADO PARAGUAIO

O vice-reino das “Províncias Unidas do Rio do Prata” originou-se da separação do “Vice-Reino do Peru” em 1776, o qual abarcava os territórios espanhóis no Cone Sul da América com exceção da Capitania Geral do Chile. A Espanha mantinha certo cuidado com essas regiões pois era porta de entrada de forasteiros, comerciantes, piratas vindos sobretudo da Inglaterra. Feito capital, Buenos Aires passou a administrar um território que compreendia o atual Paraguai, uma parte da atual Bolívia e, em disputas permanentes com a coroa portuguesa, o Uruguai. A oeste da Cordilheira dos Andes, encontrava-se o Chile, outra capitania geral da América Espanhola (PRADO, 2020, p. 24).

A criação do “Vice-reinado do Rio Prata” em 1776, acelerou a eliminação das restrições da navegação fluvial do Paraguai, e as exportações de erva paraguaia aumentaram enormemente nos trinta anos seguintes. Outra mudança importante foi a conversão do Paraguai no único produtor de tabaco autorizado em um amplo setor do “Rio do Prata”, criando a “Real Renta de Tabacos”, em Assunção.

A exportação de erva somada a exportação de madeira para indústria da construção em Buenos Aires e Montevideu, acelerou o surgimento de uma nova classe mercantil em Assunção, estreitamente vinculada aos mercadores portenhos, que administravam o crédito e enviavam produtos manufaturados rio acima (COONNEY, 2012).

Outras mudanças internas ocorreram na província, se suprimiu o sistema de “*encomiendas*”, o qual requer o trabalho forçado dos povos indígenas, e “*encomiendas*”, abandonadas foram revertidas para Coroa. Para enfrentar as ameaças seculares de ataques indígenas na fronteira do norte, um sistema de assentamentos e postos militares estendeu a fronteira do Paraguai até o rio Apa (COONNEY, 2012, p.77). Com essas mudanças teria chegado também uma nova classe de mercadores na região, o qual se nota que a presença de espanhóis peninsulares ainda se destacava na região em relação a *criollos*.

Una nueva clase de mercaderes, compuesta mayormente de españoles peninsulares, llegó a dominar la vida económica de Asunción, mediante la exportación de yerba y la importación de bienes procedentes de las provincias del sur. Favorecidos por los intendentes, los recién llegados ya dominaban el venerable Cabildo de Asunción para 1795 y recibieron puestos de menor importancia en forma discrecional, favorecidos por el prejuicio de su lealtad a la Corona, y porque se los consideraba imprescindibles para que el fisco obtuviera

ingresos a través del comercio fluvial. Otro grupo de peninsulares llegó con la creación del Estanco de Tabaco; ellos, con otros burócratas, impusieron un grado mayor de centralización del Estanco de Tabaco; ellos, con otros burócratas, impusieron un grado mayor de centralización en la provincia (COONNEY, 2012, p. 10).

O objetivo de organizar o Vice-Reino do Prata era defender a região da penetração dos portugueses pelo lado oriental, assim poder-se-ia defender a Colônia de Sacramento, buscando melhorar a administração da justiça e fomentar a produção, a indústria e o comércio. Foram criadas oito intendências, sendo que cada governador (intendente) detinha o exercício do poder político, judicial e militar, exercendo amplas atribuições (CHAVES, 2017).

Em maio de 1810, com a deposição do Vice-rei Cisneros e a nomeação de uma junta governativa, consolidou-se a revolução para a independência da região diante do reino espanhol, a sorte desta revolução dependia da conduta dos intendentess e das províncias, assim a junta governativa pediu às províncias a nomeação de um congresso geral e, ao mesmo tempo, enviou uma expedição para anular qualquer resistência no interior.

A expedição chefiada pelo Coronel Spínola, que por ser demasiado duro em sua atuação, era acusado de despotismo e conseguiu conquistar o enfrentamento às suas intenções formando três tendências. A primeira era partidária do regime e decidiu enfrentar a Junta Governativa para restaurar a hierarquia e o espanholismo, a segunda tendência eram os partidários da junta de Buenos Aires e a terceira tendência eram partidários dos grupos formados pelos criollos partidários da revolução pela independência do Paraguai (MOREIRA, 2021).

O congresso do Paraguai expressou o desejo de confederar-se comunicando que decidiu autogovernar-se, tomando como primeira medida, eliminar o estanco do comércio de tabaco e os tributos que pagava a erva mate em benefício a outras cidades. Dali em diante seriam os recursos destinados a manter as tropas necessárias para garantir a segurança do Paraguai, pois esta é província fronteira com colônia portuguesa e seria necessário combater a invasão de povos considerados infiéis (PRADO, 2020).

Segundo Moreira (2021), Buenos Aires usava e abusava da sua condição de possuir o único porto que o Paraguai tinha para exportar seus produtos para o mundo e o Vice-reino criou um regime de servidão e arbitrariedade. Desta forma, a independência do Paraguai tornou-se um perigo, pois o Paraguai iria sair do subjugo

dos espanhóis para se tornar sujeito a Buenos Aires, trocando apenas de “amo”, a partir dessa consciência que líderes paraguaios como: *“el doctor José Gaspar Rodríguez de Francia, Mariano Antonio Molas, Juan Francisco Recalde, Saens Martínez, Fernando de La Mora, Pedro Juan Caballero, Vicente Inácio Iturbe”* entre outros lideraram o movimento revolucionário.

Buenos Aires enviou uma expedição militar comandada pelo General Manuel Belgrano que liderou uma invasão ao Paraguai para dissolver a revolução, porém foram vencidos na batalha de Cerro Portenho e assim o Paraguai desligava-se de Buenos Aires e se tornava independente passando a ser governado por uma junta governativa formada por Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia e pelo Capitão Juan Valeriano de Zevallos (CHAVES 2017).

Posteriormente, um congresso nacional estabeleceu uma Junta Superior Governativa formada pelo Tenente Coronel Fulgencio Yegros, Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia, O Capitão Pedro Juan Caballero, o presbítero Francisco Xavier Bogarin e D. Fernando de La Mora (RIBEIRO, 2009).

Assim, considera-se que além dos aspectos históricos, a criação do “Estado do Paraguai” dentro do processo de independência da América Latina inicia e acontece por meio de uma minoria considerada como elite, provida de algum “conhecimento intelectual” a época, poder político, econômico e militar que rompe a princípio com a Coroa e espanhola e conseqüentemente com as Províncias Unidas do Rio do Prata com Buenos Aires como representante principal.

1.2 MODELO FRANCÊS DE ESTADO NAÇÃO

No início do século XIX, a América Latina passava pela crise do domínio colonial e pelas lutas de independências, a constituição das nascentes repúblicas nas primeiras décadas significou mudanças nas instituições de poder sob a influência da transformação socioeconômica que a Europa experimentou nos séculos XVII e XVIII. Marco importante foi a revolução francesa, pois fez surgir um novo conceito de democracia, e a Revolução Industrial que estabeleceu novos conceitos sobre as relações de trabalho (GUARDIA, 2012, p. 11).

Prado e Pellegrino (2020), consideram que em determinados períodos da História, ocorreram mudanças significativas em um curto espaço de tempo. No início do século XIX, mais precisamente entre (1808 e 1824), na América de colonização

espanhola, em pouco mais de uma década, o imenso Império Espanhol na América desmoronou e surgiram novos “Estados” independentes com sistema político diferenciado, pois somente o Brasil permaneceu no sistema monárquico, os outros “estados nações” optaram pelo sistema republicano.

Porém, segundo Guardia (2012), a independência do domínio espanhol não significou a libertação dos oprimidos nem teve impacto sobre sua situação de exclusão social, econômica, política e cultural, no contexto de crises políticas permanentes e caudilhismo militar. Nem mesmo a democracia incluía mulheres. Nesse sentido enquadra-se também como excluídos e oprimidos os negros escravizados e os indígenas. O caso paraguaio por vezes é tratado como singular, leva ao entendimento de que a independência seria o resultado apenas da ação de uma pequena elite paraguaia, que se considerava moderna e a qual adotaria a ideia de “Estado Nação” no início do século XIX.

Todavia, no processo de formação do Estado paraguaio, entendemos que é possível questionar que essa independência seria voltada para as elites e a instalação do Estado direcionado da mesma forma, pois, no caso do “Estado paraguaio independente”, os indígenas já se encontravam presentes, vivendo nesses espaços em disputas mesmo antes da chegada e ocupação dos europeus, ou seja, eram povos livres, segundo sua cultura (MAESTRI, 2014).

É certo que ambos períodos, colonial e independente os povos indígenas se relacionaram com os europeus, trocas culturais ocorreram entre os povos, porém, os indígenas não aparecem como participantes nos eventos de emancipação e formação do “Estado nação paraguaio”. Do mesmo modo, segundo Chaves (2010), era necessário pensar um modelo de “Estado Nação” a se criar após a independência, num modelo de Estado que servisse aos movimentos de libertação.

No entender de Castro (2017), o modelo de “Estado” implantado na América espanhola foi o modelo de “Estado moderno ocidental”, que surge a partir da formação dos “Estados nacionais” sob a égide das monarquias absolutistas da Europa.

Estado moderno que a princípio representava um ordenamento político segundo o qual, o soberano detinha plenos poderes sobre seus súditos, mas ao mesmo tempo estaria obrigado a garantir a estabilidade e a segurança interna e externa do “Estado nacional”.

Sob a formação dos Estados latino-americanos a influência européia francesa dos modelos políticos-estatais, (república), era um exemplo a se seguir, e em busca

de romper com a metrópole, imbuídos de "espírito cívico" seria absorvido os conceitos de (liberdade, igualdade, fraternidade), nas lutas pela independência, mesmo que fosse "liberdade, igualdade, fraternidade" para poucos, ou seja, para as elites (PRADO e PELLEGRINO, 2020).

De acordo com Maestri (2014), do europeu viria não apenas o modelo de "Estado nação" (república), e os ideais iluministas, os quais também seriam incorporados politicamente nas lutas de independência e formação das "nações", sobretudo com o tempo outros conceitos de áreas como da sociologia, antropologia, etnologia surgiram, entre eles de (raça, etnia, nação).

Segundo Pimenta (2006), o estudo de conceitos como de (raça, etnia, nação), estavam presentes nas reflexões históricas do século XIX, porém buscava-se responder como abranger os princípios sobre os quais se fundam a atração e a separação das populações, o que para as ciências sociais apresenta-se como a noção de etnia, defendendo que a raça é definida como um conjunto de indivíduos que possuem em comum um determinado tipo hereditário, isso seria um fator fundamental para se estudar a história. Há uma solidariedade de grupo particular, simultânea e diferente daquela produzida pela organização política e pela semelhança antropológica, o termo etnia foi introduzido na língua francesa.

Entretanto, um grupo étnico não é uma raça se definirmos a raça no sentido antropológico como um grupo de pessoas tendo características físicas comuns. Ele não constitui igualmente uma "nação" se entendermos por "nação" uma sociedade unificada por um governo comum ou uma agregação de indivíduos unidos por laços políticos, uma língua comum, um território comum, embora cada povo indígena possuísse formas próprias de governança, não centralizadas num Estado, mas dentro do seu âmbito de ação, por isso não se pode reduzir indígenas a grupo étnico (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998).

Ainda Poutignat e Streiff-Fenart (1998), apresentam o conceito de "nação" indicando que esta não poderia mais valer-se de fronteiras geográficas naturais, mas reivindicar populações que lhe pertenceriam pela comunidade linguística ou parentesco racial.

Ao discutir a existência das "raças", percebe-se que se busca definir uma ficção de pureza racial, no entanto, não existem grupos racialmente puros, mas populações que esqueceram o fato de serem originárias de uma fusão, e, tal esquecimento seria essencial para fundar o sentimento de pertença comum. Assim,

uma “nação” é uma entidade política construída a partir do grupo racial ou étnico, mas frequentemente contra ele por não poderem mais definir-se como pertencentes ao grupo étnico, mas cidadão de uma determinada “nação”.

Segundo Pimenta (2006), a concepção weberiana define as relações comunitárias étnicas, distinguindo claramente as três entidades, (raça, etnia e nação). Isso distingue a pertença racial da pertença étnica, pois a primeira é fundada na comunidade de origem e o que funda o grupo étnico, é a crença subjetiva na comunidade de origem. Em relação à “nação”, ela é baseada na crença da vida em comum, mas se distingue de raça pela paixão (*phatos*), ligada a reivindicação de um poderio político.

Poutignat e Streiff-Fenart (1998), pontuam que os grupos que alimentam uma crença subjetiva na comunidade de origem fundamentam-se nas semelhanças de aparências externa ou dos costumes, ou dos dois, ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que esta crença se torna importante para propagação da comunização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente. Na concepção de Hobsbawm (1992), citado por estes autores, o “Estado-nação” é um tipo particular de instituição política que foi difundido a ponto de aplicar-se ao conjunto dos Estados territoriais soberanos. A característica fundamental da “nação moderna” e de tudo que a ela se liga é justamente sua modernidade, assim as tentativas de definir a “nação” por meio de critérios objetivos estão destinados ao fracasso., sobre este assunto os autores comentam:

Em primeiro lugar, porque qualquer que seja o critério ou a combinação de critérios (língua, etnia, cultura, história comum, território, religião, etc), estes são tão flutuantes quanto ao que procuram definir. Em segundo lugar, porque é sempre possível encontrar exceções: ou porque os candidatos eleitos pela definição não manifestem aspirações nacionais, ou porque, “nações”, efetiva não correspondam aos critérios (HOBBSAWM, 1992 apud POUTIGNAT, 1998, p. 44).

A adoção do termo “etnia” em específico, assim como o de “tribo”, para referir às “sociedades primitivas” em substituição ao termo “nação” anteriormente empregado, ficou reservado aos “Estados civilizados” e se compromete com a negação da historicidade dessas sociedades (PIMENTA, 2006).

Seja em Portugal, onde a invasão napoleônica ocasionou a transferência da família real para o Brasil, seja na Espanha, onde ocorreu a chamada “acefalia do reino”, com a deposição do rei Fernando VII, as colônias ibéricas viveram a partir daí

uma fase de intensa experimentação política, na qual se construíram novos conceitos, palavras e projetos na tentativa de dar sentido às situações então vivenciadas (MADER, 2005, p. 226).

François Xavier Guerra *“ha señalado que este período inauguraba un proceso inédito de modulación conceptual y sociocultural que en el largo plazo reconfiguraría todo el panorama político, definiendo un nuevo tipo de actor y de sociedad”* (WILDE, 2009, p. 307).

No caso paraguaio, acompanhando o movimento geral pela emancipação do Vice-Reinado do Rio do Prata, em 1811, o Cabildo de Assunção declarava a independência do Paraguai, passando o poder para as mãos de uma junta, a qual fazia parte José Gaspar Rodríguez de Francia, defensor ferrenho, e o qual sempre fora contra as pretensões de dominação de Buenos Aires a época (PRADO, 1994, p. 53).

Considera-se assim, que seria nesse contexto histórico-político-social, que o Paraguai iria despontar como nascente “Estado” independente com Dr. Francia a frente do governo logo a partir de 1813. E que ao longo do século XIX o Paraguai iria se afirmando como “Nação” soberana sob a tutela dos López, e assim através de suas ações já em 1848 iriam consequentemente não apenas dominar as terras de modo geral dos indígenas, como também os tornar dali em diante como cidadãos paraguaios, homogeneizando de certo modo essa sociedade paraguaia, o que a levaria tornar-se um exemplo modelo segundo os moldes francês de “Estado Nação”, contudo, se destacando com suas particularidades e forma de governo.

CAPÍTULO II - O INDÍGENA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Nesse segundo capítulo buscamos analisar a “participação” dos povos indígenas no processo de independência, procurando ponderar como os povos nativos da região paraguaia, especialmente, o povo Guaraní foi pensado, conseqüentemente como se relacionou como os novos mandatários, durante o governo do Dr. Francia.

Os trabalhos da antropóloga e historiadora Carmen Bernand (2016), servirá de base para melhor entender esse processo, mesmo tendo seu trabalho focado nas análises dos casos da Argentina e do México, os quais buscaram incorporar parte dos indígenas nos processos de independência de seus territórios, o qual se aproxima do objetivo do capítulo.

Aliado à Carmen Bernand, o trabalho de Bartomeu Melià (1997), *“Una Nación dos culturas”*, também será utilizado o qual nos possibilitará uma melhor interpretação de como o Paraguai buscou incorporar os indígenas ao Estado.

Nos processos de independência do século XIX o protagonismo do indígena não aparece, pouco aparece ou é silenciado. Para Brighenti (2010), as histórias dos processos de independências carregam um significado glorioso, porque nas sociedades contemporâneas as independências são caracterizadas como o “nascimento das Nações”.

É notório que o sentido de “Nação” ocupa um espaço considerável na sociedade, principalmente no presente. Contudo nos eventos ligados a independência e a “criação da nação” paraguaia as “nações indígenas” deveriam desaparecer para que uma única “nação” florescesse. A “nação” se constituía assim, a partir da eliminação da diversidade, seja ela sociocultural, linguística ou qualquer outro gênero étnico racial.

A pluralidade étnica e cultural vivida na América era e continua sendo um dos campos para pesquisa e trabalhos. A presença e convivência entre os nativos indígenas, criollos, ibéricos e africanos, para falar nos grupos mais visíveis, foram e devem continuar sendo espaço de discussões na historiografia americana, embora, nem sempre estes aspectos sejam trabalhados de forma central. Às vezes elas entram de forma periférica numa discussão que envolve aspectos políticos e econômicos, por exemplo. Pesquisas sobre a identidade, principalmente no século XIX, enfatizaram a peculiaridade dos grupos étnicos que habitavam a região (FREITAS NETO, 2004, p. 3).

Na historiografia referente ao Paraguai ocorre uma determinada invisibilidade,

ou silenciamento a respeito da participação e do protagonismo indígena na construção do Estado paraguaio, isso ocorre devido o enfoque em certos estudos se desenvolverem superficialmente. Abordagens específicas que tratam sobre indígenas, comumente são sempre breves relatos e passagens pouco expressivas. Os indígenas aparecem com maior frequência em temas ligados à sua cristianização e a busca de sua mão de obra para emprego em trabalhos diversos.

2.1 OS INDÍGENAS DEVERIAM DESAPARECER PARA SURTIR A NAÇÃO PARAGUAIA

No caso paraguaio, buscamos compreender a presença indígena no processo de independência e na formação do “Estado nação”, essa presença parece não ser encontrada, é como se o indígena fosse um “presente/ausente”, pois, mesmo habitando as regiões da Bacia do Prata, desde antes da presença europeia, foram desconsiderados enquanto “povos e nações”. Sua incorporação ao novo “Estado” deveria ocorrer pela perspectiva individual, como cidadãos e não de forma coletiva.

Ao escrever o seu “Compêndio da História Paraguáia”, Chaves (2017), apresenta como justificativa para estudar a formação e o desenvolvimento do país, o conhecimento sobre o passado como uma oportunidade de intensificar e fortalecer o sentimento nacional. Para Chaves (2017, p.12), *“una patria se construye de recuerdos y tradiciones; un país que carece de una consciencia de su pasado no podrá avanzar seguro y estará expuesto a todos los peligros”*.

Prado e Pellegrino (2020), pontuam que desde os primeiros tempos da conquista do Peru houve um impacto destruidor que afetou profundamente os habitantes nativos, assim para evitar o genocídio, os sobreviventes foram organizados em povoados, os denominados “*pueblos*” e contavam com terras e certa autonomia administrativa. Da mesma forma, especialmente no sul do Continente, as missões jesuíticas foram organizadas como um meio de controlar os nativos, impondo uma organização que os pusessem adequados à denominada “civilização”.

Chaves (2017), declara ainda que, observando o desenvolvimento do país pode-se afirmar que o historicismo se justifica, bem como a paixão pela história e seu estudo, pois as bases fundamentais do nacionalismo são essencialmente históricas.

Assim, Chaves realiza uma divisão cronológica da história nacional do Paraguai, conforme apresenta o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Divisão da História Nacional do Paraguai

	PERÍODO	DATAS	DESCRIÇÃO
1	Indígena pré-colonial	 - 1537	Até a fundação da cidade de Assunção, compreende o período em que os indígenas
2	A Conquista	1537 - 1617	Desde a fundação de Assunção até a divisão da província Gigante das Índias, durante quase um século atuaram os colonizadores liderados por Domingo Martines de Irala. Envolve o século das grandes fundações e da atuação do primeiro governador criollo de Hernandarias.
3	Colonial	1617 - 1811	Abrange a colonização e a decadência. Luta contra a expansão lusitana, a evangelização da província e a revolução dos comuneros
4	Independência	1811 - 1840	Teve início com o movimento de maio e encerrou com a morte do ditador Dr. Francia
5	Organização Nacional	1840 a 1870	Compreende as presidências de Carlos Antonio e Francisco Solano Lopes e a Guerra da Tríplice Aliança, seu epílogo em Cerro Corá.
6	Constitucional	1870 - 1936	Após a deposição de Eusebio Ayala em 1936 desenvolveu-se a reconstrução da pátria depois da Guerra da Tríplice Aliança e da Guerra do Chaco.
7	Atual	1936 -	Abriu-se com o Movimento de Fevereiro e a assinatura do Tratado de Paz do Chaco.

Fonte: (CHAVES, 2017, p. 13).

Observa-se que o autor não apresenta uma separação radical das partes

históricas, mas sim uma relação coerente entre as épocas, pois uma época influi sobre a outra. O período indígena pré-colonial incide sobre o período da conquista, pois os espanhóis quando chegaram não encontraram uma terra deserta, no local já existiam pessoas, costumes e linguagens próprias, da mesma forma, é clara a influência da ditadura do Dr. Francia na organização nacional.

Assim, a história não se faz com acontecimentos estanques, mas de uma continuidade desde os povos guarani até nossos dias. Na região do Chaco, estendendo-se desde os bosques e planícies na região dos Andes até à margem direita do rio Paraguai, até a chegada dos espanhóis, encontravam-se habitado por várias nações indígenas.

De acordo com Moreira (2021), os habitantes do Chaco foram denominados genericamente de “*pámpidos*” e com algumas variações praticavam uma economia de coleta nativa, caça e pesca. Achavam-se agrupados em numerosas etnias e divididos em seis famílias linguísticas. Sua cultura era essencialmente similar entre si, porém cada etnia se distinguia pela cultura e linguística diferenciada.

Segundo apresenta Piñeda (2022), a região onde atualmente é o Paraguai era povoada por naturais “indígenas”, na parte oriental entre os rios Paraguai e Paraná, era e segue sendo habitada pelos Guaraní.

Vasconsellos (1970), califica a la lengua guaraní como el mayor aporte que este Pueblo deja al mundo ya que lo considera como la más adelantada de la América indígena. Los guaraníes dieron también al mundo un buen número de nombres de plantas y animales que son reconocidos en todo el orbe a nivel científico detrás del latín y el griego. Tenían conocimientos básicos de astronomía. Dividían el año en doce lunaciones, nuestro equivalente de meses. Se destacaron en sus conocimientos de botánica, de las plantas tintoreras y las que tenían propiedades medicinales. En la alfarería y la fabricación de los tejidos de algodón, los guaraníes legaron una notable habilidades, reconocida por los especialistas que estudiaron estas artesanías (PIÑEDA, 2016, p.15).

A fim de compreender a diversidade sociocultural e linguística dos povos indígenas no território que passou a ser conhecido como Paraguai, Moreira (2021), organizou dois quadros que contribuem para compreender melhor a divisão entre famílias linguísticas. O Quadro 3 apresenta a família linguística, a língua ou etnia e a região em que habitavam esses primeiros habitantes do Paraguai colonial.

Quadro 3 – Classificação étnico-linguística dos habitantes indígenas no Paraguai

FAMÍLIA LINGUÍSTICA	ETNIA	REGIÃO GEOGRÁFICA
Guarani	Carios. Itatines, Paranaes, Guarambaré, Guayakí, Chiriguanos, Guarayos, Tapes, Chandules	Ocupavam o Leste do Paraguai, a região oriental e as calhas dos rios e o litoral atlântico sul brasileiro.
Guaycurú	Mbayá. Payaguá, Toba, Abipon, Mocobi, Yaperu, Guatata	Ocuparam a região do Chaco desde os tempos remotos.
Mataco	Chulupí, Choróti, Guisnay	Viviam na região dos rios Parapiti e Pilcomayo
Cochabot-enimagá	Lengua, Maká, Enimagá	Habitavam a zona dos rios Bermejo, Pilcomayo e Verde.
Maskoy	Machicuy, Lengua, Maskoy, Angaité, Sanapaná, Sapuqies, Kashkihá	Povoavam a zona dos rios Montelindo, Aguaray Guazú,
Zamuco	Zamuco, Morocotoca, Chamacoco, Caitpotorales, Tsiracua, Guarañona, Timinaha, Ayoreo,	Bacia do Chaco Central, Rio Verde e San Carlos.
Chané-Arawak	Layanás, Charavaná, Terenos, Kinikinao	Tiveram seu habitat no Alto Paraguai e entre os rios São Carlos e Yacaré Norte.

Fonte: Adaptado de Moreira, (2021, p. 10).

Com o tempo e a interferência dos colonizadores na organização natural dos povos nativos, houve mudanças nas denominações dos indígenas do Paraguai, conforme descreve o quadro 4 a seguir sobre a presença atual desses povos.

Quadro 4 – Denominações atuais dos nativos paraguaio

FAMÍLIA LINGUÍSTICA	ETNIA
Guaraní	Aché, Ava Guaraní, Guarani Ñandéva, Guaraní Occidental, Mbyá, Pai Tavytera
Lengua Maskoy	Angaite, Enxet, Guana, Lengua Enlhet Norte, Lengua Enlhet Sur, Sanapaná, Toba Maskoy
Matako	Makâ, Manjui, Nivacilé
Zamuco	Ayoreo, Chamacoco / Ishir Tomaraho, Chamacoco / Ishir Yvytoso
Guaicurú	Toba Qom

Fonte: Adaptado de Moreira (2021, p. 11).

Percebe-se que a classificação étnica dos indígenas foi realizada por meio da identificação linguística, sendo os nativos do Paraguai divididos em cinco grandes grupos. É possível notar que os indígenas falantes da língua guarani estão conformados em seis grupos distintos.

Ao longo dos anos da colonização surgiram distinções culturais entre os indígenas guarani, pode-se identificar os guarani missioneiros como aqueles nativos que foram catequizados pelos jesuítas, ou seja, que sincretizaram elementos jesuíticos dando forma à utopia cristã-ameríndia nas missões, em contraposição encontram culturalmente denominados de guarani *monteses*, às populações indígenas que se refugiaram nas florestas, nas matas e pântanos e conseguiram escapar dos desbravadores, escapando também dos encomenderos e dos jesuítas, os “*monteses*” não se submeteram à catequização e ficaram conhecidos como povos das matas (MELIÀ, 1993).

Entretanto a povoação na América segundo estudos teria ocorrido a milênios, povoamento que ao longo do tempo ocorria por migrações. Mas quando e como nossa espécie chegou à América? Como eram esses primeiros colonizadores? Porque teriam vindo para o novo continente? Segundo Funari e Noelli (2023), essas são perguntas que têm sido respondidas de diversas maneiras.

Desde a abandonada hipótese de autoctonia do homem americano, levantada por Ameghino no início do século XX, estabeleceu-se uma visão predominante de que o homem chegou à América por meio da transposição do estreito de Bering, em algum dos três períodos de glaciação (40 mil, 25 mil, 14-9 mil AP).

A partir de observações de vestígios humanos anteriores aos últimos 10 mil anos, verifica-se que a maioria provinha de savanas e regiões temperadas, isso indicaria, segundo alguns, que o *Homo sapiens sapiens* só conseguiu se adaptar à vida em clima tropical muito pouco tempo atrás. As evidências arqueológicas provenientes de áreas tropicais anteriores a 12 mil anos demonstrariam que houve uma expansão colonizadora do homem da África setentrional em direção às zonas temperadas e frias e daí, à América do Norte (FUNARI e NOELLI, 2023, p. 41).

Existem, no entanto, objeções à teoria da ocupação tardia das áreas tropicais. A ausência de vestígios humanos muito antigos nas áreas tropicais não significa que não existam e venham a ser descobertos, pois as áreas tropicais foram muito menos pesquisadas que os demais tipos de ambientes. De certo modo, a maioria dos arqueólogos acabariam pesquisando regiões de beira-mar e em ambientes

degradados pela ocupação urbana e rural, e com menos investigações em lugares distantes e coberto por floresta (FUNARI, 2023, p. 41).

Outra questão levantada pelos autores, é como o homem teria chegado à África austral, à Oceania e à América do Sul onde já estava há, no mínimo, 12 mil anos, sem passar por áreas tropicais? Outro questionamento à teoria da ocupação tardia dos trópicos parte do princípio de que a ideia de que a floresta tropical é um inferno para a vida humana, por ser mais difícil do que a vida em climas frios, parece tão subjetiva e culturalmente enviesada quando a noção “popular” de que a vida nos trópicos é mais fácil por causa da natureza pródiga. Nem uma nem outra, de maneira automática e necessária. Destacam ainda que de certo modo, a ideia de “*inferno verde*” decorre do etnocentrismo europeu em relação aos diferentes meios de vida nos ambientes tropicais. Por muito tempo, os cientistas orientaram-se pelo senso comum, entendendo as economias indígenas como pobres ou atrasadas, ao invés de considerá-las apenas diferentes da sua economia capitalista e urbana.

Resumindo, os cientistas pensavam a vida do ambiente trópicos segundo as regras da vida urbana europeia, envoltos por tamanha ignorância em relação às numerosas estratégias adaptativas dos povos indígenas. Ignorância presente na formulação da primeira teoria que visava explicar a ocupação e a diversidade humana da América do Sul e do Brasil. A denominada “*teoria do degeracionismo*”, foi muito influente nos meios intelectuais brasileiros poucas décadas atrás, sendo difundida a partir das publicações do naturalista alemão Von Martius (1794-1868) (FUNARI, 2023, p. 42).

Observam que em 1839, Von Martius (1794-1868), divulgou suas ideias sobre o “*degeneracionismo*”, e em 1845 essa teoria passaria a ser conhecida no Brasil. Martius adotou as ideias de certos intelectuais europeus, que estava em voga a época desde o século XVIII, para explicar a diferença dos animais das Américas em relação aos do “Velho Mundo” (África, Europa e Ásia), qualificando-os como inferiores e aberrações. Formulando a tese de que as populações indígenas que ocuparam as Américas eram na origem “desenvolvidas”, tendo como modelo os Astecas (México), os Maias (Mesoamérica), e os Incas (Peru), em virtude das suas arquiteturas monumentais, das densas populações e agricultura em larga escala (FUNARI, 2023).

Entretanto, considerava que ao descender das terras temperadas, dos altiplanos andinos, os incas teriam ingressado nas áreas de floresta tropical, consideradas ambientes desfavoráveis para a humanidade, passando a sofrer um

contínuo processo de degeneração das suas capacidades morais, de desintegração da sua cultura material e da sua organização social. Acreditava que o clima cálido e úmido das florestas induzia as pessoas a terem uma vida sexual desordenada, o que resultou em uma contínua formação de novos povos, cada vez mais degenerados e com as suas línguas cada vez mais diferentes (FUNARI, 2023, p. 42 - 43).

Agregam os pesquisadores que Von Martius (1794-1868), pensava que a degeneração levaria os povos indígenas à extinção, tese adotada por intelectuais brasileiros no século XIX e que perdurou entre 1910 a 1967, influenciou até mesmo antropólogos renomados como Darcy Ribeiro (1922-1997), e órgão governamentais como a Fundação do Índio (Funai; antes Sociedade de Proteção aos Índios, entre 1910 e 1967). Entretanto perdeu força sendo descartada quando se percebeu que o número de indígenas crescia; pois, 30 anos depois ocorreu aumento de 300 mil para 900 mil em 1990. Não ocorrendo a extinção dos indígenas e sim a expansão.

Segundo os pesquisadores, Neves, Bernardo, Orumura, (2007), destacam que até meados da década de 1990, predominou na literatura especializada que o “Novo Mundo” teria sido colonizado por três levas distintas, todas com origem no nordeste asiático. Na segunda metade da década, dois modelos alternativos começaram a desfrutar de grande popularidade entre a comunidade acadêmica internacional.

Assim o primeiro deles, seria denominado de “Modelo dos Dois Componentes Biológicos Principais”, o qual era baseado na variabilidade craniométrica de populações nativas americanas extintas, sugerindo que a América teria sido colonizada por pelo menos duas populações morfologicamente distintas vindas do nordeste asiático. O segundo, gerado por pesquisas sobre a variabilidade do DNA mitocondrial e do cromossomo Y de populações indígenas atuais, defendendo que o continente americano teria sido colonizado por apenas uma migração, também de origem asiática (NEVES, BERNARDO, ORUMURA, 2007, p. 9).

Alguns especialistas acreditam que a compatibilização desses dois modelos é simples: as duas morfologias que se sucederam no tempo no “Novo Mundo” são resultado de um processo microevolutivo local, independente daquele que ocorreu, em paralelo, na Ásia. Uma outra maneira de compatibilizar os dois cenários é assumir que morfologia craniana e linhagens de DNA são entidades evolutivamente independentes, com histórias, modos, tempos e tendências próprias (NEVES, BERNARDO, ORUMURA, 2007, p. 9).

A partir dessas discussões que o trabalho de Neves, Bernardo, Orumura, (2007), “a origem do homem americano vista a partir da América do Sul: uma ou duas migrações?”, apresenta novas evidências de que dois padrões morfológicos cranianos de fato se sucederam no “Novo Mundo”. Um relacionado às populações mais antigas (paleoíndias) e um relacionado a populações arcaicas e agro-cerâmicas.

Marta Mirazónlaahr (1997), em seu trabalho “ A origem dos ameríndios no contexto da evolução dos povos mongolóides”, concorda que o homem moderno, reconhecido cientificamente como a espécie “*Homo sapiens*”, tem origem na África entre 200.000 e 100.000 AP. Dados que provêm da paleantropologia, que mostra não só que as formas arcaicas fora da África parecem não ter deixado descendentes, mas que os fósseis mais antigos de “*Homo sapiens*” se encontram na África, como os indícios mais antigos de mudanças tecnológicas que posteriormente vieram a caracterizar a cultura e o comportamento do homem moderno (MIRAZÓNLAHR, 1997, p. 74).

A origem recente e africana do “*Homo sapiens*”, é apoiada por dados genéticos, de estudos multivariados da frequência de produtos gênicos em diferentes populações e estudos de marcadores moleculares como o DNA mitocondrial, genes no cromossomo Y ou microssatélites nucleares. A partir desse ancestral comum a toda a

humanidade no fim do Pleistoceno Médio se desenvolveram as etnias e populações humanas. Processo esse de diferenciação que é também um assunto altamente debatido (MIRAZÓNLAHR, 1997, p. 74).

2.2 OS INDÍGENAS NA COLONIZAÇÃO

Historicamente, os ancestrais Guarani chegaram ao Paraguai durante o período neolítico, que a arqueologia situa até por volta do ano 100. De acordo com Chaves (2017), os assentamentos dos grupos Guarani se estenderam por toda a bacia do rio da Prata e adjacências entre os anos 1.000 a 1.500.

Entretanto, quando os europeus, e mais especificamente, os espanhóis chegaram, eles já haviam definido os limites de ocupação e decidido que os indígenas seriam catequizados e deveriam ser cristãos, o que aconteceu em todo o continente e também no Paraguai (PIÑEDA, 2022).

Em 1524, *Alejo Garcia*, um explorador português a serviço da Espanha, “descobriu” o Paraguai e em 1528, Sebastián Gaboto “descobriu” uma via fluvial para o Paraguai. Nos anos que se seguiram foram sendo organizadas as ocupações do território e instituídos os meios de dominação dos nativos para exploração de sua força de trabalho, ao mesmo tempo em que eram catequizados pelo cristianismo (MELIÀ, 1993).

Piñeda (2022), descreve que em 1541 foi fundado o Cabildo, uma instituição colonial muito parecida com a organização de municípios da atualidade, pois bem, o Cabildo a que o autor se refere, compreendia a elevação de Assunção à categoria de cidade dentro dos moldes espanhóis de administração colonial.

Entretanto, segundo Melià (1993), não se pode deixar de considerar que os povos assim organizados ficavam à mercê dos “encomenderos”, tendo em vista que, uma “*encomienda*” se tratava de uma instituição fixada nos tempos da colônia, pela qual um grupo de indígenas deviam trabalhar nos campos de um fazendeiro espanhol a quem era denominado de “encomendero”, pois este devia procurar entre os indígenas somente os que se tivessem convertido ao cristianismo. Desta forma, cabia aos padres catequizar e converter ao cristianismo os nativos e, posteriormente, colocá-los a serviço dos fazendeiros espanhóis.

Com a catequização dos nativos pelos padres jesuítas, a partir de 1610, tem-se início a uma nova prática de evangelização pelo sistema de reduções. Os Guarani (e outros povos em menor número) eram concentrados em espaços que iam aos poucos sendo urbanizados, e através da destituição dos xamãs Guarani os padres ocupavam o espaço do sagrado, se portando como novos xamãs.

O poder temporal, em especial o fornecimento de materiais de metal e a proteção contra o trabalho forçado legitimava o poder dos padres sobre os Guarani. Com as reduções os Guarani deixaram de ser encomendados, servindo unicamente aos jesuítas e a coroa espanhola.

Durante pouco mais de 150 anos, a Companhia de Jesus conduziu os indígenas. Em especial os indígenas da região ocidental do Paraguai sofreram um processo distinto. Moreira (2021), comenta a respeito dos povos chaquenhos. *Durante la conquista y colonia hispana en el Paraguay, los indígenas del Chaco sufrieron una baja demográfica muy notable. A fines de siglo XVIII se estimaba una población payaguá de unas 1000 almas y hacia mediados del siglo XIX, se redujeron sólo a unas 200 personas. Los payaguas fueron extinguiéndose lentamente. En 1940 solo había 4 mujeres payaguá em el barrio Chacarita. [...] Durante el siglo XVII los grupos Chané llegaron a su máximo apogeo demográfico. Un siglo más tarde se estimaba una*

población de 6.000 almas. Los Kinikinao constituían la parcialidad más débil, a fines del siglo XVIII contaba con 600 personas. Em 1817 toda la familia Chané tenía tan solo 226 adultos, hombres, mujeres y agregados (MOREIRA, 2021, p.16).

Um fator considerável na povoação do Paraguai pós “descoberta” e fundação da província e da cidade de Assunção foi o ato de “vandalismos” que os espanhóis praticavam contra os nativos. Havia escassez de mulheres espanholas e crioulas, assim era comum que os exploradores espanhóis invadissem as “etnias” matassem os homens e levassem as mulheres presas para suas chácaras. Elas lhes serviam como criadas e concubinas, foram as mães dos primeiros mestiços, adquiriram grande valor nos trabalhos agrícolas e como mercadoria de escambo. Os conquistadores trocavam mulheres por cavalos, roupas e outros produtos, pois a mulher se constituía um artigo escasso na primeira economia da região de assunção (DONGHI, 2015).

Moreira (2021), expõe em seus relatos a condição da mulher, que eram dadas em casamento por conveniência, em acordos feitos até mesmo com os padres com a intenção de conter a libertinagem dos espanhóis com as mulheres indígenas. No entanto, as mulheres nativas foram fundamentais na transmissão da língua guarani como base feminina da mestiçagem.

De acordo com Melià (1993), os povos nativos buscaram incorporar e acolher os espanhóis no seu universo, mas se revoltaram quando após 1540 o novo continente passou pela expansão agropecuária. A partir do rompimento da aliança com os espanhóis, que os Guarani acreditavam ter, as revoltas não cessaram.

Entre 1539 e 1680, os espanhóis tiveram que resistir a 37 confrontos armados com os guarani. Houve resistência dos nativos da região de Jejui que se rebelaram sob o comando dos caciques Tabaré e Guacany, que se recusaram a entregar víveres aos espanhóis em represália à morte de um parente e teve que ser dominada esta resistência por Irala, intendente da província (PIÑEDA, 2022).

Durante muito tempo alternaram-se embates entre espanhóis e o povo guarani, intercaladas com tempos de paz, a cada revolta havia vencedores e perdedores. Tratava-se de um embate ideológico também pela posse da terra e pela liberdade dos nativos. Muitas revoltas guaraníticas eram reações à política espanhola das “*encomiendas*” que envolviam os fazendeiros espanhóis, muitos levantes dos guaranis estendiam-se desde a região de Assunção até a região do Paraná Guayrá. Essas revoltas prejudicavam o desenvolvimento da província (PIÑEDA, 2022).

No período colonial a prática da instituição “*encomienda*”, que seguindo o

regime feudal, com algumas mudanças colocava os nativos sob a proteção de um senhor “encomendero”, que se valia do trabalho dos nativos, incumbia-se de converter essas almas ao cristianismo e assim, garantia que seus impostos fossem pagos à coroa. O encomendero também devia cristianizar, vestir, alimentar e educar o indígena e, este devia obedecer ao espanhol e não podia mudar-se de sua casa (MOREIRA, 2021).

Destacam-se duas modalidades de “*encomienda*”: a “*Yanacona*” que adotava os indígenas para serem peões e serventes, esse regime devia contar com consentimento do indígena, pois esse era uma pessoa livre, no entanto, na prática havia dependência e estes eram privados da sua liberdade.

A outra modalidade era a “*mita*”, o nativo devia permanecer por um período de dez meses trabalhando, geralmente na mina de prata. O trabalho duro matou muitos nativos. Segundo a lei eles deveriam receber um salário, mas os espanhóis faziam adiantamentos pequenos que acabava fazendo o nativo sempre devedor, o que o obrigava a permanecer no trabalho. Desta forma, a “*mita*” era uma verdadeira escravidão disfarçada (MELIÀ, 1993).

Para Moreira (2021), as leis protetoras dos indígenas provocavam disputas entre os espanhóis, pois havia um grupo que considerava os indígenas inferiores, que não possuíam conhecimentos e que deviam ser escravizados, e outros que pregavam incessantemente demonstrando a sociedade que os indígenas eram virtuosos e que esperavam ser educados no conhecimento do verdadeiro Deus.

O regime de “*encomiendas*” teve origem nas leis de proteção aos indígenas, mas acabou por escravizar os nativos, o que levou à criação de “Leis Novas”¹³, 1542, que limitavam o poder dos “encomenderos” criando desentendimentos entre os religiosos e os fazendeiros espanhóis.

Ainda, de acordo com Moreira (2021), o Paraguai possuía uma característica marcante que dificultava o seu povoamento pelos espanhóis, era a localização distante da costa marítima, pois os colonos preferiam habitar a região costeira. Em 1793 foi realizado por dois naturalistas espanhóis Félix Azara e Juan Francisco Aguirre, um censo da província do Paraguai que indicou a existência de 97.480 habitantes. Havia no Paraguai 63.521 habitantes espanhóis, mestiços de vilas e cidades e criollos, 26.742 indígenas, 5.533 espanhóis que não possuíam registros

¹³ Foi um conjunto de leis que promulgavam as normas básicas de organização tanto político como administrativa nos domínios espanhóis na América.

legais e 1.684 habitantes pardos ou mulatos.

Donghi (2015), pontua que com a decadência das “*encomiendas*”, a classe diretiva “*criolla*”, que era descendente dos conquistadores, dispersou-se entre as povoações rurais e cedeu espaço para que os comerciantes espanhóis ascendessem a posições de destaques nos “*cabildos*”.

No final do século XVIII houve uma reorganização das milícias e muitos “*criollos*” enviaram seus filhos para o alistamento militar, estes ocuparam as hierarquias oficiais e mais tarde assumiram postos de comando convertendo-se em líderes da independência.

O comércio de erva mate favorecia o desenvolvimento do Paraguai nos anos que sucederam a independência, mas é inegável que este comércio dependia da mão de obra dos indígenas, assim se a independência trouxe a exigência de uma radical reestruturação das possibilidades no mercado de erva, esse fazer não poderia deixar de mexer na estrutura da mão de obra indígena, até então, dedicada à exploração da erva-mate.

2.3 OS INDÍGENAS E A INDEPENDÊNCIA

A independência do Paraguai não resultou de um movimento voltado para atender o anseio dos nativos, a revolução que culminou com a libertação do Paraguai da coroa espanhola resultou do desacordo entre as autoridades de Buenos Aires que lutaram para que a província da Argentina se tornasse uma pátria e se voltaram contra a capital do Vice-reino. A revolução que promoveu a independência não voltou as suas ações para colocar fim na exploração indígena (RIBEIRO, 2009).

No entanto, em 1813 ocorreu uma Assembleia Geral Constituinte das Províncias Unidas, na Argentina, que decretou a revogação das leis coloniais que estabeleciam os impostos, a “*mita, as encomiendas*”, o serviço dos indígenas sem remuneração. O decreto não excluiu a igreja das obrigações em relação aos nativos, declarando que esses povos devem ser livres, possuem igualdade de direitos igual a todos os outros cidadãos (VIOLA, 2013).

En aquella Asamblea General Constituyente que inició sus deliberaciones el 20 de febrero de 1813, participó el Dr. José Francisco Ugarteche, paraguayo, guaireño, como representante de la Provincia de La Rioja. Se le atribuyó la redacción del texto en guaraní que estaba

destinado a las regiones donde se hablaba el idioma aborigen – Corrientes, Misiones y el Paraguay – como vehículo de información y com fines de propaganda politica (ROMERO, 1988, p.63).

Ribeiro (2009), destaca as mesmas considerações declarando que o documento foi publicado na língua Guaraní, em Quéchua e Aimará, assim terminavam as políticas de desigualdades étnicas da colônia e se posicionava a revolução a iniciar um tempo novo, sem exploração da mão de obra indígena e sem escravidão.

O General Artigas assumiu o comando da Liga Federal logo após a revolução, que insistiu utopicamente numa política de igualdade para construir um mundo novo igualitário sem abolicionismo ou indigenismo, Artigas tomou para si a representação dos indígenas como depositários de fragmentos da soberania que se mantivera por tanto tempo nas mãos da monarquia espanhola.

Segundo Piñeda (2016), é importante considerar que a maioria da população do Paraguai na época da independência era mestiça ou indígena, porém os indígenas não reclamaram e nem protagonizaram a luta pela liberdade do país, para eles não havia sentido lutar para libertar um território que não seria deles. Ribeiro (2009), aponta que muitos indígenas de diferentes etnias se tornaram soldados no exército paraguaio, mas seu protagonismo permaneceu em segundo plano.

O Congresso realizado em julho de 1811 impulsionou o processo revolucionário, assim o povo paraguaio que se encontrava dentro dos limites do novo estado constituído garantiu o gozo de seus direitos. O Congresso expressou-se a favor de confederar-se às demais províncias que se declararam livres do domínio da coroa espanhola e o primeiro decreto eliminou a proibição de comercialização de tabaco e a liberação dos tributos que a erva-mate pagava como benefício a outras cidades (MOREIRA, 2021).

Os recursos arrecadados a partir da independência seriam destinados à manutenção das tropas, pois o Paraguai era fronteira com os portugueses e corria o risco de invasão pelos povos infieis, ou seja, os povos que não estavam catequizados nas missões e que representavam constante ameaça. Isso demonstra que havia um posicionamento dos paraguaios em relação aos indígenas, além de haver a necessidade de considerar especialmente a situação das Missões Jesuíticas, desenvolvendo as políticas a serem seguidas pelo Dr. Francia, o que marcou as primeiras décadas da independência e influenciou as décadas seguintes (RIBEIRO, 2009).

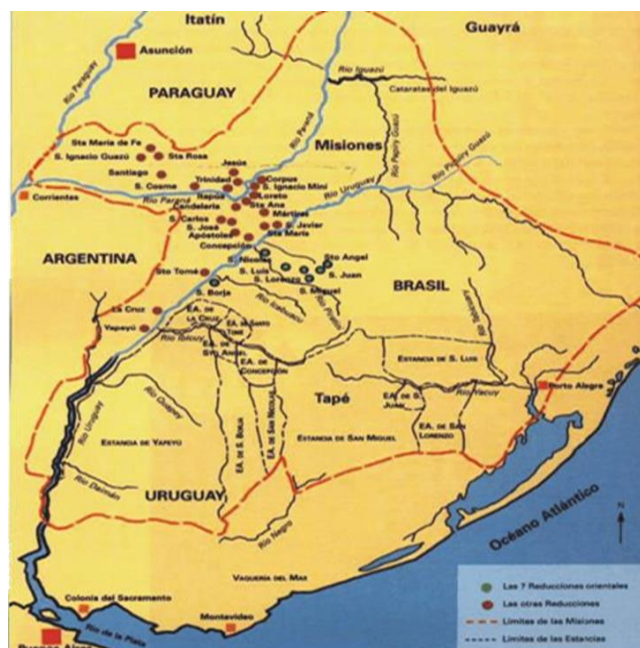
Parte das trinta cidades das reduções ficava encravada na margem direita do rio Paraná, em território que o Paraguai deseja para si. As “reduções religiosas” estavam divididas em departamentos que compreendiam: Candelária, Concepción, Yapeyu e Santiago e que, se encontravam sob domínio de Assunção. Era necessário firmar a posse do território para o bem do desenvolvimento do país, pois a leste se encontravam as vias de navegação e as terras férteis da planície que poderiam ser o diferencial do Paraguai no seu crescimento enquanto “Estado nação”.

Durante a Revolução de maio, em 1810, foi conquistada a independência da Argentina, nesta época foi reconhecido o Cabildo de Candelária e houve eleições para corregedores entre cabildantes brancos e caciques dos diferentes povos das missões. A convocação para a eleição foi utilizada a língua espanhola e a língua guaraní. Foram escolhidos representantes dos povos que habitavam Candelária, Loreto, Santo Inácio Mirim, Corpus, Jesus, Trindade e Itapuá, foram excluídas as representações que pertenciam à jurisdição do Paraguai representadas por São Cosme, Santo Ignácio Guazú, Santa Maria da Fé e Santa Rosa, que permaneceram sob o domínio paraguaio (VIOLA, 2013).

Chaves (2017), explica que as missões jesuíticas não se limitavam à atual República do Paraguai, suas doutrinas também se levantaram no que viria a ser a Argentina e o Brasil compreendendo o vice-reinado do Rio da Prata. A Figura 1 apresenta o mapa das missões e suas localizações.

O mapa abaixo (figura 1) representa a estratégia da coroa espanhola em ocupar a região para se proteger contra a expansão lusitana no sul da Colônia, assim concedia imensos territórios para que os Jesuítas reduzissem comunidades nativas, incorporando-as às possessões hispânicas. Os trinta povos localizavam-se a oriente da província do Paraguai propriamente dita, em regiões aquém e além do rio Uruguai, daí sua designação de “Misiones Ocidentales e Misiones Orientales” àquele rio (MAESTRI, 2014).

Figura 1 – As 30 missões jesuíticas



Fonte: <http://www.historiativa.com/2008>

De acordo com Ribeiro (2009), os povos missioneiros aderiram ao governo de Buenos Aires e promoveram a “Declaração Guaraní de Independência”, cuja finalidade era resguardar as missões dos interesses do Paraguai e dos governos dos portugueses. O corregedor do Cabildo Rocamora, enviou muitos guaraní a Buenos Aires para trabalhar na fabricação de pólvora e de armas, isto foi uma ação em retaliação porque o Paraguai negou a dar voto de obediência a Buenos Aires e reconheceu a autoridade do Conselho de Regência, passando ser mal visto e considerado um vizinho perigoso. Houve confronto, sendo as missões de Candelária e Santiago colocadas novamente sob o comando do Paraguai e permanecendo as missões de Concepción e Yaperú sob o comando de Buenos Aires, a complicação veio com a pressão dos portugueses que avançavam o quanto podiam.

Piñeda (2016), indica que os corregidores dos cabildos discutiam a posse das missões como se os nativos fossem incapazes e, por isso, deveriam ser colocados à disposição do mais forte. Na verdade, os indígenas estavam à disposição dos mais fortes e as missões foram os locais de concentração da superposição e choque de poder das diferentes origens originadas no regime independente.

A expedição organizada por Belgrano possuía um exército de 500 guarani sob o comando da Missão de Candelária, que lutaram quando este invadiu o Paraguai, muitos morreram na batalha entre os nativos da região do Rio Paraguai e os nativos

da região do Rio Taquari, atual região de Mato Grosso, os povos naturais acabaram lutando em enfrentamento mútuo, os guarani que habitavam a província de “*Asunción*” lutaram contra os guaranis das missões, a exemplo do que já havia acontecido durante o movimento comunero (RIBEIRO, 2009).

Em 1810, Belgrano invadiu o Paraguai e decretou aos povos das missões que o povo guarani estava em igualdade de direitos aos espanhóis nascidos no solo da América, isso habilitou os naturais a emprego públicos e ações políticas, tanto civis ou religiosas, os naturais deixariam de pagar os tributos ao rei, o que era a expressão de sua inferioridade social e racial (CHAVES, 2017).

Além disso, segundo Piñeda (2022), os indígenas passavam a ter direito à propriedade, o que só era permitido a comunidades e autoridades indígenas eleitas aos cabildos, isso também lhes permitia formar milícias patrióticas guaraní e obter representação de deputados no Congresso Nacional de Buenos Aires, sendo imposto aos guaranis em tal condição saber falar espanhol. No entanto, segundo Chaves (2017), este projeto de igualdade não se efetivou, pois foram absorvidos pelas guerras que reavivam nos Guarani as antigas milícias jesuíticas, assim os Guarani acabaram tornando-se soldados de cavalaria e foram dispersos entre os destacamentos de guerra pela independência encabeçada pelos caudilhos e nacionais.

Essa causa marcou o despovoamento dos povos guaraní. Artigas que era o caudilho oriental e enfrentava Buenos Aires, incorporou os guaraní que passaram a adotar o seu sobrenome indicando o laço que os unia por meio de um filho adotivo do caudilho, que tinha origem guarani (RIBEIRO, 2009).

Em 1815, Artigas desafiou Buenos Aires criando a “Liga dos Povos Livres”, mas o Brasil resolveu ocupar a zona missioneira visando conter o perigo que Artigas representava e assim foram destruídos muitos povos, essa luta liderada por “Andresito Artigas”, contra os portugueses fez com que ele ocupasse a jurisdição paraguaia que envolvia Candelária, Santo Inácio Mirim, Santa Ana, Loreto e Corpus, fazendo com que o ditador Dr. Francia ordenasse a expulsão dos Guarani dos povoados, a fim de que pudesse manter-se como presidente e isolar a anarquia guerreira da região da Bacia do Prata (MOREIRA, 2021).

Piñeda (2016), explica que houve uma revolta entre os Guarani que empreendiam a agricultura nas missões, foram destruídas as igrejas, deixaram as missões levando seus bens e animais e o que não podiam levar consigo ateavam fogo, foram dispersados e se integraram em outras comunidades e outros foram

assentar-se em locais mais remotos, onde não se os pudessem alcançar.

Segundo Ribeiro (2009), Artigas foi derrotado em 1820, foi perseguido e pediu asilo ao Paraguai. Os Guaraní que o acompanhavam foram divididos entre as missões e desarmados, incorporando-se nas comunidades para trabalhar junto com os demais naturais e esquecer a vida de errante que levaram anteriormente.

Segundo relato do próprio Dr. Francia, muitos naturais permaneceram esperando a volta de Artigas, mas acabaram misturando-se a tantos outros que entravam e saíam dos exércitos conforme havia vitórias e derrotas, misturaram-se intensamente e sua maior perda foi a identidade cultural, muitos se renderam ao trabalho nos ervais sob a vigilância de Francia, o que lhes permitia sobreviver sem acatar autoridade alguma.

Moreira (2021), apresenta considerações a respeito de que na região de produção de erva era possível aos indígenas que seguiam Artigas angariar meios para reviver o seu exército, mas Dr Francia percebeu que estavam a juntar um grupo capitaneado por um dono de erval de origem francesa, Amadeo Bompland, e pretendiam dominar o comércio de erva e criar a “*República Hermana*”, apropriando-se de parte do território do Paraguai, o que fez com que Francia os combatesse duramente.

Em 1821, o exército do Dr Francia perseguiu e ateou fogo em seus ranchos e chácaras e destruiu a sua intenção de apropriar-se de parte do território paraguaio para criar uma nova república, desbaratando o que Dr Francia denominava de “*horda de indígenas intrusos e desordeiros*”. Considerados bandidos pelo ditador, muitos foram presos, o próprio Bompland, permaneceu preso por muitos anos em Santa Maria, as Missões de Candelaria, Santo Inácio Mirim, Santa Ana, Loreto e Corpus foram arrasadas pelas tropas do Dr. Francia em nome da defesa do solo da nova república (RIBEIRO, 2009).

De acordo com Viola (2013), o líder indígena Aripí foi procurado pelo exército do Dr. Francia durante anos e não encontrado, e em novembro de 1822, os indígenas que escaparam da Missão de Loreto fundaram um núcleo indígena na região de São Miguel Trindade, o que fez com que se mantivesse vivo o ideal de Artigas, levando o exército de Francia a um novo avanço sobre os naturais naquela região.

Restou aos bravos Guaraní servirem em exércitos das repúblicas regionais, muitas vezes lutando uns contra outros, por estarem alistados em exércitos diferentes, isso indica que os nativos representavam um “perigo”, se antes para a coroa

espanhola, nas revoluções atentavam aos interesses dos caudilhos (RIBEIRO, 2009).

A partir de 1811, o poder da coroa espanhola sobre o Paraguai foi totalmente dissipado, não houve nenhuma condição favorável para que o poder da coroa fosse restabelecido e as províncias platinas absorveram a defesa da província do Paraguai, que se manteve sob o domínio de Dr. Francia. Em 1813, o Paraguai deixou de se manter definitivamente sob influência de Buenos Aires (PIÑEDA, 2016).

Após firmar o poder na república do Paraguai, o ditador Dr. Francia criou políticas específicas para a relação de domínio sobre as nações Guaraní e todos os povos nativos. O ditador concedeu participação no Congresso aos alcaides indígenas, o que os levou a se associar aos ideais do Dr. Francia, reverenciando-o (RIBEIRO, 2009).

Segundo Moreira (2021), durante a ditadura francista os indígenas paraguaios continuaram sendo a força da mão de obra pública, sob o comando das autoridades habituais de cada liderança de seu povo, da mesma forma que acontecia na época colonial, continuavam tecendo roupas e lenços para os soldados da província, serviam nos ofícios religiosos e podiam alistar-se no exército, a exemplo do que acontecia com os mestiços e pardos livres.

Entretanto, uma vez recrutados pelo exército, os guaraní podiam ser músicos na banda do exército, mas seus destacamentos serviam em regimentos separados e sob o comando de oficiais brancos, esse proceder era reservado apenas aos soldados que acatavam o rigor do novo poder, como sucedera com os que participaram da revolta da *“República Hermana”*. Em 1816, onze indígenas que saqueavam e roubavam nas imediações de Santo Inácio foram mortos e suas cabeças penduradas em palanques a uma distância de 50 metros umas das outras, o que foi seguido com os indígenas revoltosos ao longo da fronteira (RIBEIRO, 2009).

Os administradores eram submetidos a vigilância e os excessos eram punidos, os indígenas que viviam em comunidades tiveram seu nível de vida melhorado, pois era proibido destinar maus tratos aos indígenas, se durante a colonização a vigilância do rei era distante, no Paraguai de Francia, a vigilância do ditador era onipresente, os Guaraní tinham comunicação direta com o governo e os administradores que cometiam excessos ou obtinham vantagens descabidas sobre os naturais eram punidos, pagavam multas e perdiam concessões, os naturais tinham direito de reclamar sempre que fossem desrespeitados seus direitos humanos, houve até mesmo administrador que foi condenado a indenizar nativos por açoite sofrido

(PIÑEDA, 2016).

A lógica da negociação de trabalho seguida era a mesma dos tempos coloniais, respeitando a lealdade dos nativos, assim quando as fronteiras foram fechadas para a migração de indígenas de outros territórios, as famílias nativas foram fortificadas e houve aumento na população guaraní, entretanto paralelamente havia também um alto nível de mestiços (VIOLA, 2013).

A respeito do fechamento das fronteiras Moreira (2021), explica que isto decorreu da prática de tráfico comercial de produtos paraguaios com destino ao Rio da Prata. Além disso, os portos do litoral argentino enfrentavam movimentos anárquicos e isto afetava o comércio paraguaio, que tinha nestes portos o único canal de entrada e saída de mercadorias. Em 1820, o país em guerra com Ramirez, fechou seus portos e, assim, teve origem a política de isolamento da República do Paraguai, o que surgiu como consequência dos entraves de navegação no Rio da Prata e das imposições impostas naquele país em cada porto do litoral.

Ribeiro (2009), comenta que os indígenas Guarani de Itapuã foram tratados pelo governo de Dr Francia com um diferencial, pois estavam situados na porta de entrada da comercialização, eram canoeiros habilidosos, executaram com habilidade atividades comerciais e suas comunidades eram bem organizadas, de forma, que quando recrutados ao exército recebiam tratamento equivalente aos brancos.

Francia favoreceu os guarani monteses, nativos que se dedicavam ao cultivo da erva mate, por estarem situados na região dos ervais, eles mantiveram consciência e grupo e vincularam a liberdade e o direito à terra por meio da excelência no trabalho com a erva-mate.

Segundo Moreira (2021), os indígenas que não se adaptaram eram expulsos para fora da fronteira, mas o Dr. Francia não aceitava a escravidão dos nativos, para ele bastava o reconhecimento da república para perfilar-se ao ideal do governo.

Seu maior desejo era quebrar a representação política que se mantivera nos séculos anteriores e que mantiveram a todos sob o domínio da coroa espanhola. Francia estava empenhado em construir uma única nação, impondo a cultura e modo de vida dos crioulos como único e válido. Os povos indígenas que não aceitassem essa imposição sofriam as consequências do ditador.

Dr. Francia firmou um pacto de soberania no Paraguai, que envolvia a integração dos povos, embora não deixasse de punir os que agiam contra seus interesses e que praticavam crimes de qualquer espécie, ele impôs a ordem e

manteve controle sobre tudo o que representasse perigo público, era sua a última palavra e primava sempre em buscar o bem comum e a ordem.

Segundo explica Piñeda (2016), a verdade é que os nativos nunca deixaram de ser um risco para a soberania dos brancos, isso era tratado pelo Dr. Francia de maneira logística, pois era seu costume desmobilizar as “etnias” dividindo-as e colocando em locais distantes para evitar insurreições dentro do país, sempre que se detectava a contaminação do império vizinho com a desobediência ao sistema do ditador.

O regime francista se manteve no poder até 1840 quando Dr. Francia faleceu, nesta época a língua guaraní era reconhecida como língua paralela ao espanhol, e passou a ser adaptada na comunicação de outras etnias.

Passados alguns anos da morte de Dr. Francia, em 1848, o então presidente do Paraguai Carlos Antonio López suprimiu o sistema de comunidade dos povos guarani e os declarou cidadãos paraguaios livres.

As igrejas das missões foram declaradas igrejas paroquiais e todos os bens dos 21 povos que viviam sob a proteção e organização das missões foram declarados como de propriedade do Estado (RIBEIRO, 2009). Zanardini (2013) descreve a ação de D. Carlos Antonio López, sucessor de Dr. Francia.

Don Carlos Antonio López promulgo el 7 de octubre de 1848 un Decreto que confisco todos los bienes y patrimonios de los veintiún pueblos indígenas y que son: Ypané, Guarambaré, Itá, Yaguaron, Atyrá, altos, Tobatí, Belén, San Estanislao, San Joaquin, Itapé, Caazapá, Yuty, Santa Maria da Fé, Santa Rosa, San Ignacio, Santiago, San Cosme, Trinidad, Jesús e El Carmen (ZANARDINI, 2013, p. 34).

O Decreto reconhece a cidadania dos povos indígenas, mas ao mesmo tempo, confiscou-lhes as terras e todos os seus recursos, tornando-se um instrumento inválido de assimilação destes povos na sociedade, o que influenciou negativamente na cultura, na língua e tradições dos indígenas atingidos pelo decreto.

Depois da Guerra de 1870, os indígenas acabaram tornando-se desmatadores, cortando as florestas para retirar e exportar tanino, recebiam o pagamento em alimentos e caña, ainda Zanardini (2013), pontua que a situação se tornou trágica, pois os indígenas, foram afetados negativamente refletindo em suas tradições culturais. Os indígenas do Leste, principalmente os Avá Guarani, foram contratados e explorados nos ervais da indústria paraguaia.

século XVI, como apontado anteriormente no caso dos espanhóis que não encontraram metais preciosos abundantes na região paraguaia, tomaram a região como um entreposto principalmente para aqueles que almejavam chegar no Vice Reino do Peru.

Com o tempo foram permanecendo e criando raízes em Assunção, as alianças e aproximações entre espanhóis e indígenas Guaraní foram sumamente importantes para sobrevivência dos mesmos, e conseqüentemente no decorrer colonial acabariam os explorando de diversas maneiras até praticamente os períodos próximos das independências. Sobre alianças com os Guaraní, Ribeiro (2009), comenta que:

Cuando los españoles se establecieron en Asunción, los Guaraní buscaron con ellos un pacto de alianza que los aliviara de su enfrentamiento con los Guaycurú y Payaguases: intercambiaron maíz, flecheros, pactaron alianzas matrimoniales. Los españoles les impusieron el sistema de mitazgo, por el cual estos Guaraní provinciales constituyeron desde entonces la principal masa de trabajadores al servicio de los criollos y del Estado. Las antiguas aldeas dieron lugar a los pueblos de Guaraní «tava»: Yaguarón, Altos, Atyrá, Tobatí, Guarambaré, Ypané, Arecayá, Caazapá, Yuty. En estos pueblos vivían bajo un sistema comunal, corriendo la administración a cargo del gobierno provincial (RIBEIRO, 2009, p. 282).

Para portugueses e Bandeirantes do século XVII, a região platina nesse período também se tornava atrativa para captura de cativos indígenas, e assim avançavam sobre as regiões consideradas espanholas.

Os nativos capturados eram vendidos e explorados como mão de obra na Capitania de São Vicente, e também eram levados e vendidos até regiões nordestinas. Haja vista que indígenas para pilhagem na região de São Vicente nesse período já se encontravam escassos, haviam sido pilhados, era preciso andar longe a procura, e nas regiões missioneiras era abundante a presença indígena. Sobre os indígenas como mão de obra Zuse (2009) citado por Oliveira (2016), comenta que:

Os Guaraní supriam a demanda de mão-de-obra europeia, que era escassa na época, para os portugueses na parte litorânea e para os espanhóis no interior. [...] os indígenas foram compelidos a aceitar o sistema imposto pelo contexto de lutas territoriais e de busca de mão-de-obra (ZUSE, 2009 apud OLIVEIRA, 2016, p.18).

Nesse contexto, com os indígenas como fonte de mão de obra direcionados para os colonos espanhóis que os empregavam a partir dos sistemas de “*encomiendas e mita*”, somado aos riscos de aprisionamento acometidos por

portugueses, Bandeirantes para serem forçados no trabalho em fazendas, destaca-se também a presença dos padres missionários Jesuítas que tiveram expressiva notoriedade participando de conflitos ao lado de Milícias indígenas em defesa dos Guarani, os missionários eram contra as investidas de “*criollos*” encomenderos, até serem expulsos por ambas as Coroas na segunda metade do século XVIII. Sobre as missões jesuíticas Ribeiro (2009), comenta:

Durante el gobierno de Hernando Arias de Saavedra (1592-1618), primer gobernador criollo, la Provincia Gigante del Paraguay. [...] Hernandarias abrió la provincia a la evangelización por parte de los padres de la Compañía de Jesús, que reunieron a más de 250.000 indígenas en sus Misiones, aplicando el sistema económico comunal, que ponía a los indios bajo tutela a la vez que los aislaba de los criollos. Para defenderse de la amenaza de los bandeirantes paulistas (cazadores de indios para el mercado esclavista) formaron una verdadera milicia Guaraní. Esas milicias, además de preservarlos, brindaron múltiples servicios de ayuda militar a las provincias vecinas, únicos casos en que salían de su encierro misional. En 1705, por ejemplo, cuatro mil indios de las Misiones guaraníicas del Paraguay participaron en la recuperación de Colonia del Sacramento, ocupada por los portugueses. Hicieron el largo camino con dos mil mulas, seis mil caballos y cuarenta balsas (RIBEIRO, 2009, p. 283).

Os missionários jesuítas além de reduzir muitos indígenas, onde está prática em certo sentido até os ajudava a se “resguardarem” dessas pilhagens, diga-se até certo ponto, pois os confrontos ocorriam entres os europeus, “*criollos*”, indígenas e Jesuítas, pois os interesses divergiam, os europeus, “*criollos*” precisavam dessa mão de obra, assim os Jesuítas acabavam tornando-se um empecilho. Contudo, os indígenas não deixavam de serem explorados, pois trabalhavam nas reduções sob o comando dos missionários Jesuítas que os administravam, os catequizavam, ensinavam também outros ofícios, como música, as letras, as artes etc. Entretanto nem tudo era positivo na rotina, na região de fronteira platina, por traz dessas ações outros interesses estavam sobrepostos segundo descreve (Neumann, 1996).

Exatamente por sua condição fronteiriça a região platina serviu de palco a várias experiências reducionistas que visavam por um lado, pacificar a população indígena e, por outro, estabelecer núcleos de povoamento para auxiliar no guarnecimento do território (NEUMANN, 1996, p.73).

Para Ribeiro (2009, p. 283), o Paraguai como território, teve uma fronteira indígena, o qual a caracteriza como uma zona em que se articularam ao longo do tempo, relações econômicas, sociais e políticas entre espanhóis, crioulos e mestiços

por um lado e etnias e povos indígenas por outro. As ameaças estrangeiras aumentaram sobre o império espanhol, que reforçou as estruturas defensivas com as missões, fortes e milícias, e fomentou uma política de relações pacíficas com os indígenas a base de presentes, homenagens e cerimônias formais de reconhecimento mútuo. As missões Jesuíticas estavam situadas exatamente na linha de fronteira em à qual nenhum europeu ou espanhol lhe era permitido pôr os pés nas reduções dos Guaraní sem ser permitidos.

Fuera de la singular experiencia misionera jesuítica, la política hacia los indígenas en el Paraguay colonial consistió en utilizar su mano de obra (previa evangelización), reprimir a los que escapaban de cualquiera de los sistemas de administración bajo mandato blanco, o persuadir a los que se mantenían del otro lado de la frontera para que continuaran alejados de la línea demarcatoria de sus mundos. Si bien la gobernación estaba frecuentemente expuesta a «la última extremidad de los insultos, robos y muertes con que los barbaros del Chaco la atormentaban», intereses económicos varios excedían la mera necesidad de reprimir delitos y distorsionaban los mandatos reales (RIBEIRO, 2009, p. 284-285).

Com a formação do “Estado nação Paraguaio”, o poder absoluto concentrou-se nas mãos das elites “*criollas*”, principalmente, do ditador Dr. Francia. Todavia segundo informações postas por Brighenti (2010), compreende-se que os guarani circulavam livremente pela região da fronteira entre o “Brasil, Paraguai e Argentina”, no entanto, o Paraguai seguiu um modelo econômico que não incluiu os indígenas no seu espaço geográfico. Em 1825, Dr. Francia reivindicou todas as terras cujos proprietários não tivessem documentos legais e o território indígena, que não era assentamento, tornou-se propriedade do Estado, o que gerou resistência entre os guaraní.

A morte de Dr. Francia (1840), levou ao poder D. Carlos Antonio López em 1841, este investiu contra as propriedades indígenas, invadiu as propriedades indígenas, visando dominar o território Guaraní para promover a exploração da erva mate na região leste de “*Asunción*”. O rigor do presidente López conduziu para a abolição do regime de “*Pueblos Indígenas*” e obrigou os nativos a adotar sobrenomes espanhóis, além disso, a língua guaraní perdeu o seu prestígio durante anos, em 1848 os indígenas do Paraguai foram legalmente extintos. E no final do século XIX, no período pós-guerra, as terras que eram propriedade do Estado foram vendidas para empresas que exploravam erva mate, esses movimentos político e econômico do governo paraguaio fez com que na entrada do século XX a população guaraní fosse

reduzida a um grupo de cerca de 40 mil pessoas (BRIGHENTI, 2010). O fato é que os indígenas estavam presentes anterior ao encontro com os europeus, ao longo do período Colonial bem como foram envolvidos no movimento de independência em toda a América e no Paraguai isso ocorreu também, especialmente, com a usurpação de seus direitos sobre a terra e a destruição cultural de seu povo, a participação dos indígenas foi importante, de certa forma isso garantiu o reconhecimento da cultura guarani pelos governos após a libertação e a criação do “Estado Nacional Paraguaio”.

CAPÍTULO III – REPRESENTAÇÕES

O terceiro capítulo analisa como os indígenas foram representados no Paraguai de Francia, para tal análise faremos uso de documentos oficiais, cartas e decretos emitidos pelo ditador aos seus comandados. Parte da documentação foi compilada e publicada por Alfredo Viola (1990) e Roberto Romero (1988). Para compreender o papel destes documentos enquanto representações da história, é importante tratar sobre o conceito de representação, tomando como base a obra do autor Roger Chartier (2002), “A história Cultural entre práticas e representação”, e o texto “Defesa e Ilustração da Noção de Representação” (2011), do mesmo autor.

3.1 REPRESENTAÇÃO E A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Os indígenas Guaraní foram representados como povos menores desde a Colônia, tanto nos movimentos de independência e consequente criação do “Estado Paraguaio”, suas terras foram sendo confiscadas ao longo desse processo, suas representações culturais e históricas ficaram a cargo daqueles que no passado representavam a coroa espanhola. Com a independência, as representações ficaram a cargo de uma elite “*criolla*” à frente do nascente Estado representado por Dr. Francia, porém o povo Guaraní se manteve e ainda resiste lutando.

A reconstrução da história cultural do povo guaraní no Paraguai passa pelo entendimento de como este povo vivia durante a ditadura do Dr. Francia após a independência do Paraguai, assim torna-se necessário entender como podem ser utilizados os recursos disponíveis para essa reconstrução histórica. Diante disso, faz-se fundamental para a pesquisa compreender o conceito de representação pensado pelo historiador francês Roger Chartier.

Segundo Chartier (2011), há que se reconstruir a história cultural de maneira crítica o que permite a identificação de dois segmentos de críticas implícitos no próprio conceito de representação, a crítica epistemológica e a crítica metodológica. Para ele a crítica epistemológica volta a atenção para a ênfase dada às representações coletivas ou individuais, porém este tipo de representação afasta da realidade histórica e acaba por substituir os mitos históricos e submetem os cidadãos da atualidade a manipulação dos atores do passado.

Nesse sentido, as representações do passado construídas ao longo do tempo “nos fizeram seus protagonistas”. As representações mentais sempre distorcem, ocultam ou manipulam o que foi e essa é a razão pela qual focalizar sobre elas não pode senão abrir os caminhos do relativismo, do ceticismo e das falsificações. Para que possam exercer-se de maneira adequada a “função crítica que é inerente à história”, os historiadores precisam se libertar das representações ilusórias ou manipuladoras do passado e estabelecer a realidade do que foi (CHARTIER, 2011, p.15).

Neste aspecto, quando se enfatizam as representações coletivas ou individuais, ocorre um afastamento da realidade histórica, o que permite distorções, manipulação e até a ocultação de realidade histórica. Isto contribui para que sejam abertas perspectivas de relativismo, ceticismo e falsificação, essas representações tornam-se ilusórias e manipuladoras e ocultam a realidade dos acontecimentos.

A crítica metodológica, enfatiza a noção de representação, um posicionamento que leva à reconstrução histórica a ser construída reduzindo os documentos a uma dimensão meramente textual, esquecendo-se de observar os comportamentos concretos, isso conduz a considerar o mundo real inútil para a reconstrução da história cultural. Disto decorre a história que: “absorve as práticas dentro das representações e que renuncia ao entrecruzamento das fontes documentais, uma história na qual o documento se encontra reduzido a sua única dimensão textual” (CHARTIER, 2011, p.16).

Hall (2016), ao tratar da questão da representação, afirma que essa só pode ser analisada de forma adequada considerando as formas concretas assumidas pelo significado, realizando a leitura e interpretação, o que requer a análise dos sinais, símbolos, figuras, imagens, narrativas, palavras e sons, que se apresentam como formas materiais onde circula o significado simbólico. Quando a análise parte de exemplos, estabelece-se uma oportunidade de exercício das habilidades analíticas, que podem ser aplicadas a tantas outras instâncias semelhantes com as quais convivemos no cotidiano de nossa vida cultural.

No entender de Fonseca e Salgueiro (2013), os fenômenos sociais nos comportamentos, nas ações e nas situações que se manifestam no cotidiano e a história é construída a partir das representações das práticas vivenciadas socialmente. Sendo assim, a mobilização das fontes documentais transforma a realidade histórica em ficção, pois não estará relacionada diretamente com as práticas de representação.

Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação. Mas essa posição metodológica não significa de modo algum a redução e, menos ainda, a anulação das práticas nos discursos e as representações que as descrevem, as prescrevem, as proíbem ou as organizam. Tampouco implica uma renúncia à inscrição social tanto dos esquemas de percepção e juízo que são as matrizes das maneiras de dizer e fazer, que designei em diversos textos mediante o termo de “apropriação” (CHARTIER, 2011, p.16).

A concepção de representação pode ser sintetizada pelos sentidos que Fonseca e Salgueiro (2013) apresentam em relação a esse conceito pensado por Chartier:

1. Representação como imagem que remete à ideia e à memória os objetos ausentes, e que nos apresenta tais como são, permitindo ver o objeto ausente por meio da imagem que o substitui;
2. Representação é o que remete à exibição de algo, no sentido de concretizar a apresentação pública de uma coisa ou pessoa que constitui sua própria representação;
3. A palavra representação designa a exteriorização de alguma coisa que existe ou que ainda está no plano da imaginação;
4. Representação remete também a autoridade, a dignidade, o caráter, ou recomendação de uma pessoa.

Assim, para Chartier, representar é tornar alguma coisa presente, no entanto é preciso atentar para os procedimentos que demonstrem promover uma reflexão em relação à representação, um exemplo dado é a valorização de um quadro pela observação da moldura, pois uma bela moldura indica uma valorização da arte ali expressa, ou ainda, observar os recursos discursivos e materiais que valorizam um texto (FONSECA; SALGUEIRO, 2013).

O exame das práticas de representação liga o significado e a linguagem à cultura. Para realizar a representação utiliza-se a língua/linguagem, o que contribui para imprimir significado ou representação do que se deseja comunicar a outrem. Neste aspecto, a representação é a essência da produção e intercâmbio do processo significado entre os membros de uma mesma cultura. Desta forma, representar é produzir significados através da linguagem que descreve ou retrata, adiciona símbolos e significados ao que se deseja transmitir. A realização de uma análise simples ou da imaginação de um objeto presente e a tentativa de representar este mesmo objeto

sem sua presença, caracteriza o conceito de que a representação é produzir significado mental através da linguagem. Disso decorre, a convivência na representação de dois tipos de processos, o primeiro ligado à correlação de um grupo de representações mentais que todos possuem, e, o segundo se relaciona com a linguagem usada e que torna possível a existência de um conceito comum a ser compartilhado, pois é através deste conceito que podemos representar ou trocar significados e conceitos (HALL, 2016).

Chartier (2011), considera que todos os elementos do universo representacional são importantes para a reconstrução histórica social, neste aspecto o conceito de representação é valioso para a marcação e articulação que promova uma noção de mentalidade, de relações entre indivíduos e entre grupos sociais, de classificação e hierarquização que se configuram múltiplas na percepção e representação da realidade.

[...] as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder (CHARTIER, 2011, p.20).

Deste modo, percebe-se que para reconhecer a identidade dos indígenas na sociedade paraguaia após a independência, no governo ditatorial do Dr. Francia, é importante analisar as cartas e decretos que são preservados no Arquivo Nacional de Asunción (ANA), e que passam ao papel de representações da realidade vivenciadas pelo povo Guarani no governo ditatorial estabelecido no Paraguai entre os anos de 1811 a 1840.

3.2 ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

De acordo com o historiador Romero (s/d), o Paraguai do século XIX tornou-se independente e ficou marcado pela ação do ditador Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia, que foi um dos próceres idealizador e ferrenho defensor da independência. Roberto Romero em suas narrativas históricas apresenta, esforçando-se para que seja descrita de forma completa e sem meias palavras, descrevendo os documentos dos primeiros anos de liberdade do Paraguai que conseguiu compilar e que estiveram sob o comando do Dr. Francia.

Inicialmente, busca-se descobrir nos escritos de Romero a ideologia do Dr. Francia, denominado de catecismo francista, que não buscava adesão a pessoa do ditador, mas sim adesão à entidade de governo e à 'Pátria'. Dr. Francia identifica seu governo como "pátrio reformado", que se caracteriza por seguir princípios sábios e justos, fundamentados no respeito à natureza, necessidades humanas e condições da sociedade.

Dr. Francia acreditava que, qualquer homem, por muitos bons sentimentos e educação que possua, apresenta propensão ao despotismo, são chefes de governo que amam o poder, a prosperidade e o bem-estar próprio. Ele apresenta os eixos positivos que o governo francista desenvolve, em primeiro lugar a abolição da escravidão sem prejuízo aos proprietários, criar cargos públicos como uma carga comum e suprimir os impostos e a carga tributária alta.

Para Dr. Francia, o Estado não sobrevive sem renda, mas os tributos podem ser reduzidos e justos de forma que todos possam contribuir, isso se torna possível quando todos trabalham em comunidade, cultivando as posses dos municípios destinadas como bens públicos e reduzindo as necessidades conforme as leis cristãs. Para ele, o objetivo de todos era ser feliz, o que se conseguiria mantendo-se vigilantes contra as empresas do mal, assim denominadas por ele as empresas que obtinham ganho explorando o trabalho escravo, sonegando impostos e desobedecendo a ordem pública.

De acordo com Ramos (2011), o Paraguai adotou um modelo de república diferenciado, pois não seguia o federalismo adotado nos Estados Unidos, mas também não se identificava como democracia seguindo os padrões da Revolução Francesa. Os padrões adotados no novo país seguiam o modelo de governo romano, pois na Roma Antiga elegiam-se cônsules para administrar, seguindo padrões políticos ligados à cultura greco-romana, com o ambiente político centrado no povo e mediado pela teologia escolástica de São Tomás de Aquino, demonstrando que havia essa influência pela formação de Francia, que era formado em Teologia pela Universidade de Córdoba.

Os registros históricos do Paraguai sofreram muitas perdas de documentos durante a Guerra da Tríplice Aliança, embarçando a reconstituição histórica da formação do Estado Paraguaio e das relações estabelecidas na sociedade e no governo ditatorial que sucedeu a independência. Um dos caminhos encontrado pelos historiadores foram as Cartas e Decretos que o Dr. Francia tinha o hábito de escrever

para colocar as suas ordens administrativas.

Assim, para compreender as ações do Dr. Francia com relação às populações nativas, podem ser analisadas as mensagens e ordens do ditador na organização do território e suas preocupações em evitar invasões, pois para ele os indígenas não próximos eram “bárbaros”, ou seja, povos que não tinham o hábito de respeitar fronteiras, o que os tornava vulneráveis ao “assédio” tanto dos povos hispânicos das regiões do Rio da Prata e do Chaco, quanto dos portugueses na fronteira com o Brasil (ZANARDINI, 2013).

Os muitos escritos de Francia demonstram a preocupação de manter o registro de suas ações. Em 1811, o Dr. Francia escreveu:

[...] A Província do Paraguai, saindo da letargia da escravidão, recuperou seus direitos para cuidar e dispor por si mesma de sua própria felicidade. O tempo da ilusão e do engano é passado [...] Novas ideias, que estão ligadas ao interesse geral, foram adquiridas e propagadas. Desenvolveram-se os princípios fundamentais das sociedades políticas; homens de talento analisaram todos os direitos, todas as obrigações, todos os interesses da espécie humana [...] Aproveitemos tão feliz situação - e que a lembrança das desditas, aflições e abatimentos passados nos sirvam de lição e experiência a evitar no futuro - para formar uma barreira inexpugnável contra os abusos do Poder [...] A natureza não criou os homens sujeitos ao jugo perpétuo de nenhuma autoridade civil - pelo contrário, os fez a todos iguais e livres de pleno direito [...] São urgentes as circunstâncias em que nos encontramos. A soberania desapareceu em nossa nação [...] e nessa incerteza e situação que pressagiam uma convulsão quase geral, essa Junta saberá refletir sobre a maneira mais oportuna de prover a nossa defesa, segurança e felicidade (FRANCIA, 1811 apud ASHWELL, 2005, p.163).

Fato é, que o modelo político adotado por Francia indica que ele considerava esse um campo de luta pelo poder, mas não dissociava de seus preceitos morais, embora considerasse que as suas virtudes pessoais estivessem vinculadas a arte de se realizar um bom governo.

De acordo com Ramos (2011), Dr. Francia demonstrava considerar-se responsável pelo povo e pelo território que governava, seguindo uma ética que lhe era própria. Ele considerava que era necessário ser duro, intransigente, para se alcançar o bem, preferia ser temido do que ser amado, em sua conduta considerava-se extremamente avaro com o patrimônio público e apresentava essa extrema moralidade econômica como uma virtude a ser reconhecida pelos seus governados.

Em relação às populações nativas, os registros de Dr. Francia restringem-se às impressões do ditador a respeito da infidelidade dos nativos, das invasões de

grupos indígenas de outros territórios causadas pelo desconhecimento de fronteiras que os nativos insistiam em manter, além do apoio dos nativos ao caudilho Artigas nas lutas pela conquista das Missões. As muitas comunicações em idioma guaraní e a preservação oficial desse idioma no território do Paraguai, indica que em relação à formação étnica do país, houve predominância dos nativos, o que ainda é demonstrado na cultura do povo paraguaio, embora a língua e a cultura tenham recebido influência dos colonizadores (VIOLA, 1986).

Romero (1988), pontua que havia respeito pelo idioma e pela cultura dos nativos, porém era mais por necessidade de se comunicar do que propriamente por entender a necessidade cultural dos nativos, pois a comunicação com os povos naturais era necessária, até mesmo para que estes pudessem cumprir as leis e entender a organização do Estado. Na Argentina, em 1813, quando a Assembleia Geral Constituinte das Províncias Unidas do Rio da Prata sancionou o Decreto histórico que se dispunha a destituir as “*encomiendas*” e os tributos impostos aos indígenas, revogando os últimos vínculos legais que ligavam a Metrópole às Colônias hispânicas.

Tal decreto foi publicado no idioma Guarani, destinando o decreto em Guarani à região do Paraguai e de Misiones e Corrientes, onde era predominante o idioma Guaraní. A intenção da assembleia era fazer uma divulgação do momento político que estava vivendo, era importante que também os povos nativos entendessem que a independência, significava ficar livre dos espanhóis, mas a população crioula seria a mandante nos novos rumos dos países independentes (ROMERO, 1988).

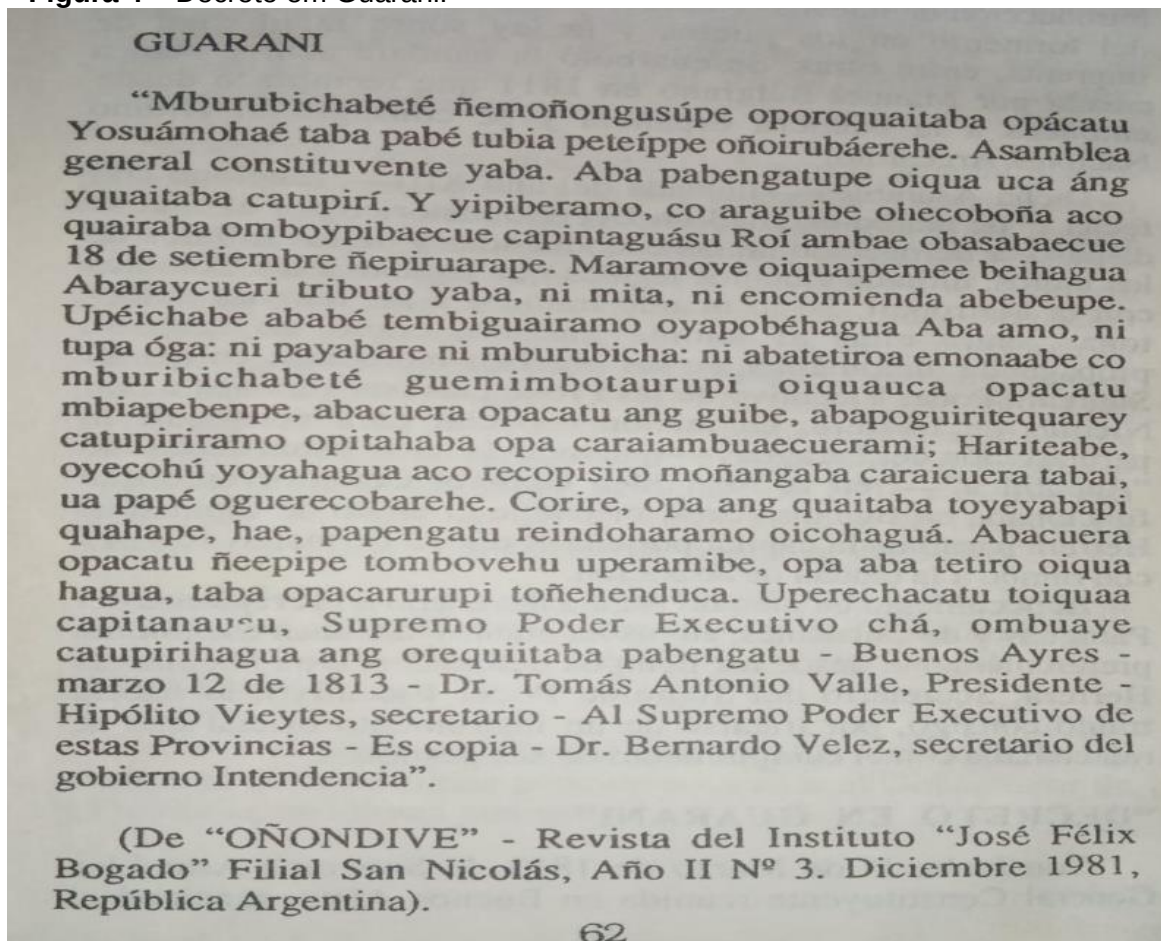
Este decreto era uma manifestação, em língua nativa, das dificuldades em realizar conquistas sociais proclamadas pelos povos que habitavam a região do Rio do Prata desde que se emanciparam do império espanhol. Poucos dias depois de anunciar o decreto, foi enviado um emissário do governo de Buenos Aires como Delegado Especial ao Paraguai, desejavam que o país enviasse representantes a Assembleia Geral que funcionava na capital Argentina.

O emissário chegou ao Paraguai em março de 1813 e expôs à junta governativa formada por Yegros, Francia e Caballero, os motivos de sua comissão. Entretanto, o Paraguai optou por não enviar deputados à Assembleia na Argentina, por estar empenhado em formar uma República Independente, pensado já em quem iria eleger como presidente da Província (ROMERO, 1988).

A figura 4, apresenta o citado Decreto em Guaraní, que curiosamente não é

reportado na língua espanhola, mas que foi devidamente traduzido e destinado às regiões predominantemente habitadas por naturais e que falavam o idioma Guaraní.

Figura 4 – Decreto em Guaraní.¹⁴



Fonte: (ROMERO, 1988, p.62).

Após o decreto da Assembleia Geral, o Paraguai, sob o comando do Dr. Francia declarou sua independência formando uma junta governativa formada por Yegros, Francia e Caballero. Em 1814, Dr Francia obteve o poder supremo e seu governo foi estabelecido entre os anos de 1814 a 1840, caracterizado por extremo “nacionalismo”, poder pessoal absoluto, economia dirigida e controlada pelo Estado e medidas com tendência ao isolamento político e diplomático desta “nova nação” (WHIGHAM e COONEY, 1998).

Por ocasião do Bicentenário da independência do Paraguai foram publicadas as Atas do Cabildo de Assunção, como forma de resgatar e promover a representação

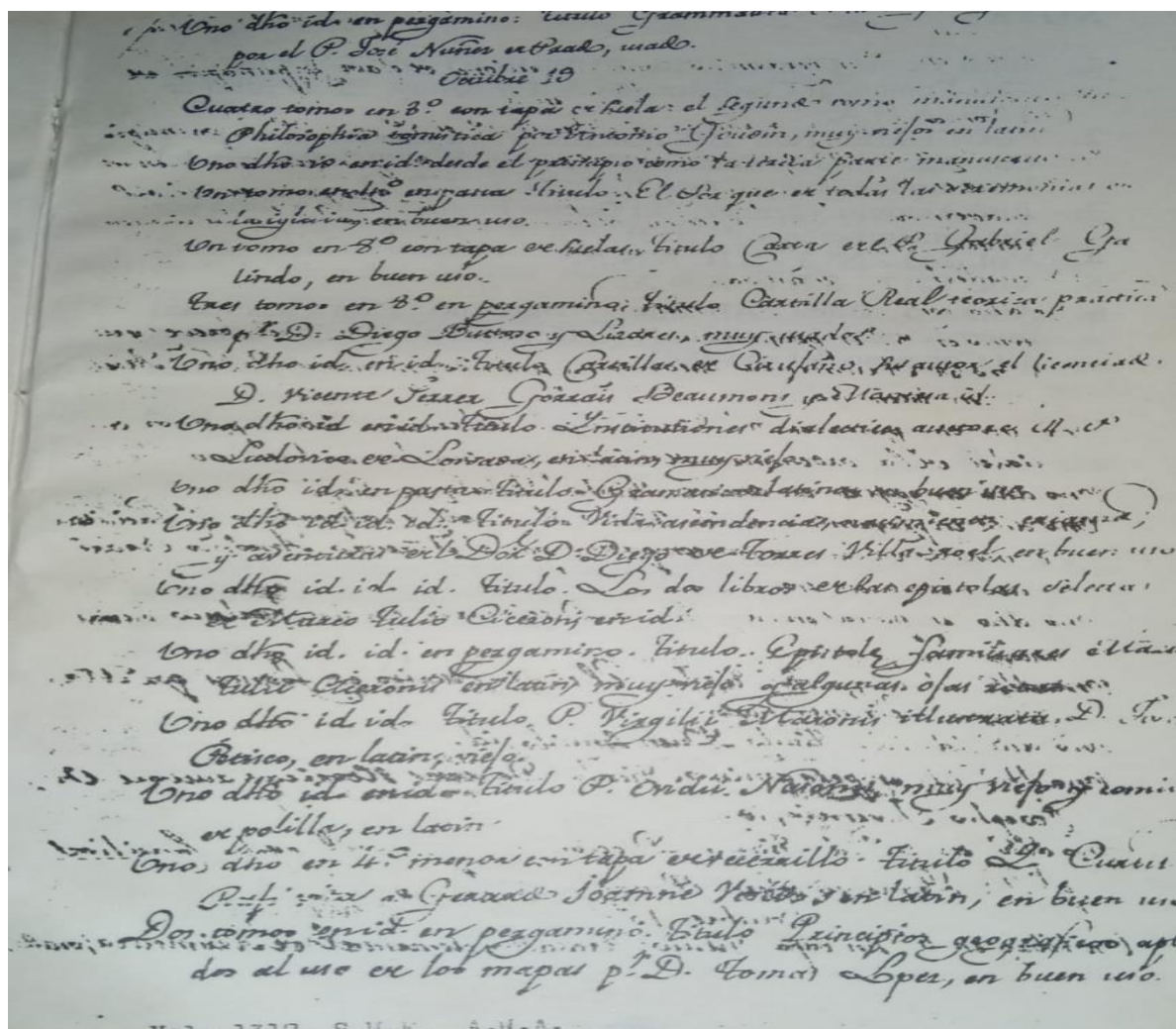
¹⁴ Con fecha 1º de Marzo de 1813, la Soberana Asamblea General Constituyente reunida en Buenos Aires, sanciono el decreto relativo a la extinción del tributo, y además la derogación de la mita, las encomiendas, el yanaconazgo, y el servicio personal de los indios. Al darlo a conocer, el mismo se mandó a traducir a los idiomas Aymará, Quichua y Guaraní. (ROMERO, 1988, p.61-62.)

da história cultural do Paraguai (FRUTOS, 2009).

Uma das atas publicadas na data de 1840 trata do catálogo da biblioteca do Dr Francia, entre os inúmeros livros de diversas áreas do conhecimento, observa-se um volume do livro “Arte y vocabulário de la lengua Guaraní” por el P. Antonio Ruíz de Montoya, o que demonstra que o Dr. Francia observava uma preocupação com a linguagem e a comunicação com os povos nativos do Paraguai (ROMERO, 1988).

A Figura 5 apresenta o registro realizado da Biblioteca de Francia.

Figura 5 – Ata da Biblioteca de Francia.



Fonte: (ROMERO, 1988, p. 79).

A ata¹⁵ contendo a indicação de que a língua Guaraní era estudada em sua formação linguística e gramatical, indica que o ditador aferia à língua guaraní um status de necessidade de comunicação, ele não ignorava essa importância dos nativos. Ao longo dos anos da ditadura, as cartas e decretos do Dr. Francia formaram um compêndio de registro das medidas governativas, especialmente, porque tratavam do cotidiano do ditador e suas relações com o povo paraguaio.

Entretanto, com a Guerra do Paraguai, em que Solano López foi vencido, muitos documentos foram queimados e outros foram incorporados ao espólio de guerra das tropas brasileiras, sendo muitos documentos colecionados pelo Visconde do Rio Branco, sendo que, somente no final do século XX, os documentos foram devolvidos ao governo paraguaio (PIÑEDA, 2016).

Romero (1988, p.82), descreve a preocupação do ditador com a defesa dos limites territoriais e conta que para defender o território fundou redutos e fortes aos quais fortificou o exército de soldados com origem nas classes populares e mestiços, reservando aos naturais de origem Guaraní a formação de bandas de música militar, que ele afirmava serem jovens instruídos, que pretendia ajudar e formar o “nacionalismo”, contribuindo para que a sociedade paraguaia pudesse contar com cidadãos virtuosos e patriotas. Somente na capital foram criadas cinco bandas de quartéis, financiadas pelo Dr Francia.

Aos músicos militares eram destinados os instrumentos e roupas apresentáveis, as figuras 6 e 7 apresentam a lista de músicos Guaraní que serviam nos quartéis.

¹⁵ No inventário e descrição dos bens do Dr Francia, aparece a lista acima dos livros de sua biblioteca entre os quais figuram os seguintes exemplares. “*La Sagrada Biblia, en latín, Introducción a la Dialéctica de Aristóteles por Francisco Toletum, Las Filípicas de Cicerón, las Bucólicas de Virgilio, las Sátiras de Horacio, el Arte de Amar de Ovidio, los Comentarios a las Institutas del Emperador Justiniano, Gramática de la lengua francesa por el P. José Núñez de Prado, Filosofía Tomística por Antonio Goudin, el Vocabulario de Antonio de Nebrija, Epístolas Selectas de Marco Tulio Cicerón, Elementos de Aritmética y Álgebra por Manuel Rey, Compendio de la Historia Universal – 17 tomos-escrita en francés, traducción del P.D. Francisco Vasquez, los Comentarios Reales de Garcilaso de la Vega (El Inca), El Sacrosanto y ecuménico Concilio de Trento de Ignacio Lopez de Ayala, Curso Filosófico de Fray Francisco Suárez, Arte y Vocabulário de la Lingua Guaraní por el P. Antonio Ruiz de Montoya, Política Indiana de Juan de Solórzano y Pereyra, Teatro Crítico Universal de Fray Benito Feijóo, Noticias Americanas de Antonio de Ulloa, las Siete Partidas, las Ordenanzas Reales de Castilla y la Recopilación de las Leyes de Indias, Memorias Académicas de la Real Sociedade de Medicina y demas Ciencias de Sevilla – 8 tomos – por don Francisco de Buendía y Ponce, Theología universal en latín por Pablo Gabriel Antonines, Las obras de Hipócrates más selectas traducidas en castellano por D. Andrés Piquer, Medicina legal de D. Francisco Suárez de Rivera, El Arquitecto Práctico por Antonio P. Y Camin, Práctica de la Administración y Cobranza de las Rentas Reales por Juan de la Rípiá, Instrucción de Escribanos de José Juan Nicolás Colón, Compendio de Contratos Públicos por Pedro Melgarejo Marínque de Lara, Principios geográficos aplicados al uso de los mapas por D. Tomás López, en buen uso” (ROMERO, 1988, p. 79).*

Figura 6 – Músicos do Quartel do Hospital¹⁶

*Lista de pesos de los músicos indios músicos del Hospital
Asunción 28 de febrero de 1815.*

Juan de la Cruz Satí -	-	-	1	p ^o
Francisco Guichí -	-	-	1	p ^o
Manuel Aguay -	-	-	1	p ^o
Juan Andrés Guarí -	-	-	1	p ^o
Mariano Domingo Guaracayú -	-	-	1	p ^o
Nasario Pará -	-	-	1	p ^o
Francisco Aguay -	-	-	1	p ^o
Bautista Guapy -	-	-	1	p ^o
Vicente Pará -	-	-	1	p ^o
Dr. Salvador Arucapy -	-	-	1	p ^o
José Pascual Guayá -	-	-	1	p ^o
Juan Esteban Curasy -	-	-	1	p ^o
Crisanto Araberá -	-	-	1	p ^o
Miguel Mbatarigué -	-	-	1	p ^o
Pedro José Guaratá -	-	-	1	p ^o
Mario Guyaberá -	-	-	1	p ^o
José Antonio Candiré -	-	-	1	p ^o
Santiago Taparí -	-	-	1	p ^o
Pedro Nanduá -	-	-	1	p ^o
Bentura Yarutá -	-	-	1	p ^o
				<u>20 - v</u>

*Recebi del Sr. Ministro de Hacienda los veinte p. fuertes
convenidos en la lista suscrita p. la distribución. Asunción
28 de Feb. de 1815.*

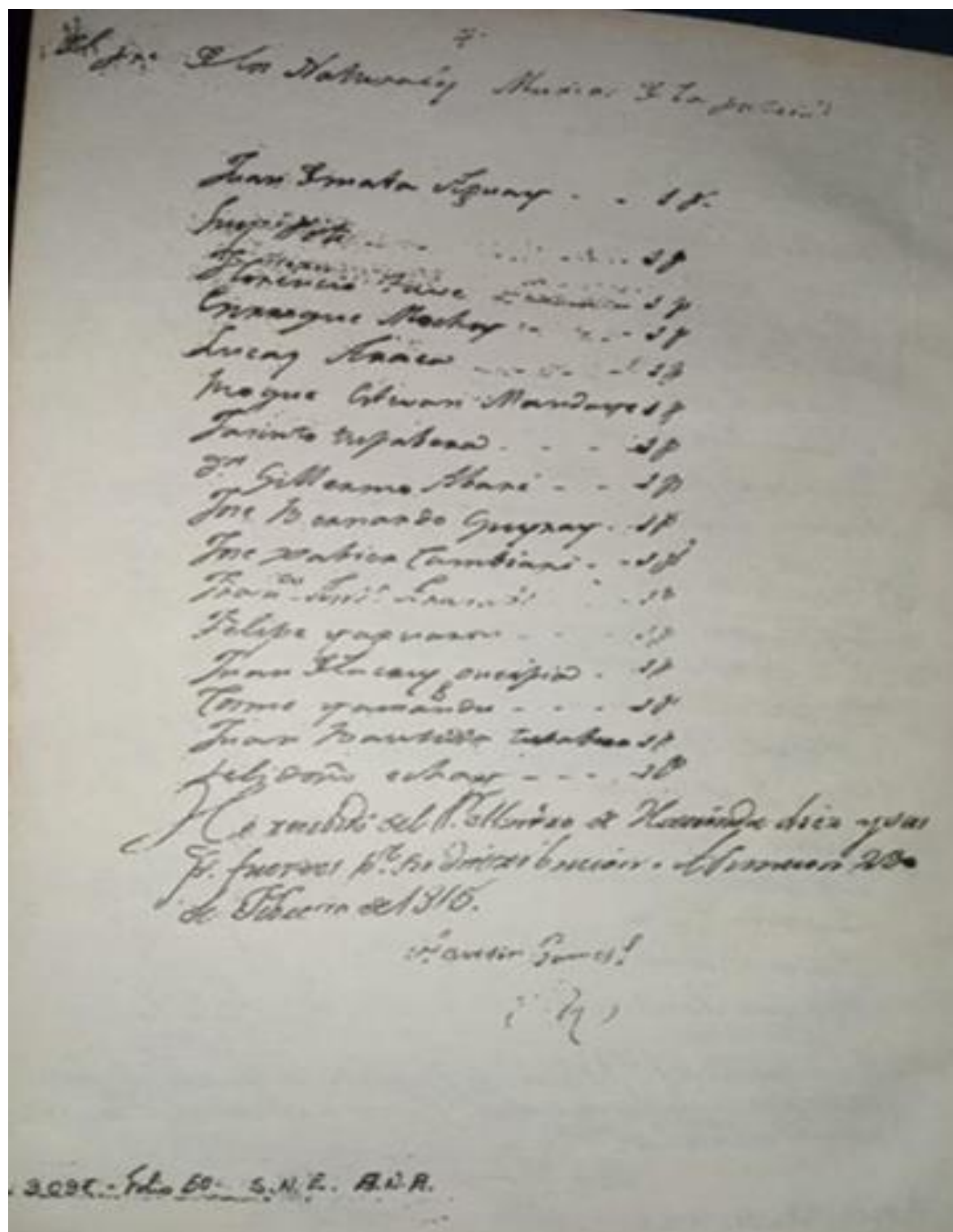
José Tomas Aliende

H. 3037. Eln 60. C. A. E. A. N. R.

Fonte: (ROMERO, 1988, p.87).

¹⁶ Lista dos nativos músicos do quartel do Hospital de 28 de setembro de 1815. “Juan de La Cruz Satí, Francisco Guichí, Manuel Aguay, Juan Andrés Guarí, Mariano Domingo Guaracayú, Nasario Pará, Francisco Aguay, Bautista Guapy, Vicente Pará, Salvador Arucapy, José Pascal Guayá, Juan Esteban Curasy, Crisanto Araberá, Miguel Mbatarigué, Pedro José Guaratá, Mario Guyaberá, José Antonio Candiré, Santiago Taparí, Pedro Nanduá, Bentura Yarutá”. Recebi do Senhor Ministro da Fazenda os vinte pesos fortes contidos na lista de antecedentes para sua distribuição. Assunção, 28 de fevereiro de 1815. Maestro José Tomas Aliende (ROMERO, 1988, p.87).

Figura 7 - Lista dos naturais músicos da Pátria.¹⁷



Fonte: (ROMERO, 1988, p.88).

¹⁷ Lista dos nativos da Pátria. "Juan de Mata Aguay, Luis Potí, Florencio Tavé, Enrique Machoy, Lucas Aracá, Roque Esteban Mandayó, Jacinto Tupaberá, Guillermo Abaré, José Bernardo Guyray, José Javier Cambiarí, Francisco Antonio Arasubí, Felipe Yaguarón, Juan de la Cruz Gueipiá, Cosme Yamandú, Juan Bautista Tupaberá, Selidoño Echay". Recebi do Senhor Ministro da Fazenda dezesseis pesos forte para distribuição. Assunção, 28 de fevereiro de 1815. Maestro "Augustin Gomes". (ROMERO, 1988, p.88).

Segundo Romero (1988), havia cerca de 20 professores de música militar, e o ditador era um incentivador da música, pois ele mesmo era músico, cantava, tocava guitarra e fazia serenatas.

O historiador Alfredo Viola, analisou cópias do acervo do Visconde do Rio Branco nas últimas décadas do século XX e publicou o livro “Cartas e Decretos Del Ditador Francia” (1990), no entanto, não publicou os manuscritos originais, mas transcreveu-os. Este capítulo de pesquisa também analisa os achados de Viola e tece comentários sobre o que se considera como parte contínua da história da independência do Paraguai sob o comando do Ditador Perpétuo Dr. Francia.

Viola (1990), apresenta os documentos sobre o Dr. Francia que conseguiu compilar e que traz os seus decretos e cartas entre os anos de 1819, 1820 e 1821. No ano de 1819, o historiador apresenta 64 documentos, que em sua maioria tratam de atos administrativos e de interesse econômico, compra de armas para defesa do território, punições aos proprietários que insistiam em manter escravos em suas fazendas, afastamento e isolamento dos padres que não repassavam os ganhos para o Estado e, também padres que não eram considerados pelo ditador como exemplos, por entregarem-se à bebida ou por incitarem os seus fiéis contra o ditador.

A análise dos documentos mostra em alguns textos que Dr. Francia considerava os nativos indígenas perigosos, especialmente, por não possuírem sentimento patriótico, pois serviam a quem os pagasse, contrabandeavam armas e recursos que poderiam colocar a segurança do país em risco no seu entender. Além disso, o ditador proibia a exploração do trabalho dos nativos e considerava também que os líderes das comunidades fossem dóceis e conquistassem a confiança dos nativos para que eles não se colocassem contra o poder do Estado.

No ano 1820, Viola descreve 22 documentos, onde geralmente o ditador determinava o confisco de herança de estrangeiros mortos, nomeações de líderes para os povoados, chefes com poder de polícia, transferência e confinamento de padres aos conventos, destinação de provimentos para o exército e para as instituições do governo além de punição a quem desviava recursos do Estado.

Uma carta escrita por Francia em maio de 1820, acusa indígenas Mbyá de contribuir com o General Artigas na região do Chaco e colocar em risco a segurança da nação paraguaia, ele menciona que os indígenas vendem armas e munição aos inimigos. Viola apresenta 52 documentos em que o ditador mantém as medidas restritivas em 1821, a exigência de moralidade tanto em relação à sociedade quanto

na manutenção do respeito ao patrimônio do Estado. O ditador confiscou as terras e os bens e mandou prender quem insistia em manter os escravos sob suas ordens.

Em 25 de janeiro de 1821, Dr Francia escreve sobre a presença de indígenas Mbyás e Guanás nas imediações do povoado de Dominguenta e ordena que sejam desarmados e vigiados para evitar que sejam má influência aos nativos mantidos nas missões e vilas, por nenhum motivo, esses indígenas podem adentrar no Paraguai livremente, determina que sejam bem tratados, que os caciques sejam respeitados, que respeitem os tratados de paz, amizade, harmonia e comércio, desde que respeitadas as condições postas. Assim, para controlar e prevenir os problemas ordena que sejam confiscados os seus cavalos e seus fuzis.

De acordo com Alfredo Viola (1990), a preocupação de Dr. Francia está relacionada ao fato de que os indígenas Mbyás e Guanás eram aliados de Artigas na região do Chaco e que foram introduzidos no território por um português, assim ordena ao General Vellasquez que os mantenha sob controle, identifica que as armas dos indígenas se reduzem a lanças de madeira e que poucos bens apresentam em seu poder, o português que os acompanhava desertou abandonando os nativos, mas mesmo assim recomenda não confiar demasiado e tomar cuidado para não ser surpreendido.

Dr. Francia envia carta em 16 de fevereiro de 1821 recomendando estabelecer os Guanás em Laguna, pois se encontram em absoluta miséria e precisam produzir alimentos que possam prover-lhes as necessidades. Declara em outra ocasião, que foi informado que estes indígenas estão varrendo a região de “*Concepción*” e envia armas aos soldados para que combatam as invasões e dominem os indígenas, além disso, determina que nenhum morador da região abandone sua propriedade para não abrir espaço aos indígenas invasores. Segundo Romero (1988), o ditador justificava as suas ações a partir do estabelecimento de três pontos centrais:

1. A defesa dos limites territoriais da República do Paraguai;
2. A interferência de outros países na política interna do Paraguai;
3. Manter uma administração honrada dos bens do Estado, considerando que nada pode mudar a realidade dos direitos centrais.

É indiscutível, que ele não cedia nem um milímetro de terra a nenhum país estrangeiro, também foi quem difundiu a ideia federalista na América Latina, o Paraguai de Francia era, ideologicamente, uma democracia social, mas entre os camponeses ouvia-se a expressão guarani: “*Araka’é pa oñemoi yevyne petei ley*

mboriajhu favor pe guarámi. Rico favor pe memeté niko". Que significa: "Quando se ditará de novo uma lei a favor dos pobres? Só as existem em favor dos ricos" (ROMERO, 1988, p.135).

O governo ditatorial com o qual Dr Francia se impôs nos primeiros anos da independência do Paraguai, tornou-se um modelo para seus sucessores, pois o Estado Paraguaio já passou por vários regimes ditatoriais ao longo destes últimos dois séculos.

Para o Dr. Francia, as cartas que escrevia eram leis, toda a organização de governo era centrada em sua pessoa e ele alimentava as suas medidas administrativas, a partir de denúncias da própria população, às quais ele enviava seus seguidores para averiguar e o direcionamento escrito do que deveria ser realizado para garantir que nem sua autoridade e nem o seu governo fossem desrespeitados.

O levantamento do material aqui apresentado busca reconstruir alguns aspectos a história dos nativos do Paraguai, o qual encontra-se no Arquivo Nacional de Asunción (ANA), sendo visitado por historiadores interessados em recontar fatos, medidas e legislação dos dois últimos séculos que possam justificar a situação atual em que se encontram os indígenas.

A relação dos documentos que se encontram no ANA, está identificada como '*Seção de Nova Encadernação*', e exibe datas anteriores ao ano de 1800. Os títulos e enunciados dos documentos remetem a indígenas que eram direcionados a "*encomiendas*", ou seja, indígenas que eram direcionados para trabalhar nas fazendas de proprietários "*criollos*" não indígenas, na maioria das vezes eram militares, conforme fica demonstrado nos enunciados dos documentos.

O que representa certa caracterização onde o indígena estava e continuou sendo associado ao trabalho, tanto no período colonial servil dos espanhóis, como no independente dos "*criollos*", sua mão de obra era empregada em milícias, em quartéis, no trabalho do campo encomendados, direcionados em trabalhos nas cidades e povoados, ou mesmo servindo aqueles que pregavam a fé católica.

As figuras 8 e 9 representam os registros presentes no ANA, entre *encomenderos* e os nativos originários que eram contratados para prestarem trabalhos nas fazendas de maioria militares, prática que se observa desde o período colonial e que avança para o independente, catalogação de inúmeras "*encomiendas*".

Figura 8 - Imagem do registro ANA.¹⁸

Seção	Volume	Número	Anos	Conteúdo	Folhas	Estado de conservação
NE	124	4	1690	Título de encomienda de indios y envío de la media annata a favor del General Francisco de Avalos Mendoza.	7	regular
NE	124	5	1686	Representación del protector de los naturales de Villarrica sobre que los encomenderos no tenían pagados a sus indios en más de un año	5F.	regular
NE	125	1	1649	Oposición del Sargento Mayor Miguel del Valle a una encomienda de indios en el pueblo de Caazapa.	18	regular
NE	126	1	1671/ 1689	Oposición del Capitán Juan Porras de Amarilla a una encomienda vacante de indios	53F.	Malo
NE	127	4	1674/ 1680	Real cédula referente a los oficios vendibles en Indias y sobre encomienda de indios	48F.	Malo
NE	137	3	1733/ 1756	Edictos y proveimientos sobre encomienda de indios del Gobernador Jaime Sanjust.	107F.	Bueno
NE	143	2	1774/ 1775	Visita a los pueblos de indios efectuadas por el Gobernador Agustín Fernando de Pinedo	22F.	regular.
NE						

Fonte: Acervo do autor.

¹⁸ Seção: Nova Encadernação, volume - 124, núm. - 4, ano -1690. Conteúdo: Título de encomenda de índios e envio de meio creme em favor do General "Francisco de Avalos Mendonza". Pg. 7, estado conservação, regular. Seção: NE, volume - 124, núm. - 5, ano - 1686. Conteúdo: Representação do protetor de nativos de "Vila Rica" sobre os encomenderos que nao haviam pagado seus índios a mais de uma ano. Pg. - 5F, estado de conservação regular. Seção: NE, volume - 125, núm. - 1, ano - 1649. Conteúdo: Oposição do Sargento Maior "Miguel del Valle" a uma encomenda de índios no povoado de "Caazapá". Pg. - 18, estado de conservação, regular. Seção: NE, volume - 126, núm.- 1, ano - 1671/1689. Conteúdo: Oposição do Capitão "Juan Parras de Amarilla" a uma encomenda vazia de índios. Pg - 53F, estado de conservação, ruim. Seção: NE, volume - 127, núm.- 4, ano - 1674/1680. Conteúdo: Real Decreto referente aos comércios que podem ser vendidos nas Índias e sobre a encomenda de índios. Pg. - 53F, estado de conservação, ruim. Seção: NE, Volume - 137, núm.- 3, ano - 1733/1756. Conteúdo: Decretos e provisões sobre encomenda de índios do Governador "Jaime Sanjust". Pg. 107F, estado de conservação, bom. Seção: NE, volume - 143, núm. - 2, ano - 1774/1775, Conteúdo: Visita aos povoados de índios feita pelo Governador "Augustin Fernando de Pinedo". Pg. 22F, estado de conservação, regular. Fonte: Acervo do autor.

Figura 9 - Imagem do registro ANA¹⁹.

	Número	Ano	Título	Folha	Estado de conservação
	45	2	Livro de assuntos públicos de Villa Rica del Espíritu Santo y encomienda de indios	82	ruim
NE	48	2	Encomienda de indios otorgada por el Gobernador de Antequera y Castro	79	Muito deteriorado
NE	50	14	Várias encomendas de índios dadas por los Gobernadores del Paraguay	150	regular
NE	56	2	Título de encomienda de indios mitayos otorgada a José Antonio Carrillo	12F	regular
NE	56	4	Encomienda de indios mitayos otorgada por el Gobernador Agustín Fernando de Piñeda a favor de José Antonio Pérez Grande	6	regular
NE	56	6	Encomienda de indios otorgada por el Gobernador Agustín Fernando de Piñeda a favor de Juan Bernardo Dias	6	regular

Fonte: Acervo do autor

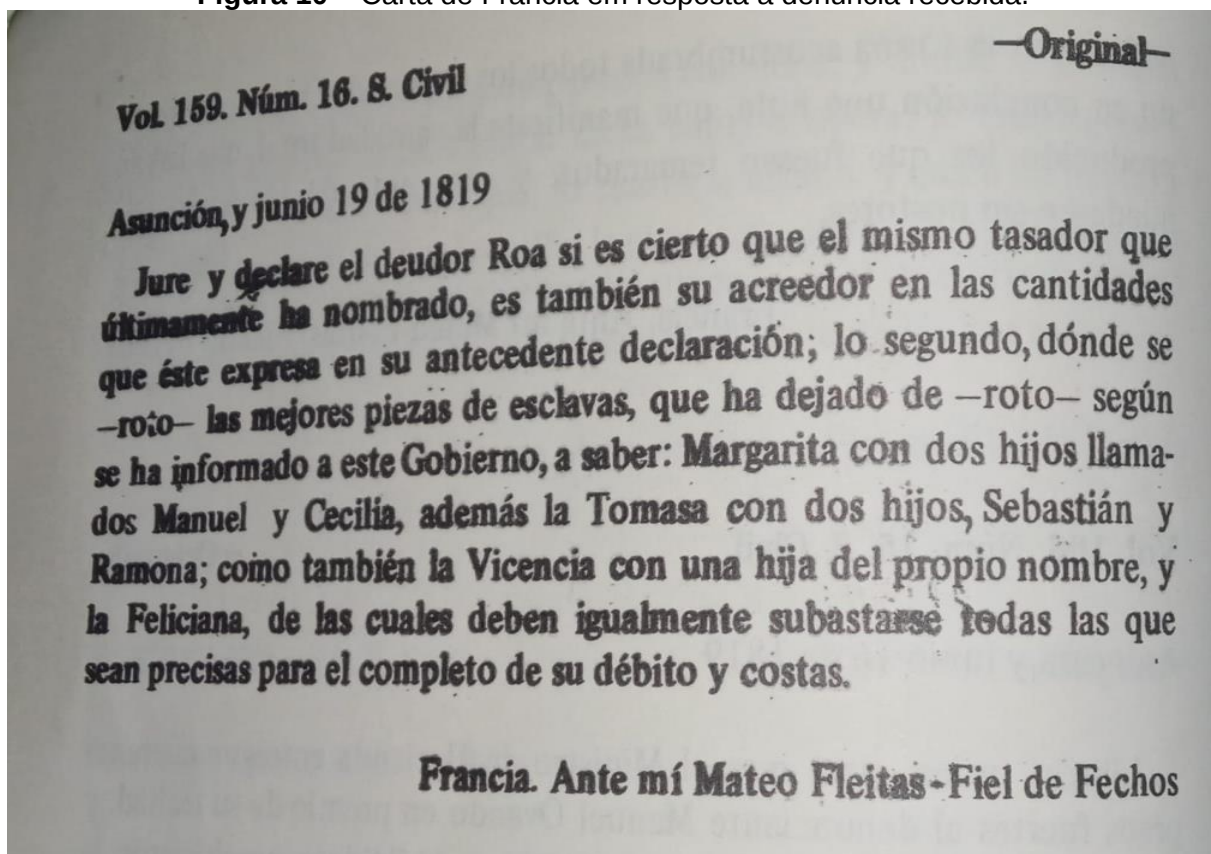
¹⁹ Seção: Nova Encadernação, volume – 45, núm.- 2, ano - 1642/1690. Título: Livro de assuntos públicos da Villa del Espíritu Santo e encomenda de índios. Pg. 82, estado de conservação, ruim. Seção: NE, volume – 48, núm. – 2, ano – 1721. Título: Encomenda de índios otorgado pelo Governador Antequera e Castro. Pg. 79, estado de conservação, muito deteriorado. Seção: NE, volume – 50, núm. – 14, ano – 1774/1776. Título: Várias encomendas de índios dadas pelo Governador do Paraguai. Pg. 150, estado de conservação, regular. Seção: NE, volume – 56, núm. – 02, ano – 1767. Título: Título de encomenda de índios Mitaios otorgado a José Antonio Carrillo. Pg. 12F, estado de conservação, regular. Seção: NE, volume – 56, núm. – 04, ano – 1775. Título: Encomenda de índios Mitaios otorgado pelo Governador Agustín Fernando de Piñeda a favor de José Antonio Pérez Grande. Pg. 6, estado de conservação, regular. Seção: NE, volume – 56, núm. – 06, ano – 1774/1777. Título: Encomenda de índios otorgado pelo Governador Agustín Fernando de Piñeda a favor de Juan Bernardo Dias. Pg. 6, estado de conservação, regular. Fonte: Acervo do autor.

No sistema de “*encomiendas*” os “fazendeiros” contratavam os indígenas para o trabalho e realizavam adiantamentos do pagamento, de forma que o trabalhador permanecesse endividado e não pudesse mais deixar seu empreendimento, era uma maneira de escravizar os nativos. Essa prática deu-se em toda a região de fronteira, também com trabalhadores brancos, negros e mestiços ‘livres’, até o início do século XX. Era uma prática comum, principalmente entre os proprietários de plantações de erva e se concretizava no Brasil, na Argentina e no Paraguai (STECA e FLORES, 2002).

Durante o governo de Dr. Francia, a escravidão era combatida e estas práticas foram aos poucos sendo extintas. Geralmente, quando era comprovado o regime de escravidão o dono do empreendimento era preso e seus bens confiscados para ressarcir os trabalhadores escravizados.

A figura 10 apresenta uma carta do ditador direcionando medidas a respeito desse assunto, pois quando o trabalhador insistia em deixar o trabalho escravo, a sua família lhe era tomada como dívida.

Figura 10 – Carta de Francia em resposta à denúncia recebida.



Fonte: (VIOLA, 1990, p. 38).

No entanto, salvo os documentos transcritos em livros por historiadores como Alfredo Viola, Roberto Romero e os documentos compilados e guardados no ANA, não se tem definida, historicamente, a ação do Dr. Francia, direcionada especificamente, aos indígenas, aparecem por vezes sendo citados em ações a favor ou desfavor comumente acompanhado com outras narrativas de ações que os associam a determinados fatos de época.

Diante disso, a representação documental preservada no ANA encontra-se em processo de reconstrução histórico social ligadas a fatos relacionados aos nativos do Paraguai em relação ao tempo de independência e à ditadura do Dr. Francia, uma vez que a preservação dos documentos passou por dificuldades durante esse processo de dois séculos de história e muitos encontram-se em fase de transcrição, quando não em estado de difícil leitura, prejudicados pelo tempo e armazenagem inadequada.

Embora pareça que Dr. Francia tratava os indígenas de uma forma positiva, não se percebe em suas ações, atividades de integração que não sejam no sentido de incorporar os indígenas na civilização com predominância *“criolla”*.

A língua Guaraní prevaleceu, mas a relação entre os indígenas guaraní e o Estado Nacional, segundo Melià (1997), era uma relação de submissão, onde os indígenas deviam integrar-se à civilização, mesmo diante da existência de uma cultura social própria e independente do Estado. Neste aspecto, os guaraní acabaram assumindo as duas culturas em uma mesma nação, desta forma entende-se o Paraguai uma nação que possui diferentes culturas.

Os povos Guaraní remanescentes das missões preservam costumes e práticas, desenvolveram práticas duplas de experiência cultural: a cultura autóctone que seu povo desenvolveu na sua “evolução” natural no continente e a cultura assimilada nas missões jesuíticas. Culturalmente era um povo produtivo, que possuía produção de alimentos para sua subsistência, que desenvolveu um sistema linguístico que lhe permitia uma boa comunicação e que influenciaram com seus costumes e crença nas tradições durante o processo de formação social da América Latina.

Assim, percebe-se que os indígenas guaraní que eram “bem” aceitos socialmente no Paraguai são os que se submeteram às missões, mesmo porque muitos passaram a viver no leste do Paraguai e, muitas vezes cruzavam a fronteira do Brasil e da Argentina, pois, para eles, a fronteira não existe, seus territórios sagrados se posicionam à revelia dos estados nacionais. Segundo Brighenti (2010, p.167): “...a

definição de terra e território para os Guarani não se apresenta da mesma maneira que é vista pelos Estados”.

Entende-se no tempo presente, que não basta demarcar as terras indígenas, pois estas não garantem mais a reprodução física e cultural desses povos, é necessário modificar as relações entre o Estado e o povo guarani, buscando equilibrar as relações, de forma a garantir que seja realizado um novo tipo de relacionamento, em que os indígenas sejam tratados como cidadãos com direitos coletivos e individuais, tratando-os como povos nativos que possuem uma conduta social com liberdade para se desenvolver e se expressar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Buscamos neste trabalho compreender e apresentar algumas perspectivas históricas coloniais associadas ao processo de independência do Paraguai ligado aos Guaraní. Com destaque para a presença indígena em um contexto de formação dos Estados latino-americanos. Especialmente buscamos investigar como os indígenas foram pensados e tratados no processo de construção do Estado paraguaio na ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia durante o processo de construção do Estado paraguaio - 1811-1840.

A presença indígena nas regiões da Província do Rio da Prata, se dava a séculos. Mesmo que os indígenas não tenham participado de grandes eventos no processo de independência do Paraguai, o nativo, em especial o Guaraní era presente, e contribuíram com os conquistadores europeus, colonos e *criollos*, do período Colonial ao Independente para desenvolvimento do nascente Estado, principalmente na defesa da região, com seus conhecimentos, suas mulheres e principalmente sua mão de obra.

Sobre os movimentos que antecederam e que ajudaram nos processos da independência do Paraguai pode-se afirmar que os indígenas missioneiros e os próximos de regiões urbanas tiveram participação importante, pois quando Belgrano parte para subjugar o Paraguai a mando de Buenos Aires, os indígenas missioneiros se envolvem nos conflitos tanto do lado hoje argentino como paraguaio, desse contato confronto o Paraguai saía vitorioso do conflito, evento este que fortalece o Paraguai com a vitória que defende seu território e almeja ser independente.

Constata-se que embora o ditador Francia demonstrasse que não aceitava a escravidão dos indígenas, ele não desenvolveu medidas protetivas que garantisse aos povos nativos, especialmente aos Guaraní, a segurança de seu território que foi incorporado ao patrimônio do Estado independente, “respeitando” apenas determinadas terras destinadas aos assentamentos que no passado eram ligadas às missões, ou “*pueblos de índios*”, assim denominados.

As principais medidas adotadas pelo ditador em relação aos indígenas foram voltadas para a integração dos mesmos aos costumes e à cultura da “civilização branca”, além destes serem aceitos como soldados para atuarem na defesa da pátria, mas nunca em posições de chefia, havia também trabalhos direcionados nas regiões ervateiras o que em certo sentido contribui economicamente para o Paraguai

independente, e empregos no campo para aqueles que tinham conhecimentos de algum ofício, principalmente na lida com o gado, mulheres indígenas também costuravam para militares de quartéis.

Observamos também em saída de campo, que se encontram muitos documentos no Arquivo Nacional de Assunção – ANA, e que estes de alguma forma poderiam ajudar a indicar mais ações de participação de indígenas no processo de construção da independência do Paraguai, pois muitos ainda se encontram em fase de restauração e de transcrição, alguns em estado de deterioração ocorridas pelo tempo e armazenagem inadequada limitando informações de alguns períodos.

A constatação de uma certa invisibilidade histórica da presença indígena no processo de independência e formação do Estado Nacional do Paraguai é um indício de que esta invisibilidade está presente na historiografia latino-americana, pois o tema em específico pouco é tratado por historiadores, pouco se sabe como foram tratados os diversos povos originários do continente durante a transição da independência, somado a isso um viés histórico de narrativas oficiais romantizadas, herança do passado que engrandece apenas heróis militares tidos como pai das pátrias.

Contudo este estudo buscou analisar como os indígenas, em especial os Guaraní, foram tratados no processo de construção do Estado paraguaio, bem como foram representados em documentos oficiais no governo francista? Assim, para analisar como os indígenas foram pensados e tratados durante o processo de construção do Estado paraguaio, o que implicou entender as relações estabelecidas entre o governo do Dr. Francia e os povos nativos, centralizando esta abordagem nos indígenas Guaraní, foi necessário buscar elementos de representação histórico social que permitisse a reconstrução dessa história.

A busca de compreensão sobre o papel das representações na reconstrução histórica contribuiu para que se pudesse conhecer a vivência comunitária estabelecida entre os povos nativos e os colonizadores, especialmente entre os “*criollos*”. Pode-se perceber que estas relações foram de exploração, no início desenvolvia-se uma sedução e aliciamento dos nativos por meio de casamentos arranjados entre homens colonizadores e mulheres nativas, isso contribuiu para que as mães de origem guarani transmitissem a cultura linguística aos filhos e tornasse a língua nativa uma linguagem de prestígio na comunicação oral entre brancos e indígenas.

Históricamente o indígena foi percebido pelo europeu como povos menores, necessitavam de tutores que os representassem, deveriam ser catequizados se

aproximando do mundo cristão, nesse quesito os padres Jesuítas entre outros cumpriram seu papel com maestria, além de reduzi-los e catequizá-los, tornavam “dóceis” súditos da coroa.

O processo de independência do Paraguai era para os “*criollos*” uma oportunidade de realizar o livre comércio, ampliar e melhorar a navegação fluvial na região e deixar de estar submisso ao vice-reino com sede em “*Buenos Aires*”, ao se libertar os “*criollos*” deixariam de pagar tributos a “Coroa” e começaram a trabalhar o desenvolvimento econômico e social da região, teriam ainda mais lucro e autonomia.

No entanto, para os indígenas estar sob o comando dos caudilhos e da elite “*criolla*” não mudava a sua condição, pois seus territórios, que não eram reconhecidos como áreas de assentamentos, foram incorporados ao patrimônio do “Estado Nacional”, o trabalho nas fazendas de exploração de erva mate e de produção de algodão acabava por torná-los escravos do fazendeiro que, por meio de artimanhas, tratava de endividá-los para que se mantivessem trabalhando sem ganho até pagar as dívidas, isso contribuía para “escravizar” também mulheres e crianças.

Desta forma, o tratamento dispensado aos indígenas durante a implementação da independência no Paraguai não foi benéfico aos povos indígenas, especialmente aos guarani, pois muitos indígenas missioneiros desertaram das missões e se embrenharam nas matas fazendo resistência ao governo e foram duramente combatidos. Wigham (1998), apresenta algumas observações a respeito:

La fuga siguió sendo un problema en los pueblos de indios durante la primera década del siglo XIX. Las oportunidades en el mundo exterior eran sencillamente demasiado etractivas para los indígenas. Al mismo tiempo, muchas autoridades españolas encontraban conveniente hacer la vista gorda a los contratistas, quienes venían a los pueblos para convencer a los hombres a abandonar el lugar (WIGHAM, 1998, p. 120).

A independência não influenciou positivamente a realidade dos povos indígenas. Pois, sempre que possível, vivendo em comunidades reduzidas ou povoados, os Guarani utilizavam as leis e costumes dos espanhóis em seu próprio benefício, e seus povos lograram, através de diversos subterfúgios a sobrevivência.

Os indígenas reduzidos estavam acostumados à autoridade formada por uma tríade composta por sacerdote, administrador e o cabildo nativo. No passado, sempre que se apresentava alguma situação negativa, os indígenas podiam contar com essa aliança destes atores em sua defesa contra um terceiro (WIGHAM, 1998).

O referido autor observa que com a independência, contudo, um novo "Estado" intervencionista alterou, consideravelmente, a estrutura dos povoados indígenas. O efeito mais importante causado pelo novo ator o "Estado", foi a eliminação de qualquer autoridade temporal dos clérigos religiosos, especialmente franciscanos, quem frequentemente mostrava certa independência em suas ações.

Os indígenas, como a maioria dos paraguaios, se submeteram sem oposição ao novo regime de Francia, sempre que evitaram ofender ao ditador viviam uma vida relativamente tranquila nos povoados. Durante os anos de Francia os Guaraní, como os paraguaios se voltaram para uma economia de subsistência semelhante ao período de 1750, todavia durante a ditadura francista os indígenas seguiram assimilando-se à sociedade paraguaia (WIGHAM, 1998).

Considera-se conjuntamente no contexto histórico paraguaio que a representação indígena se enquadra especificamente ao "campo do trabalho", pois os nativos foram direcionados para os mais variados tipos de trabalhos, seja nas reduções, nas "*encomiendas, mitas*", nos ervais, na lida com o gado, nos trabalhos em milícias e quartéis, foram explorados desta forma da Colônia a formação dos "Estados Nacionais".

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ASHWELL, Washington. **Historia Económica Del Paraguay**: de sus orígenes al gobierno de Carlos Antonio López. Asunción: Servilibro, 2015.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **América Latina: historia y presente**. Morelia: Red Utopia & Jitanjáfora Morelia Editorial, 2001.

ANNA, Timothy. **A Independência do México e da América Central**. In BETHELL, Leslie, **História da América Latina**: Da Independência até 1870, Leslie Bethel organização; tradução Mária Clara Cescato. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, p. 73 -118, 2001.

BERNARD, Carmen. **Los indígenas y la construcción del Estado-Nación. Argentina y México, 1810-1920**: hisntória y antropología de un enfrentamiento / Carmen Bernand. La ed. – Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016.

BETHELL, Leslie. (org.). **História da América Latina**: A América Latina Colonial I, vol. 1, (Tradução de Maria Clara Cescato). 2ª ed. São Paulo/ Brasília – DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina**: da independência a 1870, volume III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Estrangeiros na própria terra**: presença Guarani e Estados Nacionais. Florianópolis: EdUFSC/Chapecó, Argos, 2010.

CAMPOS, Alzira Lobo Arruda, GODOY, Marília Gomes Chizzi, SANTOS, Raimunda Maria Rodrigues. **Imaginário e Representações Míticas**: As Belas Palavras (Ayyvu Porã) Dos Cantos Divinos (Mborai) Guarani Mbya - **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 167-185, jul./dez. 2017.

CHAVES, Júlio Cesar. **El Supremo Ditador**. Asunción: El Lector, 1989.

_____. **Compêndio de Historia Paraguaya**. Asunción: Intercontinental editora, 2010.

_____. **Compêndio de Historia Paraguaya**. 5 ed. Asunción: Intercontinental editora, 2017.

CHARTIER, Roger. **Defesa e Ilustração da Noção de Representação**. Fronteiras. Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural, entre práticas e representações**. Tradução de Maria Maniela Galhardo, 2 ed. Difel, Algés – Portugal, 2002.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), **“Consenso de**

Montevideu sobre População e Desenvolvimento” (LC/L.3697), Santiago do Chile, 5 de setembro, 2013.

CREYDT, Oscar. **Formación histórica de la nación paraguaya**. 3 ed. Asunción: Paraguay, 2007.

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**. 23 ed. São Paulo - SP: Brasiliense, 1990.

COONNEY, Jerry W. Buques neutrales y esclavistas de Platine: construcción de una marina mercante virreinal. **Revista de Estudios Latinoamericanos**, v. 18, n. 1, pág. 25-39, 2012.

CORONEL, Bernardo. **Breve Interpretación marxista de la historia paraguaya (1537 – 2011)**. Asunción: Arandurã, 2011.

COLVERO, R. **O retorno de Fernando VII ao trono: repercussão na américa espanhola e portuguesa**. DOSSIÊ ESPECIAL 20 ANOS PPGH, **Semina-Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF – ISSN 1677-1001V**. 18, N. 3, p. 102-115, Dez 2019.

CORREA, ME, Saldarriaga, D. **El epistemicídio latino-americano indígena**. algumas reflexões desde o pensamento crítico decolonial. **Revista CES Derecho**, 5(2), 154 -164. Medellín julho/dez. 2014.

CUNHA, Manuela C. da. (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia da Letra e Secretaria. Municipal da cultura, Fapespe, 1992.

CHUST, Manuel. La independencia en Hispanoamérica. Reflexiones, revisiones y cuestiones antes de los Bicentenarios. **Anuario de Historia Regional y de las Fronteras**, vol. 12, núm. 1, 2007, pp. 385-414 - Universidad Industrial de Santander Bucaramanga, Colombia. 2007.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra : nova história da Guerra do Paraguai** / Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. – São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

FREITAS NETO, José Alves de. **O resgate da crônica, questões sobre etnia e a identidade na América hispânica do XIX**. Ideias (UNICAMP), Campinas, v. Ano 11, n.1, p. 19-26, 2004.

FONSECA, André Dioneu; SALGUEIRO, Eduardo de Melo. **A noção de representação após duas décadas de debates**: a propósito do texto defesa e ilustração da noção de representação de Roger Chartier. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia V. 4, N.1**, Janeiro-Julho de 2013.

FRUTOS, Júlio César. **Actas Del Cabildo De La Asunción (1822-1824)**. Biblioteca del Bicentenario: 1º edición Servilibro, Asunción, 1º de agosto de 2009.

FUNARI, Pedro Paulo. NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. – São Paulo: Contexto, 2023.

GOLDMAN, Noemí; TERVANASIO, Marcela. **La vida política**. Argentina. Crisis colonial e independência. Madri: Fundação Mapfre/Taurus. Colección América Latina en la Historia Contemporánea, 2010.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Puc-Rio /Apicuri, 2016.

HERNÁNDEZ, Isabel. **Los indios de Argentina**. Buenos Aires: Mapfre, 1992.

LEAL, O.C.L. **O papel das estâncias de la pátria para o fortalecimento de um Paraguai patrimonial do século XIX** – 2017 – 103p. História América latina - Universidade Federal da Integração Latino americana - UNILA – Foz do Iguaçu - 2017.

MAYBURY-LEWIS. David. **Vivendo Leviatã: grupos étnicos e o Estado**. **Anuário antropológico**. UNB, Brasília, 1984.

MAESTRI, Mário. **Paraguai: A república camponesa (1810 – 1865)**. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

MELIÀ, Bartomeu. **Una Nación dos culturas**. Cuarta edición. Asunción: CEPAG, 1997.

MELIÀ, Bartomeu. **O Guaraní conquistado e reduzido: ensaio de etnohistória**. Biblioteca Paraguaia de Antropologia. Assunção, 1993.

MELIÀ, Bartomeu. **Mundo Guaraní**. Asunción: BID; Ministerio de hacienda. 2011.

MIRAZÓNLAHR, Marta. A origem dos ameríndios no contexto da evolução dos povos mongolóides. **Revista USP**, São Paulo (34): 70-81, Junho / Agosto – 1997.

MOREIRA, Mary Monte de López. **Historia Del Paraguay**. Asunción: Servilibro, 2021.

MOYANO, Miguel Silva. **Entre la unidad y la fragmentación: la ciudad – provincia en la formación de Estados latinoamericanos**. **Analecta política** | Vol. 2 | No. 3 | PP. 79 - 98 | julio-diciembre, Medellín-Colombia, 2012.

NEVES, Walter A. BERNARDO, Danilo V , ORUMURA, MARIA M. M. **A origem do homem americano vista a partir da América do Sul: uma ou duas migrações?** **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, V. 50 Nº 1, 2007.

NEUMANN, Eduardo. **O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial, 1640-1750**. 1ª ed. Porto Alegre, Ed. Martins Livreiro, 1996.

NORONHA, de Sá Mäder, Maria Elisa. **Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica**. **Revista de História**. Nº 159, Universidade de São Paulo, Brasil. Diciembre, p. 225 – 241, 2008.

OLIVEIRA, Cleber. R. **A Milícia Indígena Guaraní nos Relatos de Antonio Ruiz de**

Montoya (1601-1649). 2016, 71 pgs. Trabalho de Conclusão de Curso História-Bacharel – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en el Paraguay.** - Por Carlos Pastore, Intercontinental Editora S.A. 3ªed. Paraguay, 2008.

PAMPLONA, Marco A.; Don H. Doyle (org.). **Nacionalismo no Novo Mundo:** A formação de Estados-Nação no Século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PAOLI, Juan Bautista Rivarola. **La economia colonial.** Figura 5 - Registro ANA Figura 6 – Imagem do registro ANA Asunción: Litocolor, 1986.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina.** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2020

PRADO, Maria Lígia. **A formação das nações latino-americanas.** 21ed. São Paulo: Atual, 1994.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata** (1808 -1828) 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

PIÑEDA, Oscar. **Breve História Integral Del Paraguay:** desde los pueblos originarios hasta nuestros días. 3 ed. Asunción: Servilibro, 2022.

_____. **Los guaranies, los Jesuítas y las misiones en el Paraguay.** Asunción: Servilibro, 2016.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade.** São Paulo: UNESP, 1998.

POMER, Leon. **As independências na América Latina.** 11ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

_____. **O surgimento das Nações.** 8ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

RAMOS, Marcus Vinicius. **O Ditador Perpétuo José Gaspar Rodríguez de Francia, O Supremo: Um “Príncipe” na Bacia do Rio da Prata?** Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº. 18, Brasília, jan/jul. 2011.

RENGGER, Johan Rudolf; CARLYLE, Thomas; DEMERSAY, Alfred. El Doctor Francia. Asunción: El Lector, **Ensaio Histórico Sobre La Revolución Del Paraguay.** Asunción: El Lector, s/d.

RIBEIRO, Ana. **Los Indios (En) (Y) La Independencia Paraguaya.** Universidad Católica de Uruguay Dámaso Antonio Larrañaga. **Revista Sal.** Ediciones Universidad de Salamanca. Stud. hist., H.ª cont., 27, p. 279 – 308, 2009.

ROMERO, Roberto A. **José Gaspar Rodríguez de Francia: Ideólogo de la independencia del Paraguay.** Assuncion – PY: A.R. Impr. 1988.

SHALLENBERGER, Erneldo. **O Guairá e o espaço missioneiro**. Cascavel-PR: Coluna do Saber, 2006.

SILVA, Francisco Alves da, COSTA, Hernani Maia. **História Integrada: Brasil e América**. São Paulo: Ed, CERED, 2000.

SILVA, Raul de Andrada e. **Ensaio sobre a ditadura do Paraguai (1814 – 1840)**. Coleção Museu Paulista, Série ensaios, vol. 3. São Paulo: USP, 1978.

STECA, Lucinéia C., FLORES, Mariléia D. **História do Paraná: do século XVI à década de 50**. Londrina: Ed. UEL, 2002.

STUART, B. Schwartz e LOCKHART, James. **A América Latina na Época Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VIOLA, Alfredo. **Cartas y Decretos Del Dictador Francia**. Asunción: Universidad Católica. 1990.

WASSERMAN, Cláudia. (coord.SCHMIDT, Benito Bisso [...et al.]. **História da América Latina: cinco séculos** (temas e problemas). 3º ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

WALTER A. Neves; DANILO V. Bernardo & MARIA M. M. Okumura. **A origem do homem americano vista a partir da América do Sul: uma ou duas migrações?** *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, V. 50 Nº 1, 2007.

WHIGHAM, Thomas e COONEY, Jerry W. **El Paraguay bajo el Doctor Francia: Ensaio sobre la sociedade patrimonial (1814 – 1840)**. Asunción: El Lector, 1998.

WHITE, Richard Alan. **La primera revolución popular en América: Paraguay 1810-1840**. 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2014.

WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones Guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.

ZANARDINI, José. **Los Pueblos Indígenas del Paraguay**. Asunción: El Lector, 2013.

XERAMÕI, Augusto da Silva – Karai Tataendy (Tekoa Marangatu, Imaruí/SC) In: AFFONSO, Ana Maria Ramo y. LADEIRA, Maria Inês. (Orgs). **Guata Porã/Belo Caminhar**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2015. (Projeto pesquisadores Guarani no Processo de Transmissão de Saberes e Preservação do Patrimônio Cultural Guarani – Santa Catarina e Paraná/ Agosto de 2014 – Novembro de 2015), p. 15. <https://historiaeculturaguarani.org/quem-são-os-deuses-guarani-mbya/>. Acesso em: 30, janeiro, 2022.

Fontes:

ANA - Arquivo Nacional de Assunção.

VIOLA, Alfredo. **Cartas y Decretos del Dictador Francia. Tomo III, Documentos compilados por Alfredo Viola.** Biblioteca de Estudios Paraguayos, Universidad Católica – Vol. 39 – Asunción, 1990.

_____. **Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia:** Defensor de la independencia del Paraguay. Asunción: Servilibro, 2013

_____. **Origen de los pueblos del Paraguay.** Asunción: Ediciones Comuneros, 1986

XERAMÕI, Augusto da Silva – Karai Tataendy (Tekoa Marangatu, Imaruí/SC) In: AFFONSO, Ana Maria Ramo y. LADEIRA, Maria Inês. (Orgs). **Guata Porã/Belo Caminhar.** São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2015.